



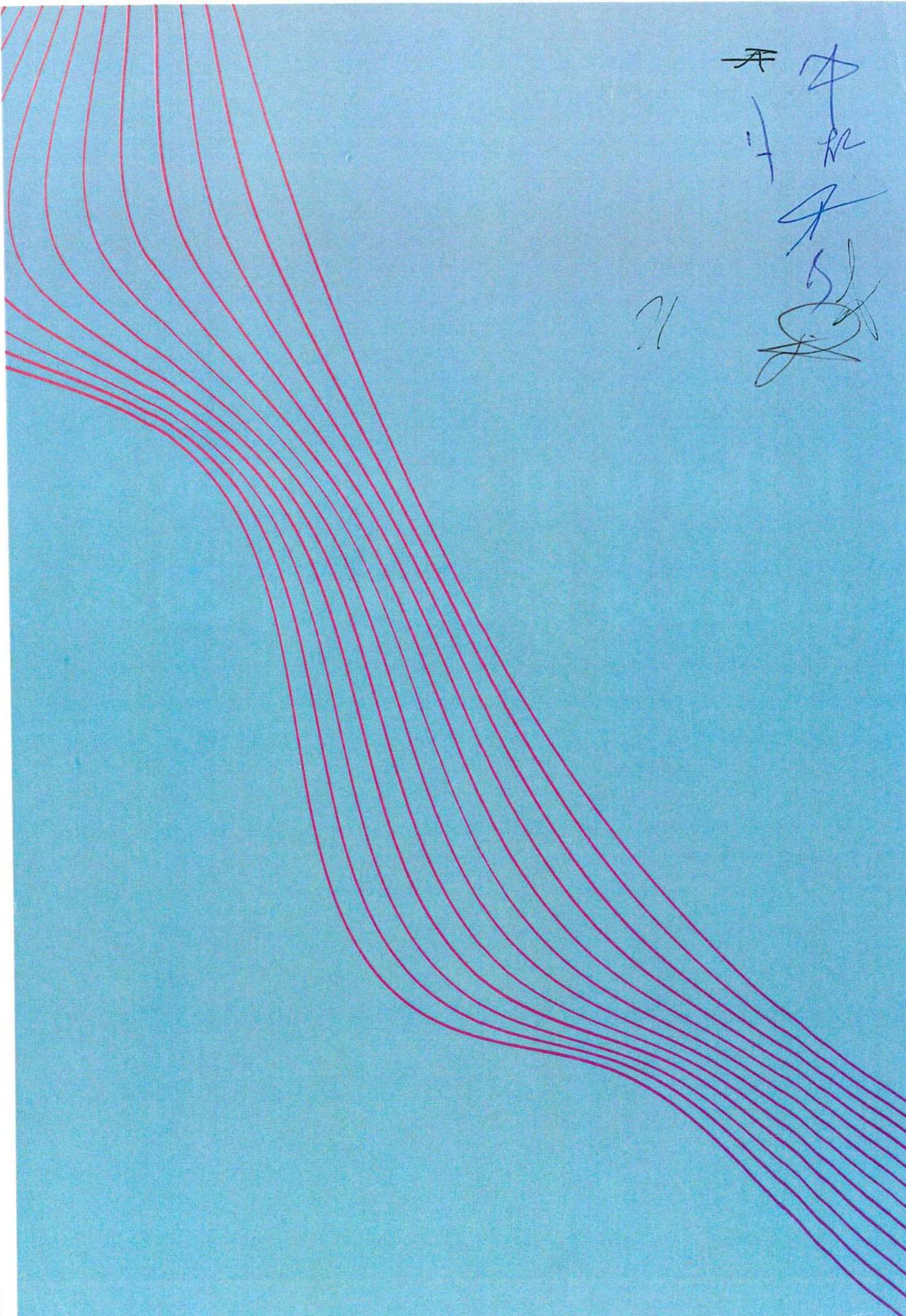
comunidade intermunicipal
do cávado

cavado

2030

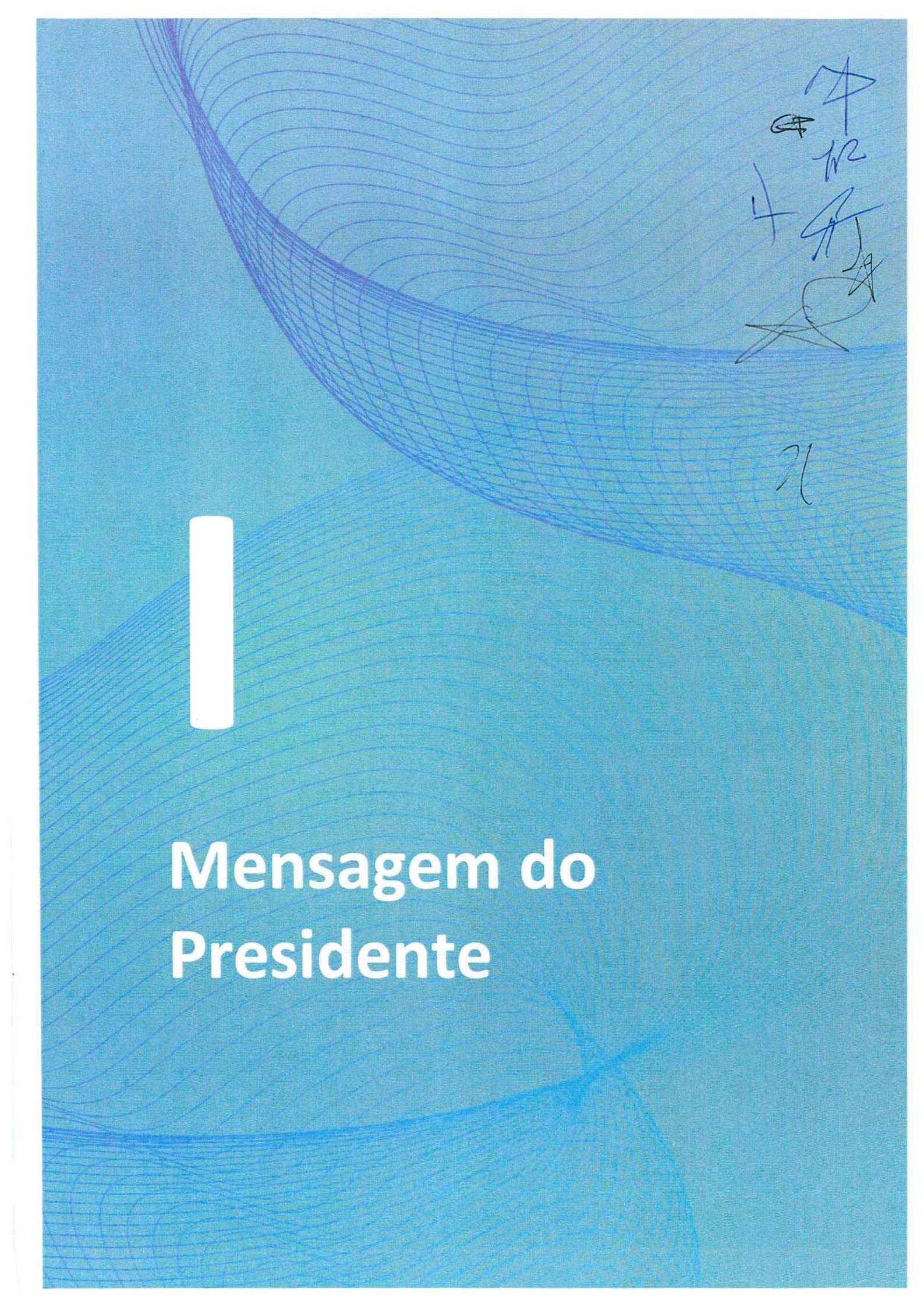
Relatório de Gestão e Contas Exercício 2022

A
11
H
K
S
J



Índice

I Mensagem do Presidente	1
II Órgãos Sociais da CIM Cávado	9
III Perfil da CIM e Principais Recursos	13
IV Atividade Desenvolvida	21
V Reporte Financeiro	87
VI Documentos da Prestação de Contas	107



Mensagem do Presidente



Figura 1 - Conselho Intermunicipal da CIM Cávado- Mandato 2021-2027

As entidades da administração local demonstram a sua capacidade para desenvolver estratégias, de médio e longo prazo, para promover ambientes favoráveis à sustentabilidade e promoção da inclusão nos seus territórios, no quadro de uma administração pública eficiente, transparente e inovadora.

Mensagem do Presidente

2022 foi um ano diferente, não só para nós, mas para todo o mundo. Ainda no rescaldo de uma crise pandémica, o agravamento dos preços e da crise energética, marcada por um conflito armado a milhares de quilómetros de distância, criou, e tem criado, diversas entropias que temos de encarar com otimismo e vontade de vencer.

Por esse motivo, a primeira nota terá de ser para todos os municípios que constituem a Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM Cávado) e, nos seus Presidentes, colegas do Conselho Intermunicipal (CI), realçar o trabalho que tem sido efetuado no âmbito da cooperação e articulação, quer ao nível político, quer ao nível técnico.

As instituições parceiras com as quais a CIM Cávado trabalha, independentemente da sua origem -

privada, pública, cooperativa ou outra - têm sido fundamentais na prossecução dos nossos objetivos e, sobretudo, no cumprimento dos melhores interesses da nossa comunidade.

O mesmo se refira na articulação que existe entre os diversos órgãos da CIM Cávado que, quer pela via deliberativa, no caso concreto da Assembleia Intermunicipal (AI), quer pela via consultiva, do Conselho Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Cávado (CEDI), quer na parte mais operacional e técnica do Secretariado Executivo Intermunicipal (SEI), têm, todos, de forma muito relevante, contribuído para o sucesso desta instituição.

Por fim, e não menos importante, nada disto seria possível sem o esforço incansável das nossas equipas administrativas, técnicas, financeira e das unidades de coordenação que operam dentro da CIM Cávado.

Este trabalho, de índole mais interna e reservada, que na maior parte das vezes não é exteriorizável, permite de forma constante e regular, a ação da CIM Cávado no seu território e por isso, é essencial destacar o imenso, e intenso,

trabalho desenvolvido por todos/as os/as colaboradores.

É este universo de atores no território que marcam a diferença e que, mantendo e reforçando a confiança na CIM Cávado, auxiliam a nossa capacidade de adaptação e de resiliência em águas mais ou menos turbulentas como nos últimos anos.

O presente relatório tem como objetivo informar os órgãos, e o público em geral, sobre os principais atos de gestão e contas relativas ao exercício económico de 2022, apresentados no presente Relatório de Gestão e Contas (Relatório).

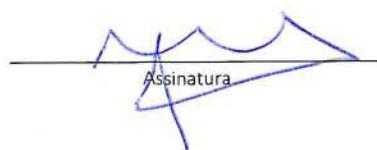
O desempenho desta instituição, no ano de 2022, merece uma avaliação extremamente positiva e demonstra o caminho de evolução que se tem vindo a desenvolver, especialmente, nos últimos anos sem descurar, do ponto de vista financeiro e orçamental, a sua situação saudável e robusta.

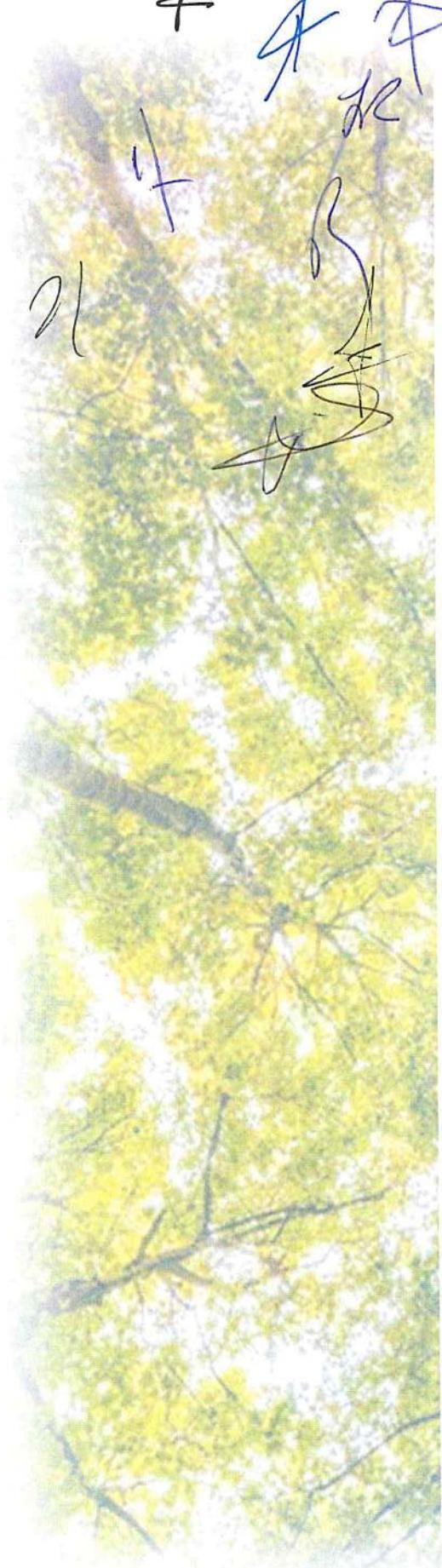
Sem ter necessidade de contrair empréstimos bancários, com pagamentos efetuados a menos de 30 dias, o resultado do encontro de contas revela-nos mais uma vez que as receitas são superiores às despesas, o que revela uma gestão equilibrada.

São estas as bases que permitem o cumprimento da Missão da CIM Cávado, e que de seguida serão desenvolvidas com maior detalhe e com os indicadores mais significativos das contas, com foco no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e na criação de modelos de sociedade mais sustentáveis e resilientes do ponto de vista social e ambiental.

Tendo em conta o papel preponderante que a CIM Cávado, e os seus municípios, têm ao nível de uma governação multinível dos Fundos Europeus, fica, em 2022, mais uma vez patente que as entidades da administração local demonstram a sua capacidade para desenvolver estratégias, de médio e longo prazo, para promover ambientes favoráveis à sustentabilidade e promoção da inclusão nos seus territórios, no quadro de uma administração pública eficiente, transparente e inovadora.

Ricardo Rio
Presidente do Conselho Intermunicipal


Assinatura



Missão

Valores
Estratégicos



Figura 2 - Reunião de trabalho com os representantes da METREX – The Network of European Regions and Areas

A Missão da CIM Cávado está patente nos seus Estatutos e no seu enquadramento legal que pretende promover o planeamento e a gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território da NUTS III Cávado.

Por esse motivo a nossa instituição tem trabalhado com entidades tão díspares como, a título de exemplo, no Conselho Regional, e o Estratégico, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), na Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional Regional do NORTE 2020

(NORTE 2020) e do Programa Regional do Norte 2030 (Norte 2030), na Comissão Permanente do Consórcio "Minho Inovação", na Comunidade Territorial de Cooperação – POCTEP, na Comissão Distrital de Proteção Civil, nos órgãos de gestão do Grupo de Ação Local Litoral Norte ou na ATAHCA – Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave, entre outros, permitindo uma visão integrada e devidamente coordenada do território.

E numa vertente mais sub regional tem aprofundado a sua articulação institucional com entidades como, a

título de exemplo, Conselho da Região Hidrográfica do Norte, a Comissão Consultiva do Plano de Situação na Zona do Espaço Marítimo Nacional, o Centro de Informação e Arbitragem do Tribunal Arbitral de Consumo Braga, o Conselho Consultivo do Instituto Politécnico do Cávado e Ave, o Conselho Estratégico da CONFMInho, a Comissão Regional de gestão Integrada de Fogos Rurais, a Comissão Consultiva para a exploração de energias renováveis oceânicas, a Associação Empresarial do Minho, entre outros.

Mas o aspeto mais inovador, mesmo à escala regional e em comparação com outras entidades intermunicipais, prende-se com uma aposta no mercado internacional de captação de fundos. Trabalho árduo, e que exige um esforço constante, obrigou, durante 2022, a uma alteração do paradigma de gestão desta instituição com uma aposta na reafectação de recursos humanos, estabelecimento de parcerias estratégicas e na adesão a instituições de foro europeu, como a "METREX - The Network of European Metropolitan Regions and Areas".

Este esforço, ainda que nos seus primeiros passos, já permitiu que a CIM

Cávado pudesse, durante o ano de 2022, apresentar diversas candidaturas em plataformas de financiamento como Interreg Europe, promovesse Programas de Cooperação Transfronteiriço e tenha sido uma das primeiras 8 entidades públicas portuguesas a aderir à Carta de Missão das Adaptações Climáticas.

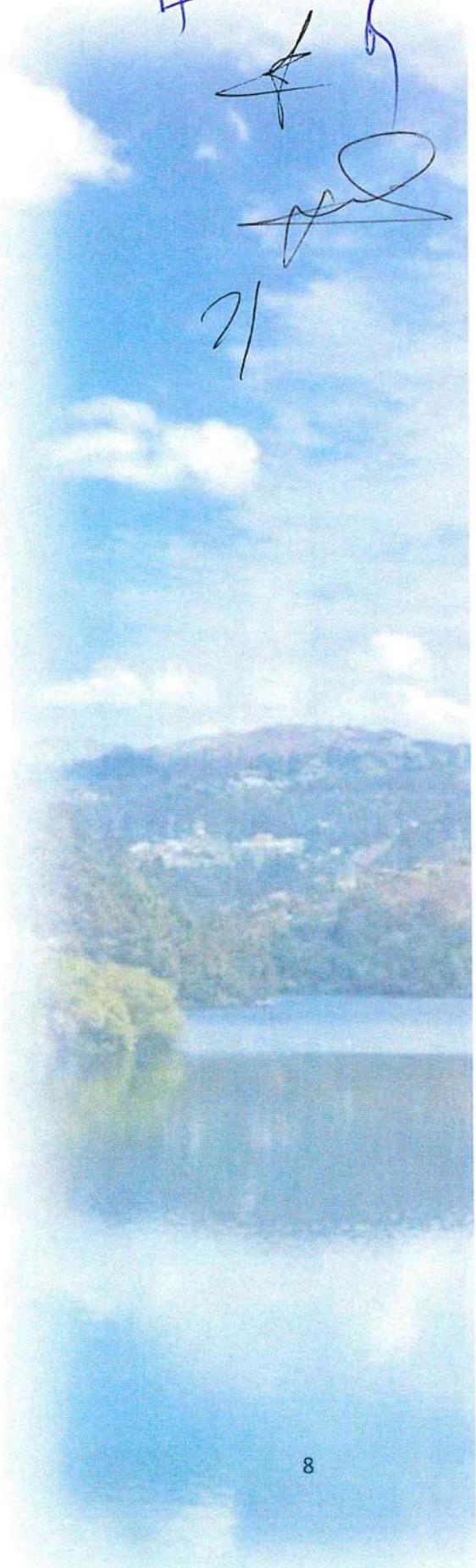
Aliás, com essa base, a CIM Cávado tem, em articulação com a Agência Nacional de Inovação, articulado fóruns de discussão nacionais com o propósito de apoiar regiões e autoridades locais europeias para a resiliência climática até 2030, construir uma comunidade de práticas sobre a temática e apoiar a realização do "European Green Deal" e da Estratégia Europeia de Adaptação às Alterações climáticas.

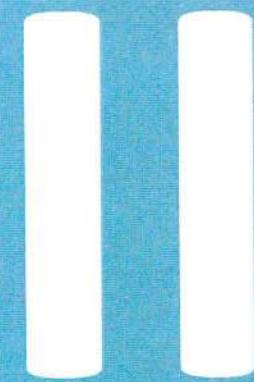
Mas, sendo importante realçar este ponto, foi com este fito que, pela primeira vez na sua história, a CIM Cávado conseguiu integrar um consócio europeu liderado pela Deltares, no âmbito do projeto "NBRACER – NatureBasedSolutions for Atlantic Regional ClimateResilience", financiado pelo programa "HORIZON", que apresenta uma abordagem inovadora e prática para acelerar a transformação das 30 regiões parceiras, visando torná-las

mais resilientes às alterações climáticas,
mais seguras, verdes, limpas, saudáveis e
justas.

Este alargamento da sua rede
institucional permite o acesso a
informação e à sua inclusão em diversas
estratégias para o nosso território que
esperamos possam vir a ser decisivas
para o sucesso de inúmeros projetos em
curso ou a encetar, e que traduzem uma
cultura de trabalho multidisciplinar.

Por outro lado, e como forma de cumprir
com a sua Missão, a CIM Cávado têm
reforçado o papel das entidades que
gravitam na sua esfera de ação como a
Autoridade Intermunicipal de
Transportes (AITC) e o Gabinete Técnico
Florestal Intermunicipal (GTFI), que se
têm afirmado crescentemente entre os
seus pares municipais, associativos e
institucionais como forma de fazer face
aos contínuos desafios ao nível da
descentralização de competências.





Órgãos Sociais da CIM Cávado

A
P
R
F
G
H
J
L
M
N
S
T
U
V
W
X
Y
Z

Assembleia Intermunicipal

30

Membros

3

Mesa da Assembleia

Presidente

Joaquim Manuel Araújo Barbosa

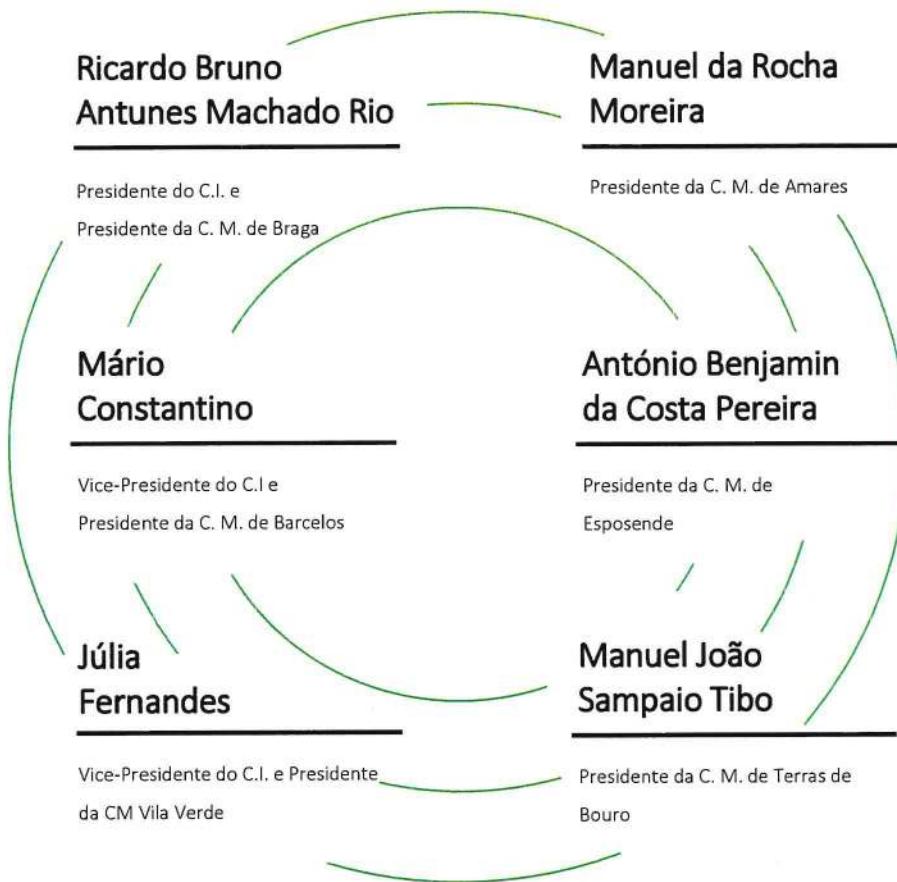
Vice-Presidente

Alexandrino Manuel Oliveira Ribeiro

Secretária

Elisa Amélia Rodrigues Brandão

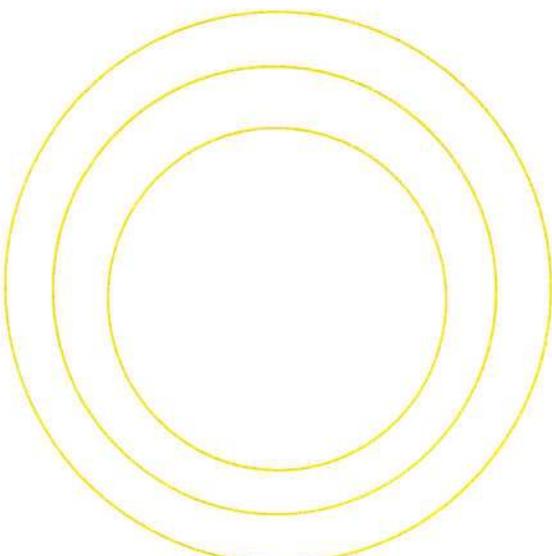
Conselho Intermunicipal



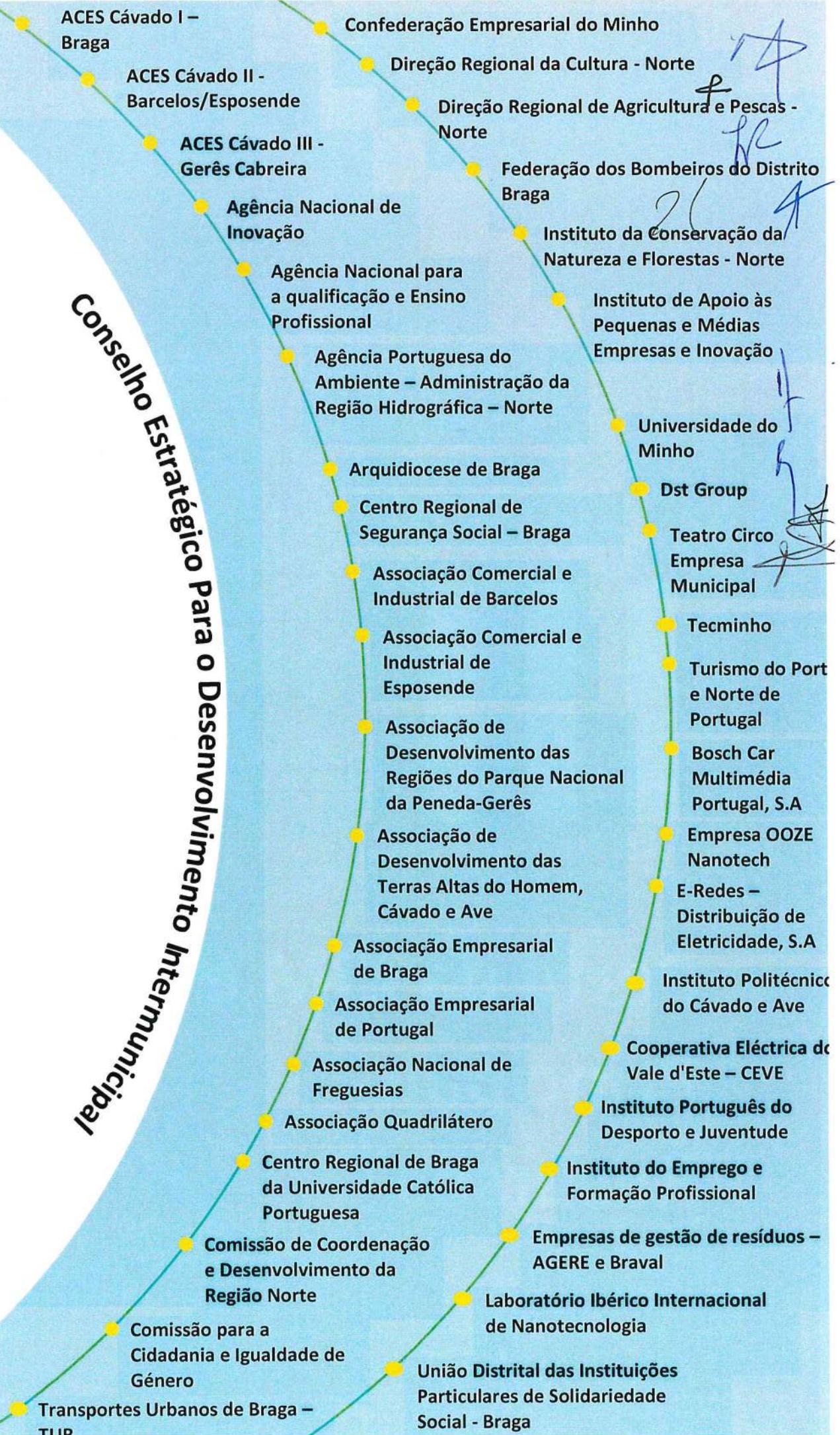
Secretariado Executivo Intermunicipal

Rafael Gomes
Amorim

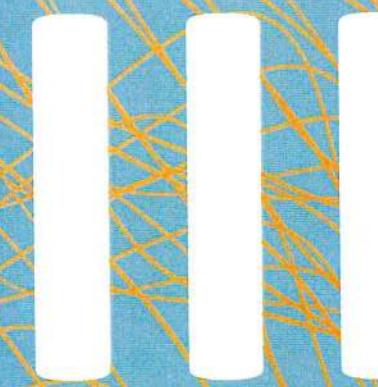
Primeiro Secretário Executivo



Conselho Estratégico Para o Desenvolvimento Intermunicipal



✓
• HR
A
IT
D
S



Perfil da CIM e Principais Recursos

Recursos Humanos

vale do
cavado

cavado
2030

21

Colaboradores

1

Comissão de
Serviço no âmbito
da LTFP

Dirigente
intermédio
de
2º grau

1

CT em Funções
Públicas por Tempo
Indeterminado

Assistente
Técnico

4

Comissão de
Serviço no
âmbito da LTFP

Dirigente
intermédio
de
3º grau e
seguintes

2

CT em Funções
Públicas por Tempo
Indeterminado

Assistente
Operacional

13

CT em Funções
Públicas por Tempo
Indeterminado

Técnico
Superior

13

Feminino

8

Masculino

13 Trabalhadores

<5 anos de
antiguidade

41

Média de Idades

6 Trabalhadores

10-14 anos de
antiguidade

2 Trabalhadores

5-9 anos de
antiguidade

14

Ações de Formação

25 Participações

12 Trabalhadores

1269 Horas

Formação

1375 Euros

Encargos com Formação

Massa Salarial

292.743,97€

Homens

375.637,59€

Mulheres

668.381,56€

Total

11 Mestrados

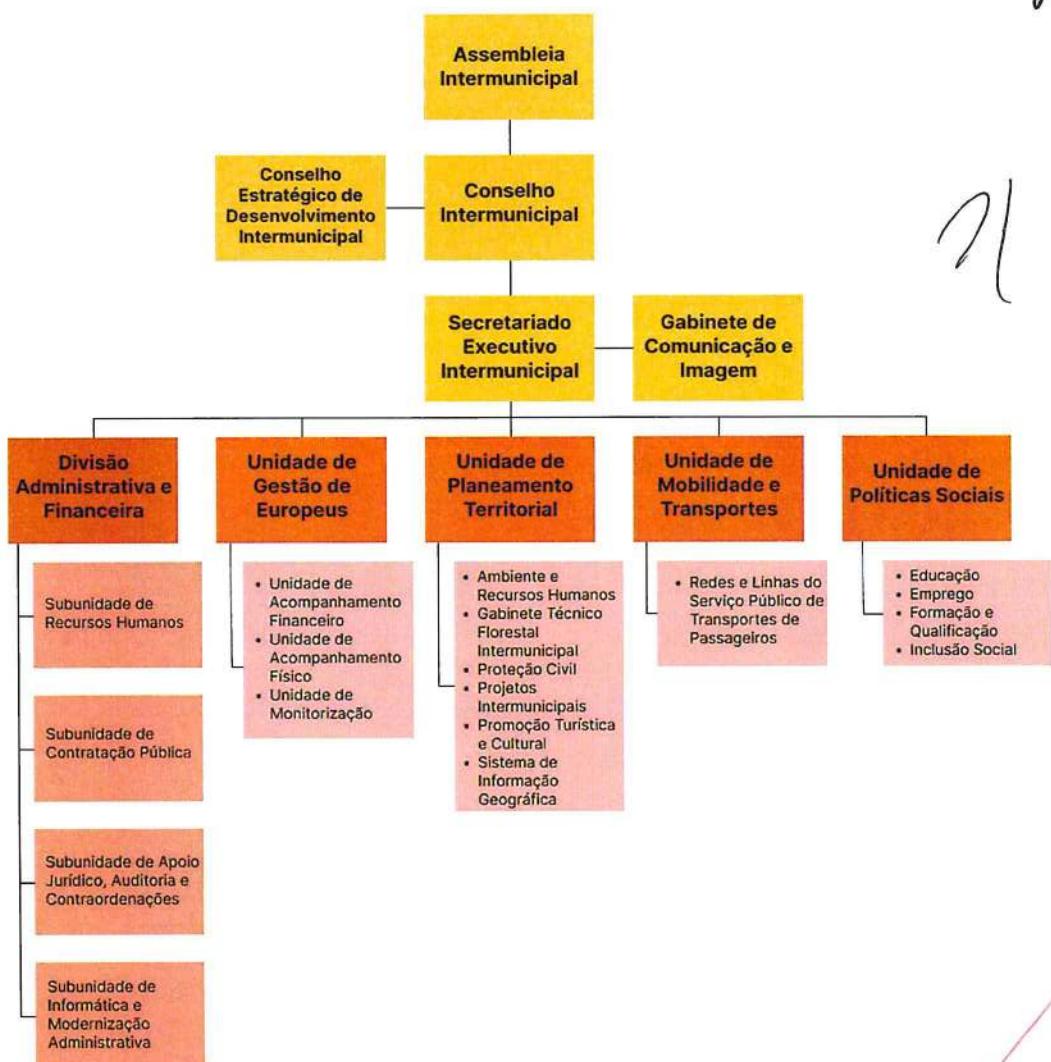
6 Licenciaturas

1 Doutoramento

Habilidades Académica



Organograma da CIM Cávado



Recursos Materiais

A Comunidade Intermunicipal do Cávado está sediada num edifício da Rua do Carmo em Braga, propriedade do Estado, o qual foi reconstruído e reabilitado em 1990 para instalação do GAT do Cávado, um serviço desconcentrado da CCDRN vocacionado para dar apoio técnico direto aos municípios da NUTS. Com a constituição da CIM Cávado, e por acordo entre as partes, a CCDRN abdicou deste direito a favor da CIM Cávado.

A CIM do Cávado é proprietária dos seguintes edifícios sediados na cidade de Braga:

- Edifício do Palácio dos Biscaínhos (ocupado pelo Museu dos Biscaínhos - Ministério da Cultura)
- Edifício do Rossio da Sé (ocupado pelo Tribunal de Trabalho de Braga, ACT e serviços de fiscalização do município de Braga)
- Edifício na Rua dos Falcões, atualmente ocupado pela Cáritas (instalações do antigo GAT do Cávado);

Até 31 de dezembro, a frota automóvel da CIM do Cávado é constituída por três viaturas, propriedade própria (duas a combustão e uma elétrica).

Recursos Financeiros

As principais fontes de financiamento do orçamento da CIM Cávado, são as mesmas dos anos anteriores, com algumas oscilações de valor, em termos absolutos e de peso relativo:

2.954.153,25€

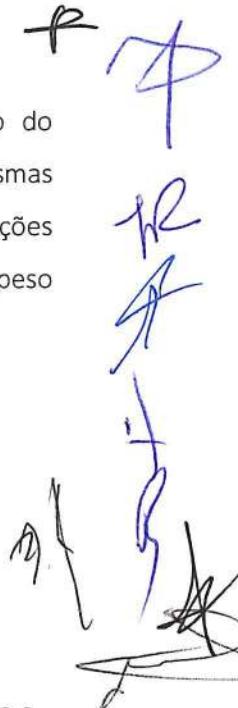
Receitas do Estado (58%)

427.499,82€

Quotas de participação dos municípios na e comparticipação dos Municípios da componente não financiada dos projetos (12%)

619.365,90€

Projetos cofinanciados no âmbito do Portugal 2020 (10%)



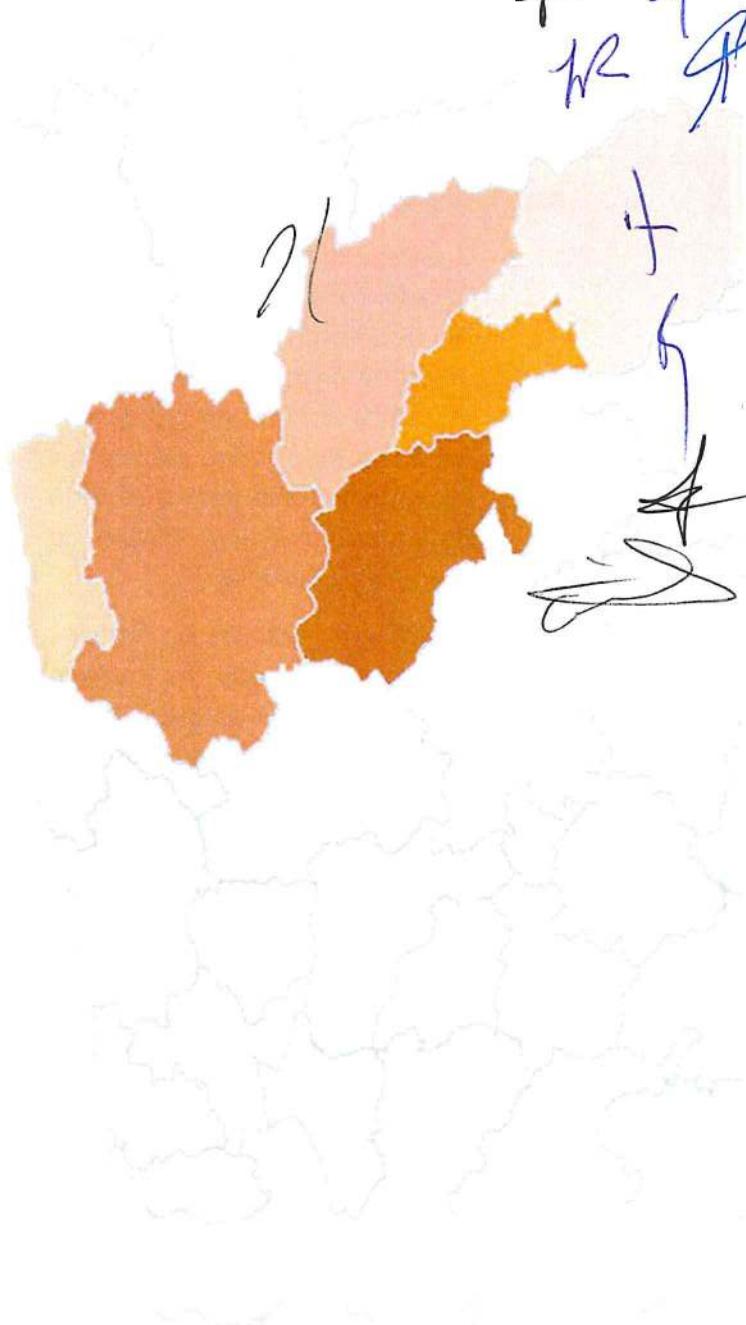
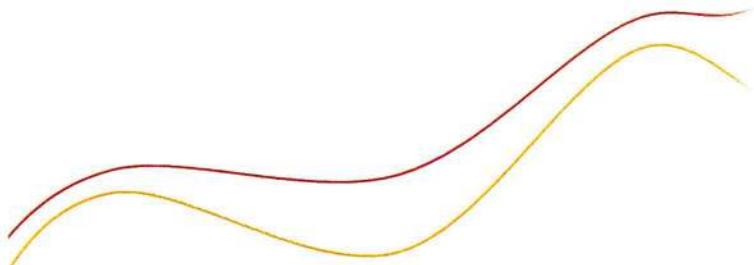
+ ✓
12 ✓
+
✓
+

Território de Influência

A Comunidade Intermunicipal do Cávado integra os municípios da NUTS III Cávado: **Amares, Braga, Barcelos, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde.** Representa uma área total de 1245,8 Km², é composta por 170 freguesias e compreendia em 2021, uma população residente de cerca de 418 mil pessoas.

As NUTS III do Cávado representam ainda:

- 5,85% da área total (km²) da região norte;
- 11,48% do total da população (2021) residente da região norte.



População Residente

Terras do Bouro	Amares
Esposende	Barcelos
Vila Verde	Braga

Fonte: INE, Censos 2021

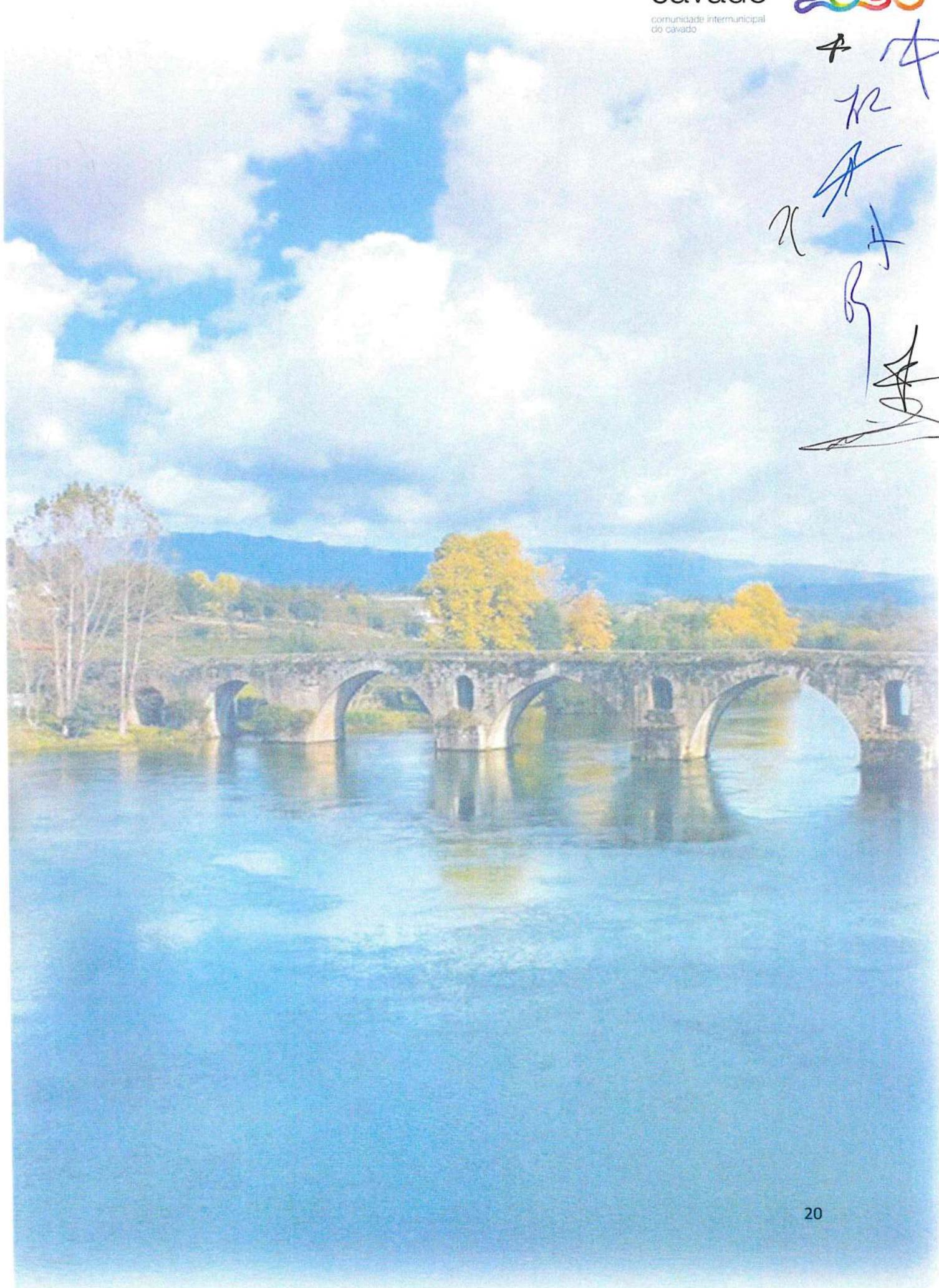
P P
M P
A H
F H
G A
J A

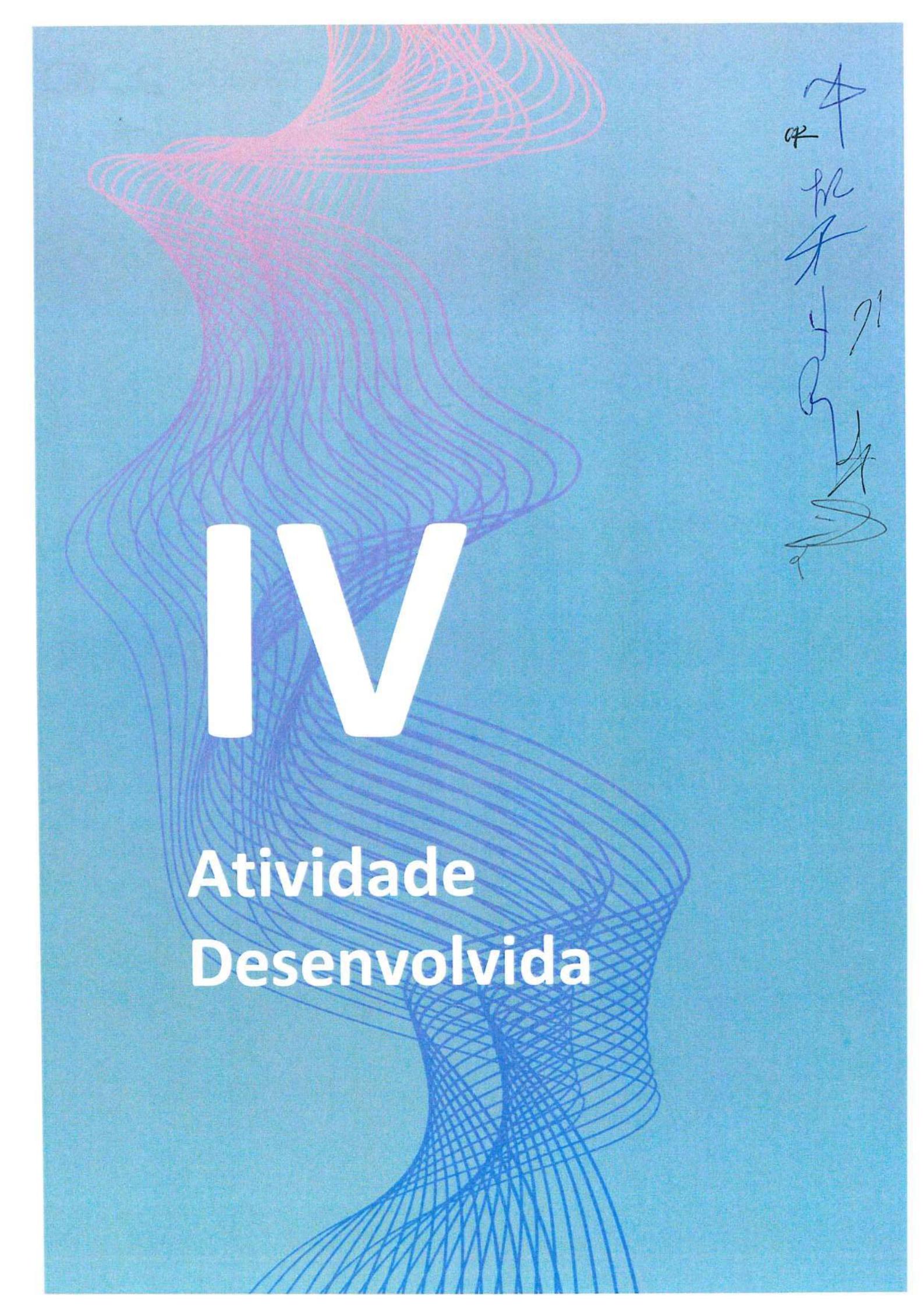
Bacia hidrográfica do Cávado

- É estruturada por um troço do Rio Cávado, compreendido entre a foz, em Esposende, e o concelho de Terras de Bouro, num troço de Rio com cerca de 71 km, do total dos 135 km que o rio percorre desde a sua nascente na Fonte da Pipa na Serra do Larouco (Altitude: 1520m) do concelho de Montalegre.
- Integra um troço do Rio Homem, afluente do Cávado na margem direita em "Ponte do Bico" (Braga, Amares e Vila Verde), que nasce no lugar de Carris (altitude: 1500m) no concelho de Terras de Bouro, e percorre uma extensão de 47 km.

Duas áreas protegidas na área da NUTS III Cávado

- Parque Nacional da Peneda Gerês
- Parque Natural Litoral Norte

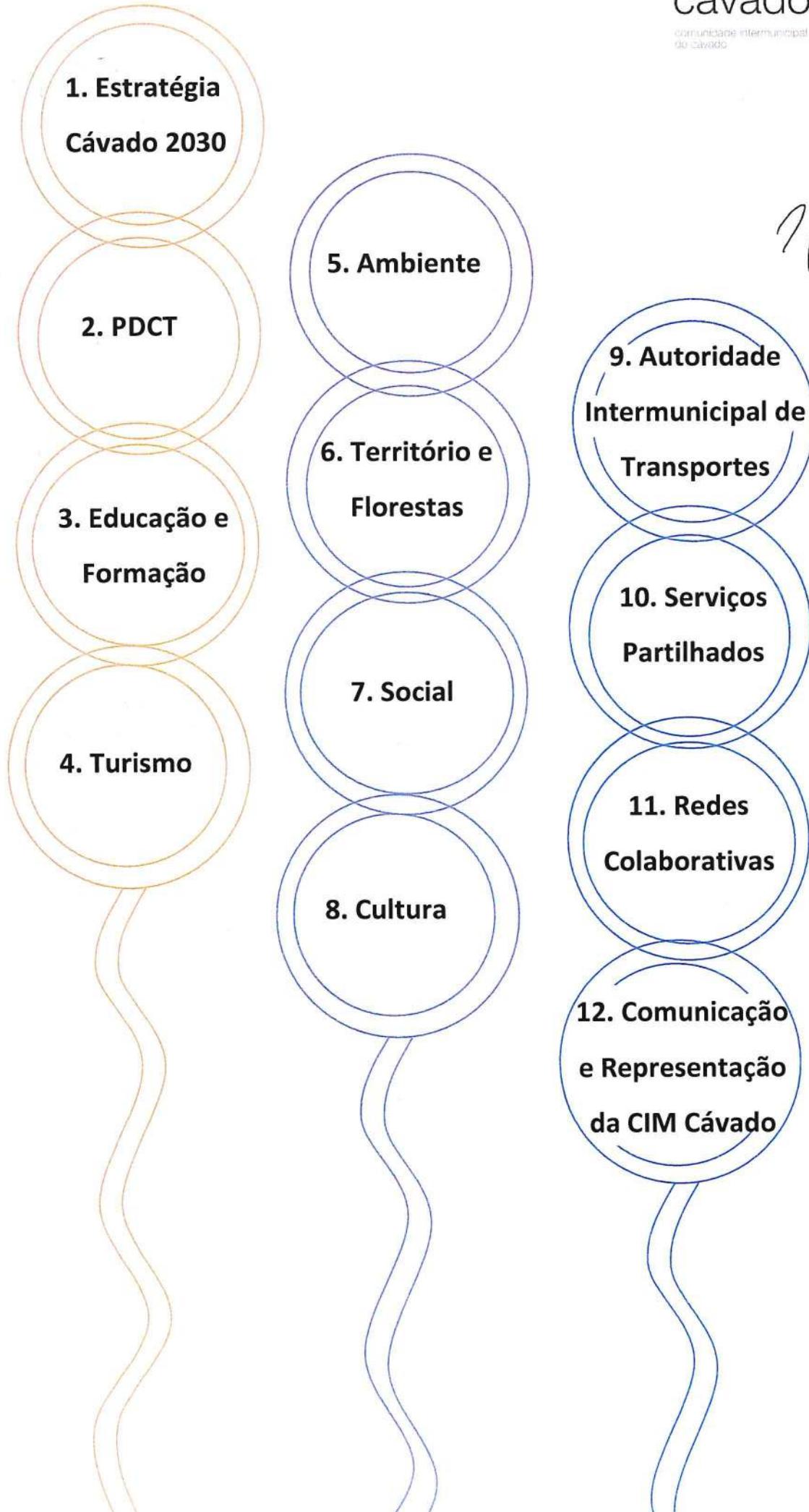




IV

**Atividade
Desenvolvida**

ok
fr
f
y
q
d
q

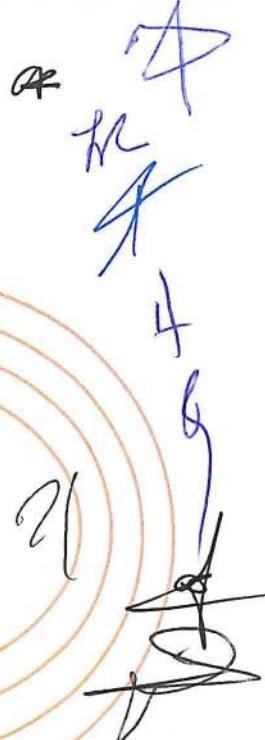


+37

Projetos Promovidos

+55.745.441€

Investimento Executado

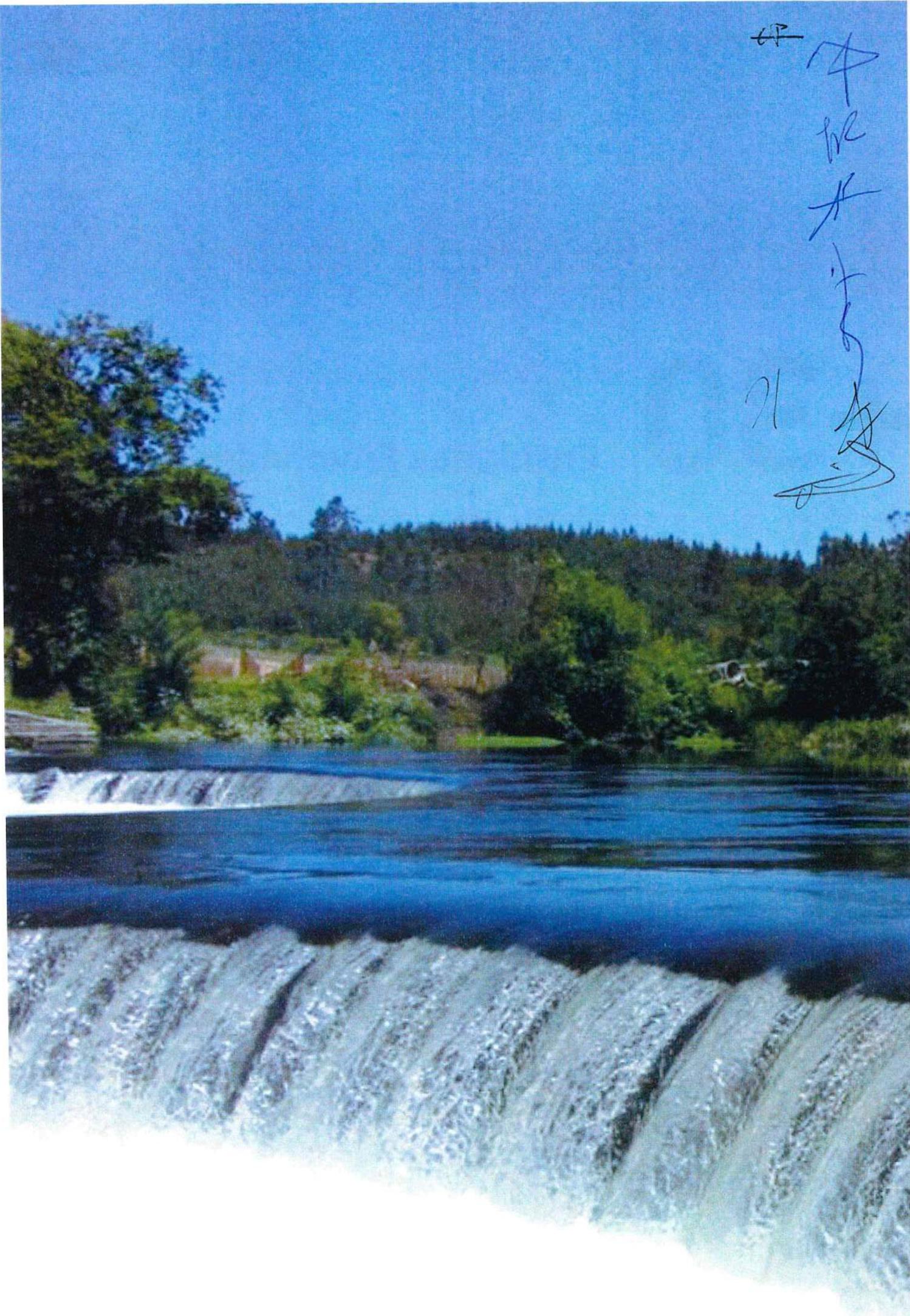


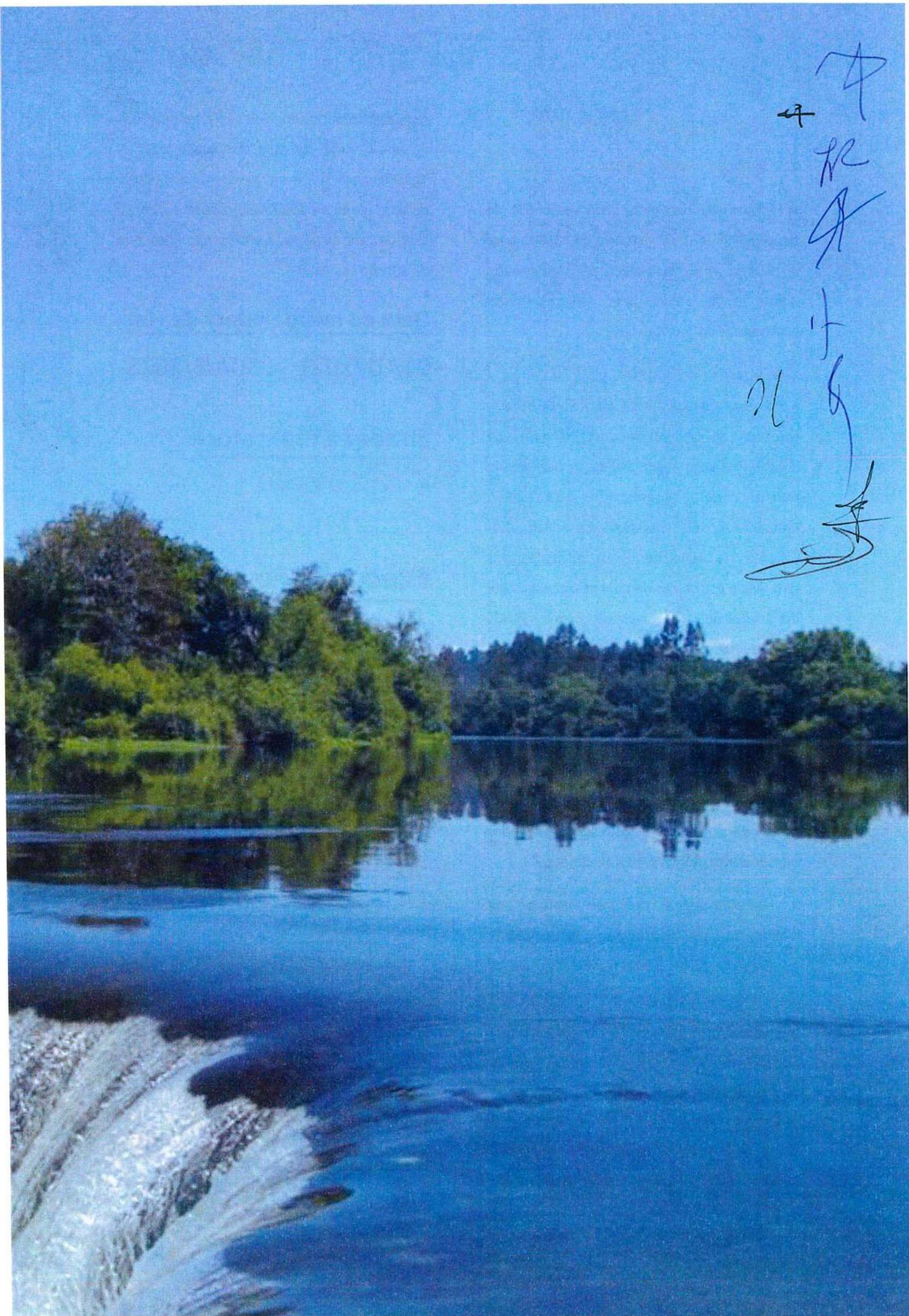
+30

Entidades Envolvidas

Investimento Aprovado

+37.333.920€





1. Estratégia Cávado 2030

1.1. Estratégia Cávado 2030

Esta operação pretende traçar as linhas de desenvolvimento do território do Cávado para os próximos anos, dos recursos existentes e das linhas e de acordo com as prioridades estratégicas do próximo QC.

Resumo das Atividades

A presente operação tem o objetivo de dotar o território do Cávado de uma estratégia de desenvolvimento regional para o período de período de programação 2021-2027. Enquadra-se no Objetivo Específico 1.1. Garantir o funcionamento eficiente dos sistemas e estruturas de coordenação, gestão, monitorização e avaliação do POAT, contribuindo, designadamente, para “o desenvolvimento de estudos prospectivos e do apoio à conceção e implementação de medidas de promoção do desenvolvimento territorial e da coesão económica e social e assegura a coordenação e suporte técnico aos processos de programação e reprogramação dos fundos europeus estruturais e de investimento”.

A execução desta operação resultou na Elaboração da Estratégia Cávado 2030, nomeadamente no desenho da Estratégia de Desenvolvimento para o Território do Cávado, processo já iniciado no ano de 2021, e que culmina com a concretização da 2.ª parte, nomeadamente a definição dos eixos prioritários para o Cávado, as linhas de ação e identificação de projetos que venham a integrar uma carteira de investimentos em

cada área temática que venham a ser definidos no futuro Plano de Ação do Cávado 2030. A Agência para o Desenvolvimento e Coesão, durante o ano de 2022, veio reduzir o alcance deste Aviso e só permitiu a execução financeira de 50% do seu valor.

Data de Início Data de Fim

01/01/2021 30/06/2023

Entidade Promotora

CIM Cávado

Execução Financeira

45.999,54€

Investimento Aprovado

45.999,54€

Investimento Executado

100%

Execução Financeira

Alinhamento com ODS



1.2. Rumo ao Cávado 2030

Operação visa promover a elaboração de planos de ação de natureza territorial e temática, direcionado para a criação de instrumentos de planeamento e gestão estratégica de suporte ao desenvolvimento

Resumo das Atividades

Pretende-se através desta Operação elaborar, definir e operacionalizar os Planos de Ação de desenvolvimento territorial para o período 2021-2027, em particular, nos domínios da Mobilidade Sustentável e das Políticas Educativas, de Formação e Coesão Territorial. Neste sentido, pretende-se com esta operação

- Identificar e consolidar parcerias locais e regionais para o desenvolvimento, envolvendo a CIM, os municípios e outros agentes, tanto no processo de definição estratégica quanto no comprometimento com a ação futura.
- Capacitar os agentes envolvidos nas dinâmicas de intervenção em rede, à escala concelhia e supraconcelhia, para os processos de planeamento estratégico, conceção e o desenvolvimento de projetos. No ano de 2022 foram iniciados os procedimentos concursais para a elaboração dos planos, que serão realizados no ano de 2023.

Data de Início

01/03/2022

Data de Fim

30/06/2023

Entidade Promotora

CIM Cávado

Execução Financeira

235.265,94€

Investimento Aprovado

10.604,33€

Investimento Executado

4,5%

Execução Financeira

Alinhamento com ODS



2. Plano para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Cávado (PDCT)

2.1. Estrutura de Apoio Técnico ao PDCT do Cávado - 2021-2023

Operação que visa o financiamento das atividades necessárias ao exercício das competências delegadas pela Autoridade de Gestão para os Organismos Intermédios, neste caso, a CIM Cávado.

Resumo das Atividades

Esta operação visa criar na CIM Cávado as condições para o exercício eficaz e eficiente das competências delegadas pela Autoridade de Gestão do Norte 2020, através, nomeadamente, do financiamento de ações relativas às atividades de conceção, preparação, gestão, controlo, acompanhamento, monitorização, avaliação, informação, publicidade, divulgação e sensibilização do Programa, bem como para as ações conducentes a um melhor conhecimento da Região do Norte, garantindo um apoio adequado aos beneficiários e uma ampla divulgação aos cidadãos e aos agentes económicos.

Esta operação permite à CIM Cávado exercer e reforçar as capacidades institucionais, técnicas e administrativas, criar os instrumentos de planeamento e gestão estratégica, estimular a cooperação entre municípios como fator chave do desenvolvimento, fomentar a coesão e o equilíbrio do território e consolidar a malha institucional ao nível sub-regional.

<u>Data de Início</u>	<u>Data de Fim</u>
01/01/2021	31/12/2023

Entidade Promotora

CIM Cávado

Execução Financeira

839.328,50€

Investimento Aprovado

444.476,81€

Investimento Executado

53%

Execução Financeira

Alinhamento com ODS



2.2. Plano para o Desenvolvimento e Coesão do Cávado 2014-2020

O Plano de Desenvolvimento de Coesão Territorial do Cávado foi contratualizado em agosto de 2015, da qual a NUT III Cávado beneficiou de um apoio global contratualizado de 49,5 Milhões de euros.

Resumo das Atividades

O ano de 2022 correspondeu ao penúltimo ano de Execução do NORTE 2020, o qual ficou marcado pela realização de 3 Exercícios de Optimização Execução à Escala Intermunicipal e Setorial ("Soma Nula"), os quais vieram permitir um aumento significativos dos níveis de execução financeira das operações do território da NUTS III Cávado.

Com a reprogramação do Programa Operacional NORTE 2020 e os Exercícios de Soma Nula decorridos durante o ano de 2022, foi possível apurar no final do ano de 2022 uma taxa de compromisso de 99,2% e uma taxa de execução financeira de 69%

A nível de compromisso, o PDCT do Cávado tem as suas operações integralmente aprovadas e comprometidas, sendo que no ano de 2022 foram aprovadas 63 Operações/Candidaturas relativamente à PI 8.8. - Viveiros de Empresas Apoio, que correspondeu a um montante de Inv. Total Elegível de 12,9 M€, sendo 5,1M€ correspondentes ao co financiamento FEDER. Também foram aprovadas neste ano as operações relativamente aos Espaços de Cidadão, na PI 2.3. - TICS na Administração Local.

As principais tarefas a serem desempenhadas em 2023 decorrem do processo de encerramento das operações, ou seja, a análise dos Pedidos de Pagamento, realização das Visitas ao Local e análise dos Relatórios Finais de Execução.

Data de Início Data de Fim

15/08/2015 30/12/2023

Entidade Promotora

CIM Cávado

Execução Financeira

49.929.660€

Investimento Aprovado

34.721.332€

Investimento Executado

69%

Execução Financeira

Alinhamento com ODS



- Organização e realização das Olimpíadas de Educação Financeira, concurso anual e sessão pública de trabalhos finais.

<u>Data de Início</u>	<u>Data de Fim</u>
01/10/2020	30/06/2023

Entidade Promotora

**CIM Cávado e
Municípios do Cávado**

Execução Financeira

66.150,00€

Investimento Aprovado

33.600,00€

Investimento Executado

50,8%

Execução Financeira

Alinhamento com ODS





Figura 3 - Reunião das Entidades Intermunicipais do Cávado, Douro e Terras de Trás-os-Montes sobre Centros Urbanos Regionais no Norte 2030

3.2. Ensinar e Aprender Português

Trata-se de um recurso educativo digital para o ensino da leitura e escrita, destinado a alunos do 1º ciclo do ensino básico e adequado para aulas presenciais, a distância e mistas.

Resumo das Atividades

- Disponibilização do recurso digital a cerca de 651 professores e 10.831 alunos e encarregados de educação das turmas do 1º ciclo do ensino básico, no ano letivo 2021/22;
- Gestão dos utilizadores e operacionalização das credenciais de acesso;
- Realização de sessões de apresentação do projeto às Direções e Coordenadores de 1.º ciclo dos Agrupamentos de Escolas, com o objetivo de apresentar a metodologia de implementação do Projeto e o respetivo cronograma de implementação;
- Realização de sessões de apresentação das funcionalidades e manuseamento do recurso educativo EAP, e sessões de esclarecimento sobre a Aplicação de Provas de Rastreio e Monitorização, destinado aos/as professores/as envolvidos no projeto.
- Realização de sessão para direções de Agrupamentos de Escolas e coordenadores de 1.º Ciclo, intitulada de "A importância do rastreio e do recurso Ensinar e Aprender Português na recuperação de aprendizagens e diferenciação pedagógica";
- Implementação do Ciclo Formativo "Ensinar e Aprender Português" composto por ações de curta duração, workshops temáticos e 1 Curso

de Formação, direcionadas para a comunidade educativa (professores do 1º ciclo e técnicos do município), com diferentes oradores temas.

- Realização a 31 de maio de 2022 da Final Intermunicipal da 4ª Edição das Olimpíadas da Cidadania e do Património em Braga e que contou com a participação de seis turmas vencedoras da 1ª fase dos municípios de Barcelos, Braga e Esposende.

Data de Início	Data de Fim
01/10/2020	30/06/2023

Entidade Promotora

**CIM Cávado e
Municípios do Cávado**

Parceiros

Municípios; Agrupamentos de Escola e Escolas Não Agrupadas da NUTS III Cávado (1ºCiclo Ensino Básico); Centro de Investigação em Psicologia; Centro de Investigação em Estudos da Criança da Universidade do Minho; INVESTGARE – Associação para a Investigação em Leitura, Escrita e Neurociências, Plano Nacional de Leitura e Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar

Execução Financeira

68.265,00€

**Investimento
Aprovado**

38.285,53€

Investimento Executado

56,1%

Execução Financeira

Alinhamento com ODS



3.3. Plano de Formação para a Modernização e Capacitação da Administração Local

A CIM Cávado viu aprovado em 2020 o Plano de Formação para a Modernização e Capacitação da Administração Local da NUTS III Cávado, no âmbito do Aviso NORTE-62-2018-34.

Resumo das Atividades

O Plano de Formação Intermunicipal durante o ano de 2022 implementou 16 ações formativas num total de 1574 horas de formação e envolveu 314 trabalhadores do universo da CIM do Cávado e dos seus Municípios associados, dos quais, 227 do sexo feminino e 87 do sexo masculino.

Os cursos centraram-se em diversas áreas, entre as quais se destacam, ambiente, contabilidade, direito, educação e inovação social, informática, turismo, entre outras. Estes cursos foram ministrados por entidades formadoras e formadores certificados, que aliam um formação académica de nível superior a uma experiência profissional relevante nas áreas de formação por eles ministradas.

<u>Data de Início</u>	<u>Data de Fim</u>
24/09/2020	31/03/2023

Entidade Promotora

CIM Cávado

Parceiros

Municípios do Cávado

Execução Financeira

439.463,15€

Investimento Aprovado

315.055,91€

Investimento Executado

71,7%

Execução Financeira

Alinhamento com ODS



4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO



17 PARCERIAS PARA A IMPLANTAÇÃO DOS OBJETIVOS



Figura 4 - Ação de Formação no âmbito do Plano de Formação para a Modernização e Capacitação da Administração Local da NUTS III Cávado



Figura 5 - Seminário Final da Formação – Ação “Educar Fora da Sala de Aula – Ferramentas de Educação Consciente para Pessoal Não Docente”

3.4. Literacia no Cávado

Trata-se de um projeto orientado para os alunos do 1º Ciclo e tem como objetivo promover a utilização de recursos educativos digitais ao nível da matemática, da leitura e escrita.

Resumo das Atividades

- Implementação da ação “Literacia Matemática - Recurso Educativo Hypatiamat” (Gestão, implementação e manutenção da plataforma Hypatiamat; disponibilização do recurso digital a cerca de 513 professores e 6.238 alunos do 1º ciclo do ensino básico, no ano letivo 2021/22; realização de 4 Workshop's: Recurso Educativo Digital - Plataforma Hypatiamat, direcionadas para a comunidade educativa (professores do 1º ciclo e técnicos do município); realização de 3 edições dos Campeonatos de Cálculo Mental Hypatiamat online).
- Implementação da ação “Literacia Comunicacional, Leitura e Escrita - Abordagem Multidisciplinar” (Avaliação diagnóstica e intervenção ao nível da terapia da fala; Implementação de um Programa de Promoção de Competências de Literacia Comunicacional, Leitura e Escrita; e, Coadjuvação técnica especializada para a utilização de recursos educativo digitais (tais como o Ensinar e Aprender Português, Hypatiamat);
- Sessões de trabalho com o Grupo Operativo Intermunicipal para a Educação, para acompanhamento dos níveis de execução, monitorização e avaliação do projeto; e,
- Monitorização e avaliação do projeto através do quadro de bordo (indicadores de projeto) e de relatórios acompanhamento das principais atividades realizadas.

Data de Início Data de Fim

30/01/2022 31/06/2023

Entidade Promotora

CIM Cávado

Parceiros

Municípios, Agrupamentos de Escola e Escolas Não Agrupadas da NUT III Cávado

Execução Financeira

1.073.463,7€

Investimento Aprovado

667.392,16€

Investimento Executado

62,2%

Execução Financeira

Alinhamento com ODS





Execução Financeira

250.000,00€

Investimento Aprovado

15.000,00€

Investimento Executado

6%

Execução Financeira

Alinhamento com ODS



Entidade Promotora

Association franco polonaise Côtes d'Armor Warmie et Mazurie

Parceiros

CIM Cávado; Agrupamento de Escolas Carlos Amarante; Association Les Amis de Constanta; Lycée Général et technologique Chaptal; V Liceum Ogólnokształcące im. Wspolnej Europy w Olsztynie. Colegiul Național "Horea, Closca și Crisan" Alba Iulia.

+ AP
m
f
t
d
j



Figura 6 - Primeira reunião do comité de pilotagem do projeto ROBOTIQUE4HUMANS, em Olsztyn na Polónia

3.6. - Rede de Oferta de Cursos Profissionalizantes para o Ensino Secundário Profissional

Trata-se do planeamento da oferta de qualificações de tipo intermédio, mais propriamente dos cursos profissionais.

Resumo das Atividades

- Participação da CIM Cávado nas sessões de trabalho e ações de formação promovidas pela Secretaria de Estado da Educação, em articulação com a ANQEP e DGESTE, para apresentação e explicitação da metodologia, critérios e procedimentos associados ao processo de planeamento e concertação das redes ofertas profissionalizantes.
- Homologação de um volume global de 86 Turmas da oferta formativa dos Cursos Profissionais (CP) e 8 Cursos de Educação e Formação (CEF) para o ano letivo 2021/22.
- Realização de reuniões sub-regionais de análise das perspetivas dos estabelecimentos com ensino profissional da NUTS III Cávado sobre a formulação de candidaturas ao concurso dos Centros de Especialização Tecnológica, no âmbito do PRR, e interpelações com o Ministério da Educação sobre o assunto, através de comunicação escrita ou participação em reuniões.

Data de Início

2016/2017

Entidade Promotora

CIM Cávado

Parceiros

ANQEP, DGESTE-DSRN, Municípios e Escolas com ensino profissional da NUTS III Cávado

Execução Financeira Não aplicável

Alinhamento com ODS





4. Turismo

4.1. ECC PROVERE Minho Inovação – PA1- Marketing, Comunicação e Internacionalização

Projeto transversal de delineação e implementação da estratégia de promoção turística do Minho de baixa densidade, assegurando os mecanismos financeiros, organizacionais e comunicacionais

Resumo das Atividades

- Participação na edição de 2022 da Bolsa de Turismo de Lisboa (16 a 20 de março);
- Participação na edição de 2022 da AGRO – Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação (24 a 27 de março)
- Eventos "Essência do Minho" em Lisboa (Monsanto no dia 8 de março) e no Porto (Serralves no dia 25 de novembro);
- Ação de Benchmarking e Internacionalização a Londres - Visita à WTM World Travel Market 2022 (6 a 8 de novembro); (<https://www.cimcavado.pt/cim-cavado-realiza-acao-de-benchmarking-e-internacionalizacao-ao-reino-unido-para-promover-a-regiao/>)
- Ação de Benchmarking relacionada com territórios de baixa densidade ao Parque Nacional Picos da Europa (24 a 27 de outubro);
- Programa de Capacitação e Mobilização do Turismo - 1º Edição (Comunidade Intermunicipal do Alto Minho)

Data de Início Data de Fim

01/01/2018 30/06/2023

Entidades Promotoras

**Comunidades
Intermunicipais do Alto
Minho, Ave e Cávado -
Consórcio Minho Inovação**

Parceiros

**24 municípios do Minho, Olho de
Vidro**

Execução Financeira

326.236,00€

Investimento Aprovado

131.868,15€

Investimento Executado

40%

Execução Financeira

Alinhamento com OD





Figura 7- Participação no Evento "Essência do Minho" no Porto



Figura 8 -Participação no Evento "Essência do Minho" em Lisboa

Figura 9 - Participação na edição de 2022 da AGRO – Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação



Figura 10 - Ação de Benchmarking e Internacionalização a Londres - Visita à WTM World Travel Market 2022



Figura 11 - Participação na edição de 2022 da Bolsa de Turismo de Lisboa

4.2. ECC PROVERE Minho Inovação – PA2 – Touring Cultural – Identidade Cultural do Minho

Projeto dedicado à classificação, preservação e qualificação dos recursos patrimoniais em que assenta este produto turístico, tendo em vista a estruturação em rede da oferta turística.

Resumo das Atividades

- Entrega de prémios da 2º edição do Concurso Minho Storytelling (categorias Conto, Vídeo e Media Art/Realidade Virtual no dia 4 de julho no café concerto da Rádio Universitária do Minho (RUM) em Braga. (<https://www.cimcavado.pt/consorcio-minho-inovacao-divulga-resultados-do-premio-minho-storytelling-novas-olhares-sobre-o-minho-nas-categorias-conto-video-e-media-art-arte-sonora-e-interat/>)

- Conclusão do Ciclo de Conferências "Estórias do Minho - Narrativas no Feminino de uma Geografia Identitária";
- Início do desenvolvimento e produção de site com conteúdos multimédia sobre André Soares
- Génio do Barroco;
- Apresentação do Livro e do documentário: "Amar o Minho: Programa de Residências e Intervenções Artística" (12 de dezembro) na Casa do Conhecimento em Vila Verde.

<u>Data de Início</u>	<u>Data de Fim</u>
01/10/2018	30/06/2023

Entidade Promotoras

**Comunidades
Intermunicipais do Alto
Minho, Ave e Cávado -
Consórcio Minho Inovação**

Parceiros

**24 municípios do Minho e
Fundação Bienal de Cerveira**

Execução Financeira

174.561,50€

Investimento Aprovado

112.606,45€

Investimento Executado

65%

Execução Financeira

Alinhamento com ODS



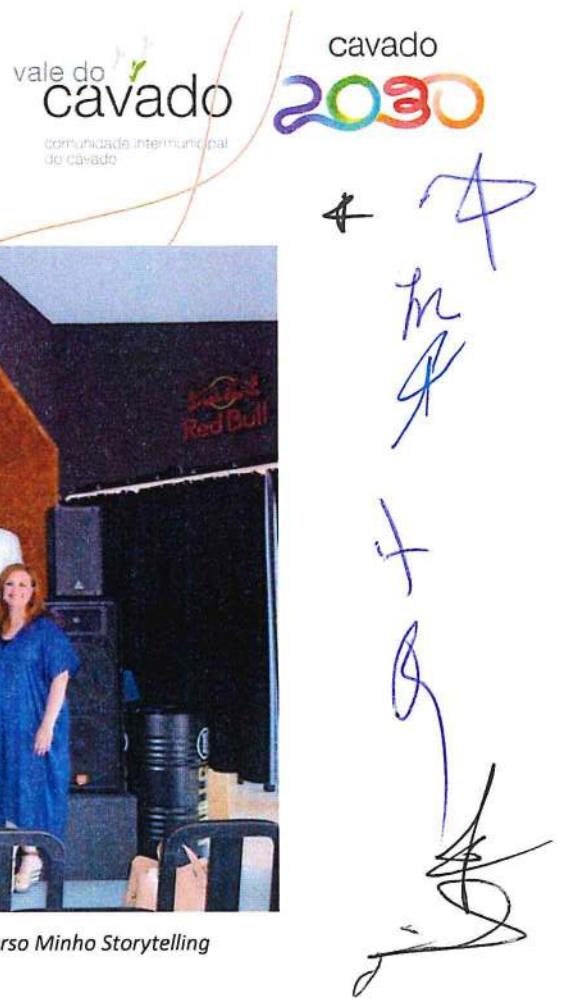


Figura 12 - Cerimónia de Entrega de prémios da 2º edição do Concurso Minho Storytelling



Figura 13 - Apresentação do livro e do documentário: "Amar o Minho: Programa de Residências e Intervenções Artísticas"

4.3. ECC PROVERE Minho Inovação –PA 3 Touring Cultural – Aldeias de Portugal (Minho)

Projeto com incidência na área da promoção, animação e gestão, das Aldeias do Minho, complementando os investimentos infraestruturais promovidos pelos municípios no âmbito do PA7.

Resumo das Atividades

- Apoio aos municípios na adequação e implementação do Programa de Animação das Aldeias de Portugal (Minho);
- Programa de animação comunitária e capacitação para o desenvolvimento de comunidades rurais de montanha, Acontece in Loco – Campo do Gerês.

Data de Início Data de Fim
01/10/2018 30/06/2023

Entidade Promotora

**Comunidades
Intermunicipais do Alto
Minho, Ave e Cávado -
Consórcio Minho Inovação**

Parceiros

24 municípios do Minho e Fundação Bienal de Cerveira

Execução Financeira

155.635,25€

Investimento Aprovado

65.786,25€

Investimento Executado

42%

Execução Financeira

Alinhamento com ODS





Figura 14 - Programa de animação comunitária e capacitação para o desenvolvimento de comunidades rurais de montanha,
Acontece in Loco – Campo do Gerês

4.4. ECC PROVERE Minho Inovação –PA 4 Touring Cultural – Artes e Produtos Tradicionais

Este projeto incide na qualificação, valorização e promoção dos produtos artesanais certificados e na incrementação de novos produtos artesanais certificados. Implica também inovar e capacitar.

Resumo das Atividades

- Apoio aos municípios e demais parceiros na adequação e implementação do Programa de Qualificação, Valorização, Inovação e Promoção dos Produtos Artesanais Certificados.
- Apoio aos municípios e demais parceiros na adequação e implementação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Ações Tendentes à Certificação dos Produtos Artesanais do Minho.

Execução Financeira

51.137,25€

Investimento Aprovado

5.996,25€

Investimento Executado

12%

Execução Financeira

Alinhamento com ODS



Data de Início Data de Fim

01/01/2019 30/06/2023

Entidade Promotora

Comunidades

Intermunicipais do Alto
Minho, Ave e Cávado -
Consórcio Minho Inovação

Parceiros

Municípios de Pt de Lima, Pt da Barca, Viana do
Castelo, Barcelos, Esposende, Braga, Póvoa do
Lanhoso, Fafe e Guimarães



4.5. ECC PROVERE Minho Inovação –PA 5

Naturminho II

Qualificar, promover e posicionar o Minho no contexto do Turismo de Natureza, sobretudo no segmento "Cycling&Walking" através da estruturação da oferta deste segmento na região e ações de comunicação.

Resumo das Atividades

- Apresentação da publicação "Minho - Caminhos para descobrir"- Grandes Rotas no território do Minho, Cycling and Walking, em consonância com a ADERE PG, entidade parceira e coordenadora do deste trabalho.

Data de Início

01/10/2018

Data de Fim

30/06/2023

Entidade Promotora

Comunidades

Intermunicipais do Alto
Minho, Ave e Cávado -
Consórcio Minho Inovação

Parceiros

ADERE Peneda Gerês

Execução Financeira

Não Aplicável

Alinhamento com ODS



4.6. ECC PROVERE Minho Inovação – PA 7

Ações de Qualificação dos Produtos Estratégicos do Minho – Touring Cultural e PA8- Turismo de Natureza/Náutico

Projetos infraestruturais executados pelos municípios que incidem em ações de qualificação dos produtos estratégicos do Minho, nomeadamente no touring cultural e turismo de natureza / náutico.

Resumo das Atividades

- Apoio aos municípios na adequação dos projetos infraestruturais aos projetos âncora e interlocução com a Autoridade de Gestão, nomeadamente no processo de reprogramação e reforço do investimento.

Data de Início

01/10/2018

Data de Fim

30/06/2023

Entidade Promotora

Comunidades

Intermunicipais do Alto
Minho, Ave e Cávado -
Consórcio Minho Inovação

Parceiros

24 municípios do Minho

Execução Financeira

Não Aplicável

Alinhamento com ODS



4.7. ECC PROVERE Minho Inovação – PA 9

Enogastronomia: Sabores, Ofertas e Conhecimento

Valorização económica dos recursos endógenos em que assenta o produto enogastronómico no Minho, enquanto âncora para o desenvolvimento de atividades no setor dos vinhos e enogastronomia.

Resumo das Atividades

- Participação na 6ª edição do concurso European Young Chef Awards (EYCA'22) que decorreu de 10 a 14 de novembro na Noruega (Trondheim).
- 5ª edição do concurso Minho Young Chef Awards em Ponte de Lima(21 a 26 de novembro).

Acompanhamento dos Eventos "Minho Gastronómico":

- 7 a 9 de outubro, Viana do Castelo, Mostra de Doces;
- 17 a 23 de outubro, Braga, "Há peixe em Braga";
- 4 a 6 de novembro, Guimarães, Mostra de Carnes e Caldos.

Data de Início Data de Fim

01/10/2018 30/06/2023

Entidade Promotoras

Comunidades

Intermunicipais do Alto Minho, Ave e Cávado - Consórcio Minho Inovação

Parceiros

Municípios de Braga, Viana do Castelo e Guimarães

Execução Financeira

90.071,02€

Investimento Aprovado

36.399,47€

Investimento Executado

40%

Execução Financeira

Alinhamento com ODS



+ FR
FR
F
H
S
II



Figura 15- Eventos "Minho Gastronómico": Apresentação "Há peixe em Braga"



Figura 16 - Participação na 6ª edição do concurso European Young Chef Awards (EYCA'22)



Figura 17 - Eventos "Minho Gastronómico"



4.8. ECC PROVERE Minho Inovação -PA 10

Inovação, Qualificação e Empreendedorismo

Estruturar e operacionalizar um ecossistema de suporte ao desenvolvimento do subdestino Minho e aos negócios turísticos construídos a partir dos recursos endógenos do território de baixa densidade.

Resumo das Atividades

- Participação no Levantamento das necessidades e oportunidades de inovação e da oferta turística do Minho e definição dos principais desafios e oportunidades enfrentados e áreas de aposta;
- Acompanhamento das Ações Piloto de Inovação Turística:
 - Conferência Internacional Minho Inovação e Sustentabilidade no Turismo (8 e 9 de junho) na Universidade Católica Portuguesa;
 - Acompanhamento dos Prémios Minho Inovação;
 - Acompanhamento da ação de empreendedorismo e investimento: Consultoria para Negócios/ Programa de Capacitação para Soluções Inovadoras / Programa de Capacitação de Empresários do Turismo (<https://minhoempreende.minhoin.com/>)

<u>Data de Início</u>	<u>Data de Fim</u>
02/01/2019	30/06/2023

Entidade Promotoras

Comunidades
Intermunicipais do Alto
Minho, Ave e Cávado -
Consórcio Minho Inovação

Parceiros

UCP, Tecminho, IPCA, IPVC,
INCUBO.

Execução Financeira

Não Aplicável

Alinhamento com ODS



4.9. ECC PROVERE Minho Inovação –PA 11

Coordenação e Gestão

Estrutura transversal a todos os projetos, que assegura a dinamização, coordenação, acompanhamento, monitorização e gestão da parceria - monitorização e agregação de sinergias entre projetos

Resumo das Atividades

- Realização de reuniões de direção do consórcio (mensalmente), e da equipa técnica do consórcio (semanalmente);
- Realização de reuniões com os municípios, equipas técnicas e conselhos de vereadores com pelouro da cultura e turismo para concertação de atividades e projetos incluídos ou a incluir na estratégia;
- Realização de reunião com a Autoridade de Gestão do NORTE 2020 no sentido da concertação da execução, e reprogramação quer da estratégia, quer das operações de cada projeto âncora;

Data de Início Data de Fim

23/10/2017 30/06/2023

Entidade Promotoras

Comunidades

**Intermunicipais do Alto
Minho, Ave e Cávado -
Consórcio Minho Inovação**

Execução Financeira

250.407,31€

Investimento Aprovado

159.454,51€

Investimento Executado

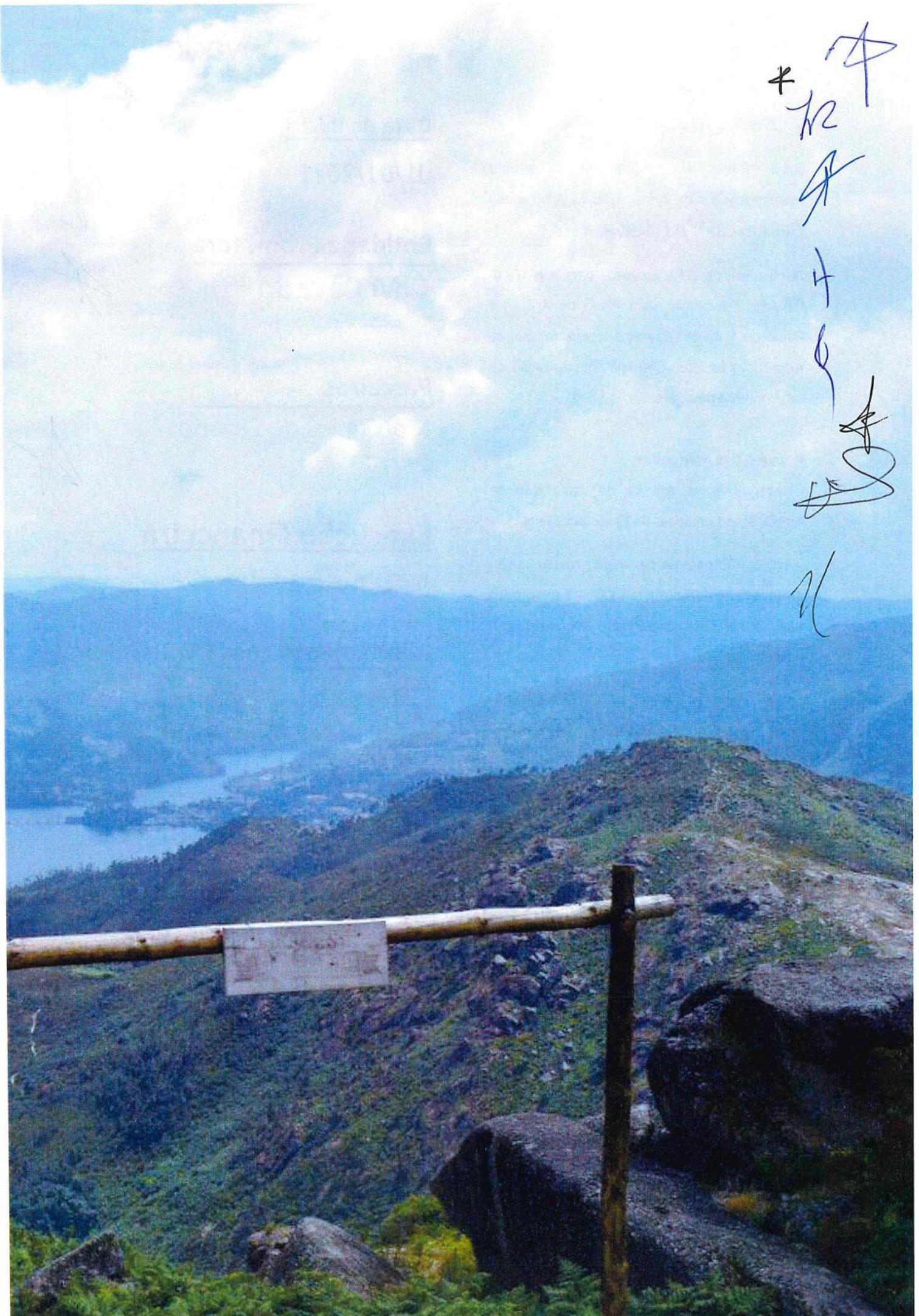
64%

Execução Financeira

Alinhamento com ODS







+
K
A
H
G
S
N

5. Ambiente

5.1. "Plano de Ação da Estratégia Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da NUTS III Cávado"

Decorrente da EIAAClimáticas para a NUTS III Cávado, e evolução para Plano de Ação - o Plano de Ação da Estratégia Intermunicipal de Adaptação às Alterações, na concretização de um conjunto de ações.

Resumo das Atividades

- Integração na Missão de Adaptação às Alterações Climáticas da União Europeia;
- Articulação com os municípios na capatação de investimento para a mitigação e adaptação das alterações climáticas no território, nomeadamente:
 - Candidatura ao HORIZON-WIDERA-2022-ACCESS-04-01: Excellence Hubs - Green Peeh up;
 - Candidatura ao Shared Green Deal;
 - Adesão ao Green City Accord, enquanto entidade de suporte;
 - Candidatura ao HORIZON-MISS-2022-CLIMA-01-01 - RESEARCH AND INNOVATION ACTIONS IN SUPPORT OF THE IMPLEMENTATION OF THE ADAPTATION TO CLIMATE CHANGE MISSION) - NBRACER Nature Based Solutions for Atlantic Regional Climate Resilience.

Data de Início

01/01/2021

Entidade Promotora

CIM Cávado

Parceiros

Municípios do Cávado

Execução Financeira

Não Aplicável

Alinhamento com ODS



II

5.2. "AQUA CÁVADO: O RIO QUE NOS UNE":

Projeto intermunicipal promovido pela CIM do Cávado, em parceria com entidades do Território, que visa a sensibilização para preservação e conservação dos Rios Cávado e Homem.

Resumo das Atividades

- Ações de sensibilização direcionadas para a importância da preservação e valorização ambiental e para a conservação dos rios Cávado e Homem e seus afluentes.

Data de Início

22/03/2015

Entidade Promotora

CIM Cávado

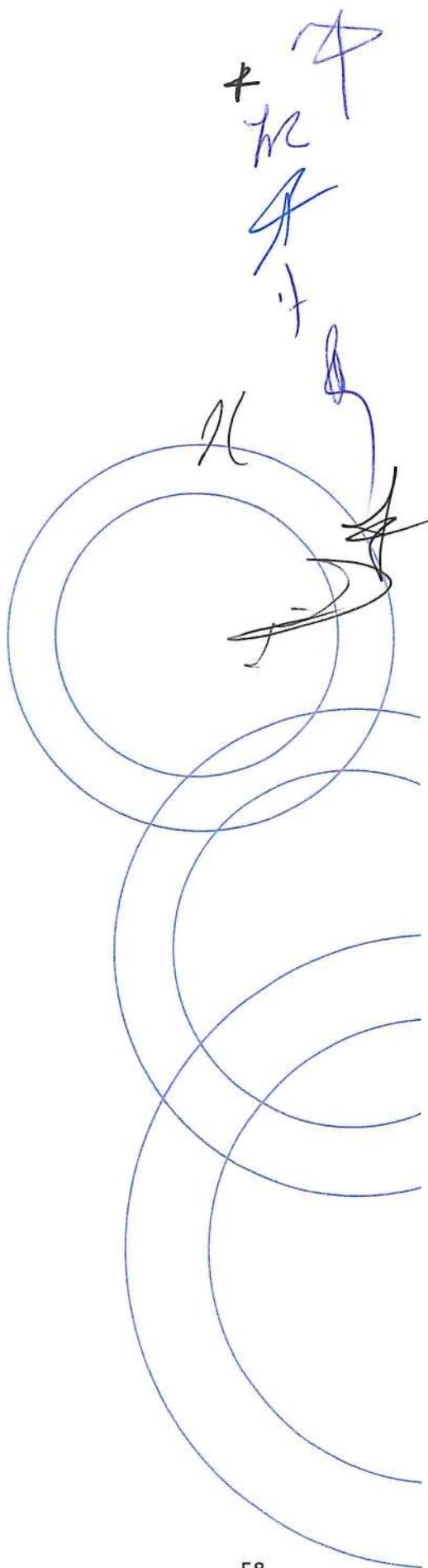
Parceiros

6 municípios do Cávado,
Mosteiro de Tibães, Esposende
2000 E.M., Esposende
Ambiente, Amigos da
Montanha

Execução Financeira

Não Aplicável

Alinhamento com ODS



5.3. Valorização dos Caminhos de São Bento da Porta Aberta no Cávado

Valorização dos Caminhos de São Bento da Porta Aberta no território do Cávado, com sinalização de uma rede de caminhos segura e optimizada ao longo do território do Cávado.

Resumo das Atividades

- Implementação de ações de sensibilização e promoção dos Caminhos do Cávado junto do público alvo e agentes locais com o objetivo da valorização desta rede de caminhos;
- Ações de coordenação com os municípios nas operações de manutenção da sinalização da rede de caminhos no objetivo de garantia da continua e efetiva sinalização dos 100 km de extensão da rede de caminhos;

Elaboração de conteudos e prestação de informação email ao público em geral;

Trabalho em rede com os municípios e CIMS limitrofes na extensão da rede de caminhos a outros territórios à expansão da sinalização e orientação das diferentes origens dos peregrinos.

Entidade Promotora

CIM Cávado

Parceiros

6 Municípios do Cávado,
Irmandade de S. Bento

Execução Financeira

Não Aplicável

Alinhamento com ODS



Data de Início Data de Fim

01/01/2018 31/12/2022

5.4. Projeto "Ecovia Cávado e Homem"

Infraestrutura de mobilidade suave do Cávado, que pretende unir duas áreas protegidas, com implementação de uma infraestrutura verde ao longo das margens dos rios Cávado e Homem, com 75km de extensão.

Resumo das Atividades

-Produção de um vídeo promocional da Ecovia, com enfoque na estratégia e potencialidades da Ecovia, como ferramenta de sensibilização para a priorização deste investimento junto dos vários agentes locais.

Data de Início

01/01/2022

Data de Fim

31/12/2022

Entidade Promotora

CIM Cávado

Parceiros

Municípios do Cávado

Execução Financeira

Não Aplicável

Alinhamento com ODS



(Handwritten notes and sketches are present on the right side of the page, including the letters 'A', 'K', 'M', 'J', 'H', 'Q', and a large circle with internal lines.)

5.5. "Controlo e contenção da proliferação das espécies exóticas invasoras na NUT III Cávado – Conhecer e planear para agir"

Dotar o território de uma estratégia de ação a longo prazo, com a definição de planos de ação locais para o controle e contenção de 3 espécies exóticas invasoras para o território do Cávado.

Resumo das Atividades

- Acompanhamento, Monitorização da implementação dos Planos de Ação locais elaborados, nas suas ações preconizadas;
- Promoção de seminário público do projeto;
- Desenvolvimento de ações de sensibilização e formação junto dos agentes locais, escolas e população em geral à proliferação das espécies exóticas invasoras;
- Identificação de oportunidades de financiamento para a implementação de ações integradas, previstas em plano de ação;



Figura 18 - Apresentação dos Planos de Ação Local de Controlo e Contenção das Espécies Exóticas Invasoras na NUTS III Cávado na Câmara Municipal de Amares

Data de Início Data de Fim

01/07/2021 31/03/2022

Entidade Promotora

CIM Cávado

Parceiros

Municípios do Cávado

Execução Financeira

59.021,49€

Investimento Aprovado

49.569,00€

Investimento Executado

84%

Execução Financeira

Alinhamento com ODS



5.6. "Sistema de aquisição e monitorização das vulnerabilidades da NUTS III Cávado às alterações climáticas"

Decorrente da EIAAClímáticas para a NUTS III Cávado, foi implementado o Sistema de aquisição e monitorização das vulnerabilidades da NUT III Cávado às alterações climáticas, como ferramenta de gestão.

Resumo das Atividades

- Gestão do sistema, e garantia de contínuo funcionamento, com visitas periódicas, para resolução de possíveis anomalias;
- De acordo com o plano de manutenção definido, pretende-se garantir o serviço de manutenção de calibração de equipamento;
- Definição de novas parcerias com outras entidades quer do ponto de vista de partilha de dados, como de reforço das EMAs.

Data de Início

01/12/2019

Entidade Promotora **CIM Cávado**

Parceiros

6 Municípios do Cávado, IPMA, DRAPN

Alinhamento com ODS



6. Território e Florestas

6.1. Apoio ao funcionamento dos Gabinetes Técnicos Florestais Intermunicipais (GTFI's)2022/2023

Este Gabinete tem como missão contribuir para uma melhor articulação e funcionamento integrado dos Gabinetes Técnicos Florestais municipais na sua área de intervenção.

Resumo das Atividades

- Apoiar técnica e administrativamente as CSRGIFR, participando nas respetivas reuniões e apoiando o desenvolvimento da sua atividade.
- Elaborar a proposta de planeamento do nível sub-regional para a Rede Secundária de FGC (RSFGC), a Rede Pontos de Água (RPA), os Locais Estratégicos de Estacionamento (LEE) e os Equipamentos Florestais de Recreio (EFR).
- Produzir e disponibilizar informação agregada de âmbito florestal, nomeadamente as peças que compõe os POM (Plano Operacional Municipal).
- Difundir informação de âmbito florestal pelos GTF municipais, designadamente legislação aplicável ao setor, atividades promovidas e desenvolvidas, eventos relevantes de âmbito florestal e boas práticas. Prestar apoio técnico ao processo de adaptação à escala municipal (PMEGIFR) do programa sub-regional de ação.
- Compilar os diferentes PME (Programa Municipal de Execução) e supervisionar a calendarização da sua execução.
- Promover a capacitação dos GTF municipais no âmbito dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e assegurar a utilização articulada de informação geográfica por aqueles.

Data de Início

01/01/2022

Data de Fim

31/12/2023

Entidade Promotora

CIM Cávado

Parceiros

Municípios do Cávado

Execução Financeira

47.600,00€

Investimento Aprovado

23.800€

Investimento Executado

50%

Execução Financeira

Alinhamento com ODS



6.2. Gabinete de apoio intermunicipal no âmbito da Proteção Civil

Resumo das Atividades

- Promover reuniões com o grupo de trabalho constituído pelos dos serviços municipais de proteção civil da sub-região do Cávado.
- Divulgar informação no âmbito da emergência e proteção civil.
- Preomover capacitação para os serviços municipais de proteção civil.
- Participar ativamente no Centros de Coordenação Operacional Sub -regional do Cávado.
- Exercer as demais atribuições que lhe são atribuídas.

Data de Início

01/01/2022

Entidade Promotora

CIM Cávado

Parceiros

Municípios do Cávado

Alinhamento com ODS



6.3. Programa Sub-regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais do Cávado

O programa sub -regional de ação de gestão integrada de fogos rurais do Cávado (PRA) é elaborado pela comissão sub -regional de gestão integrada de fogos rurais, a partir das diretrizes estratégicas da comissão regional de gestão integrada de fogos rurais territorialmente competente.

A comissão sub -regional de gestão integrada de fogos rurais submete o PRA a parecer das respetivas comissões regionais de gestão integrada de fogos rurais antes da sua aprovação.

Resumo das Atividades

- Identificar de entre os cinquenta projetos regionais os que devem ser prioritariamente implementados, e têm um caráter executivo e de programação operacional, devendo cumprir as orientações e prioridades regionais, numa lógica de contribuição para o todo nacional. A atribuição de prioridade aos projetos identifica claramente os locais, calendários de execução e recursos necessários, incluindo os financeiros, em articulação com as autarquias dos territórios de cada sub -região.
- Definir a rede secundária de faixas de gestão de combustível e as áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível e indica as redes viária, de pontos de água e de vigilância e deteção de incêndios nos termos do presente decreto-lei, integrando uma peça gráfica com a sua representação georreferenciada.

Data de Início

01/01/2022

Entidade Promotora

CIM Cávado

Parceiros

Municípios do Cávado

Alinhamento com ODS



K R
K G
I P
J H
S

6.4. Sistema de Informação Cadastral Simplificado do Cávado

O sistema de informação cadastral simplificado foi criado com vista à adoção de medidas para a imediata identificação da estrutura fundiária e da titularidade dos prédios rústicos e mistos.

Resumo das Atividades

- Capacitar os técnicos dos municípios do Cávado para a implementação de um sistema de informação cadastral simplificada;
- Dotar os municípios do Cávado dos meios técnicos de apoio ao registo de prédios na plataforma BUPI;
- Implementar Gabinetes de apoio ao cadastro simplificado no território, no qual os proprietários poderão registar as suas matrizes prediais;
- Dotar o território de um sistema de informação cadastral robusto, capaz de apoiar de forma eficiente os Municípios no cumprimento das suas funções e atribuições legais.



Figura 19 - Entrega de equipamentos para controlo da espécie exótica invasora Vespa velutina

Data de Início Data de Fim

07/07/2021 30/06/2023

Entidade Promotora

CIM Cávado

Parceiros

Municípios do Cávado

Execução Financeira

140.000,00€

Investimento Aprovado

29.173,94€

Investimento Executado

21%

Execução Financeira

Alinhamento com ODS



6.5. Plano Estratégico de Detecção e Controlo da Vespa velutina na NUTS III Cávado

Implementar uma estratégia integrada e coordenada na NUTS III Cávado, reforçando a sua capacidade de intervenção na identificação, na prevenção e no controlo da espécie Vespa velutina.

Resumo das Atividades

- Ação 1. Implementação de estratégias coordenadas de combate a esta espécie exótica invasora, aplicando no terreno planos de gestão integrada;
- Ação 2. Aquisição de equipamentos para o controlo da Vespa velutina, nomeadamente para a destruição dos respetivos ninhos, incluindo os necessários equipamentos de proteção individual;
- Ação 3. Divulgação da problemática associada à introdução desta espécie exótica invasora e promoção de sensibilização pública para os riscos associados e para adoção de boas práticas.
- Ação 4. Inovação em desenvolvimento e teste de novas técnicas e equipamentos para a deteção e o controlo desta espécie exótica invasora.

Data de Início Data de Fim

19/10/2021 30/06/2023

Entidade Promotora

CIM Cávado

Parceiros

Municípios do Cávado

Execução Financeira

279.160,73€

Investimento Aprovado

40.612,09€

Investimento Executado

5,7%

Execução Financeira

Alinhamento com ODS



6.6. Sistema integrado de videovigilância para prevenção de incêndios rurais no Cávado

Implementar uma estratégia integrada e coordenada para o território e que venha reforçar a sua capacidade de intervenção nas ações de deteção, dissuasão e apoio à decisão, na vigilância de Incêndios rurais.

Resumo das Atividades

Com o objetivo de implementar uma estratégia integrada e coordenada para o território da CIM Cávado, e que venha reforçar a sua capacidade de intervenção nas ações de deteção, dissuasão e apoio à decisão, na vigilância dos incêndios rurais pretende-se desenvolver e implementar um integrado de videovigilância para a prevenção de incêndios rurais no Cávado". No âmbito da implementação desta operação prevê-se a concretização das seguintes ações. Instalação de torres de videovigilância, instalação de equipamento de visualização/operacionalização nos centros de Gestão e Controlo da GNR e CDOS/ANEPC. A vigilância e deteção de incêndios florestais poderá ser efetivada através da Rede Nacional de Postos de Vigia, Rede Vigilância Móvel e Rede de Vigilância Aérea, podendo a deteção fixa de ocorrências ser complementada e reforçada através da implementação de uma Rede de Videovigilância.

É neste sentido que a implementação da presente operação pretende complementar e reforçar os meios existentes no território da CIM Cávado, sendo uma forma de contribuir

para a deteção precoce dos incêndios e para o despacho rápido dos meios de combate. Para além disto, o sistema permitirá a definição de estratégias de combate aos incêndios florestais, contribuindo igualmente para o apoio à decisão.

Data de Início Data de Fim

19/10/2021 30/06/2023

Entidade Promotora

CIM Cávado

Parceiros

Municípios do Cávado

Execução Financeira

477.973,87€

Investimento Aprovado

5.535,00€

Investimento Executado

1,2%

Execução Financeira

Alinhamento com ODS



7. Social

7.1. Cávado + Igual

Trata-se de uma candidatura ao Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu, EEA Grants 2014-2021 e pretende materializar a primeira abordagem estratégica da CIM para a igualdade e conciliação.

Resumo das Atividades

- Elaboração de relatórios municipais e intermunicipal, com os resultados obtidos com a aplicação do Índice Municipal para a Igualdade de Género (IMIG) na Ação Municipal, e adaptação e aplicação do IMIG, à escala intermunicipal da NUT III Cávado
- Elaboração, revisão e validação científica dos Diagnósticos Municipais para a Igualdade e Conciliação e do relatório diagnóstico intermunicipal sobre "Igualdade e Conciliação na vida pessoal, familiar e profissional na CIM do Cávado"
- Realização de sessões municipais de divulgação dos resultados do diagnóstico a todos/as os/as colaboradores/as.
- Realização de reuniões mensais com a Equipa Especializada em Igualdade e Não Descriminação do Cávado, para planeamento das atividades a executar, monitorização e acompanhamento dos níveis de execução das atividades do projeto e outras iniciativas complementares;
- Realização de uma sessão, a 8 de março, no âmbito das celebrações do Dia Internacional da Mulher, sobre " O Papel das Mulheres no Desenvolvimento Local".

- Realização em 20 a 23 de junho, da missão de Intercâmbio e Benchmarking à Noruega, com acompanhamento do parceiro internacional KUN Centre for Equality and Diversity;
- Realização em 13,14 e 15 de julho de ações de formação dinamizadas pela equipa de investigadoras do CIES-ISCTE, sobre a integração da perspetiva de género ao nível da intervenção na ação local.
- Elaboração de relatórios de progresso semestrais para a monitorização e avaliação intercalar para apresentação.

<u>Data de Início</u>	<u>Data de Fim</u>
15/10/2021	14/10/2023

Entidade Promotora
CIM Cávado

Parceiros

Municípios do Cávado, ISCTE através da Unidade de Investigação Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, KUN Centre for Equality and Diversity e Comissão para a Cidadania Igualdade de Género

Execução Financeira

52,7%

Execução Financeira

226.077,00€

Investimento Aprovado **Alinhamento com ODS**



119.154,22€

Investimento Executado



Figura 20 - Missão de Intercâmbio e Benchmarking à Noruega, com acompanhamento do parceiro internacional KUN Centre for Equality and Diversity



Figura 21 -- Ações de formação dinamizadas pela equipa de investigadoras do CIES-ISCTE

7.2. Pró-Igualdade no Cávado (Planos Municipais para a Igualdade e Não Discriminação)

Trata-se de uma candidatura ao Programa Operacional Temático para a Inclusão Social e Emprego, e pretende implementar os Planos Municipais para a Igualdade e Não Discriminação para os 6 municípios.

Resumo das Atividades

Elaboração e aprovação dos 6 Diagnósticos Municipais sobre a Igualdade e Não Discriminação (IND) através de: Análise Documental dos documentos estratégicos nacionais e de gestão e planeamento municipal; Recolha e análise de informação quantitativa (38 indicadores das políticas de igualdade ao nível local; Dados estatísticos desagregados por sexo; e, Inquérito por questionário); e, Recolha e análise de informação qualitativa através de sessões de focus group a nível interno (executivo, dirigentes e trabalhadores/as) e a nível externo (parceiros sociais)

Elaboração e aprovação dos 6 Planos Municipais para a IND através de: Alinhamento estratégico com o contexto internacional, nacional e a Agenda 2030 – ODS; Planeamento participativo para a definição das ações através de sessões de focus group a nível interno e externo; reuniões de Equipas para a Igualdade a Nível Local (EIVL), Executivos Municipais e Assembleias Municipais.

Elaboração e aprovação pelas EIVL dos Planos de Ação para 2022/2023 das atividades a implementação no âmbito dos Planos Municipais para a IND.

Realização de reuniões de Grupo Técnico Intermunicipal para a IND, constituída pelos interlocutores técnicos da CIM e Municípios seus associados, para planeamento das atividades a executar, monitorização e acompanhamento dos níveis de execução das atividades do projeto e outras iniciativas complementares.

Data de Início	Data de Fim
07/10/2021	30/06/2023

Entidade Promotora

CIM Cávado

Parceiros

Municípios do Cávado e Comissão para a Cidadania Igualdade de Género

Execução Financeira

210.000,00€

Investimento Aprovado

70.451,94€

Investimento Executado

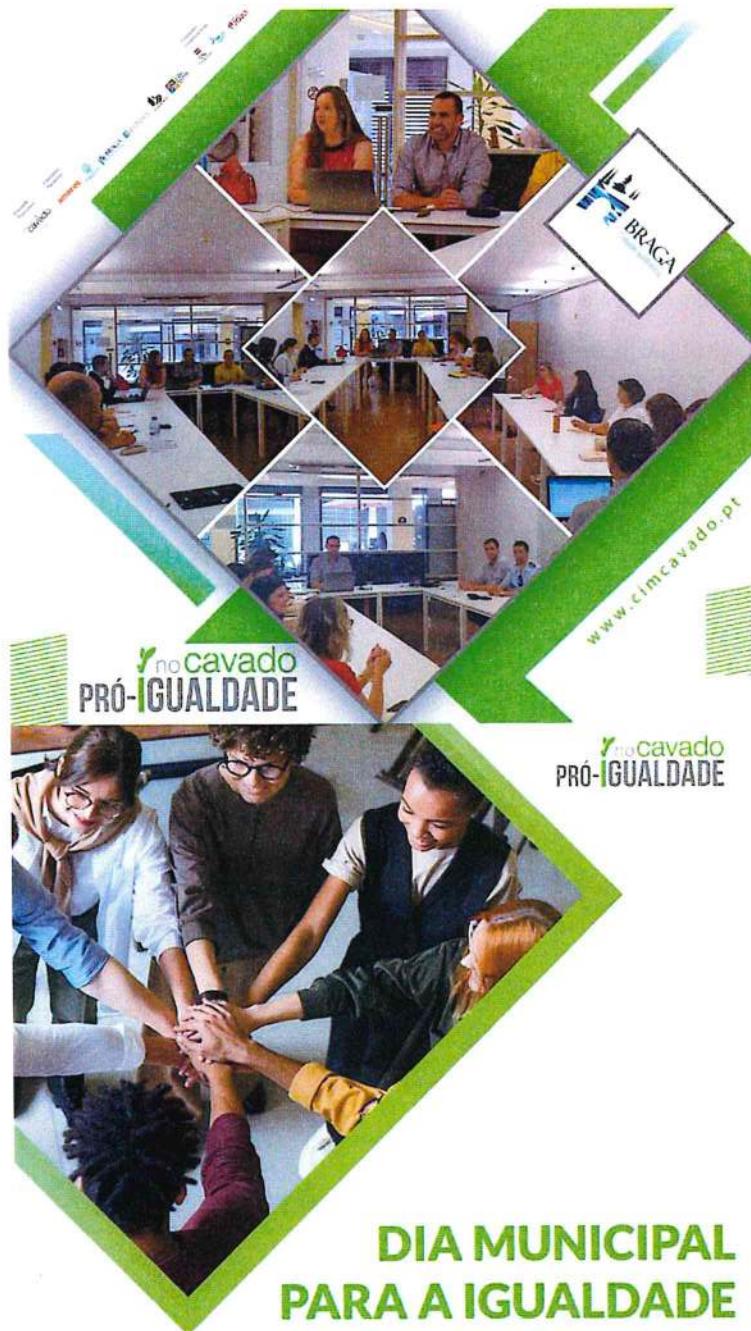
33,5%

Execução Financeira

Alinhamento com ODS



71



R
F
G
H
B
M
2/3

Entidade Promotora Entidades Parceiras Entidades Financiadoras

cavado amares BRAGA CIG Vila Verde 2020

Figura 22 - Sessão Municipal de Focus Group no âmbito dos Planos Municipais para a Igualdade e Não Discriminação

7.3. Fórum Intermunicipal de Cooperação das Respostas de Apoio Psicológico para Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica

Decorrente do processo cooperação intermunicipal entre as entidades da NUTS III Cávado que integram a Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica ao nível das RAP para crianças e jovens.

Resumo das Atividades

- Realização a 22 de abril da cerimónia de apresentação pública das Respostas de Apoio Psicológico para Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica em funcionamento no território.
- Realização de reuniões bimestrais do Fórum Intermunicipal de cooperação, com a participação dos/as Interlocutores/as técnicos/as das entidades envolvidas para a partilha de conhecimento, metodologias de intervenção e mecanismos de cooperação e colaboração entre as estruturas de atendimento da RNAVVD na área territorial do Cávado.
- Realização em Maio de uma ação de formação de curta duração (4h) dinamizada pelo Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) – Gabinete de Braga sobre a partilha de informação sobre a Lei da Violência Doméstica e o Novo estatuto de vítimas aplicado às crianças e jovens.
- Realização em outubro de uma ação de formação de curta duração (7h) dinamizada pelo Centro Gis da Associação Plano i sobre o tema "Acompanhamento e intervenção psicológica junto de crianças e jovens LGBTI

Vítimas de Violência Doméstica Especificidades e Boas Práticas".

Data de Início

07/10/2021

Entidade Promotora

CIM Cávado

Parceiros

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), Associação Plano i, Cáritas Arquidiocesana de Braga, Grupo de Acção Social Cristã (GASC), SOPRO – Solidariedade e Promoção, Gabinete de Informação e Acolhimento para a Igualdade do Municípios de Braga e municípios de Esposende.

Execução Financeira

Não aplicável

Alinhamento com ODS



✓ ✓
✓ ✓
✓ ✓
✓ ✓
✓ ✓
✓ ✓
✓ ✓



Figura 23 - Cerimónia de Apresentação Pública das Respostas de Apoio Psicológico para Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica (RAP) na NUTS III Cávado

8. Cultura

8.1. Rede Intermunicipal das Bibliotecas de Leitura Pública do Cávado

Trata-se de uma rede intermunicipal de trabalho, entre profissionais das bibliotecas públicas , CIM e demais parceiros externos de potencial local com o intuito de reforçar a ação das bibliotecas.

Resumo das Atividades

- Apresentação a 4 de março da Biblioteca digital do Cávado - AQUAlibri que contou com a presença do Diretor da Direção Geral do Livro, Arquivo e Bibliotecas, Silvestre Lacerda.
- Reuniões mensais de Grupo de Trabalho Intermunicipal de Bibliotecas de Leitura Pública para planeamento, acompanhamento e execução do Plano de Atividades comum para 2022, Projeto "Biblioteca Digital do Cávado" e exploração de áreas de trabalho comum.
- Sessões municipais de apresentação da Aqualibri (Biblioteca Digital do Cávado) à comunidade de leitoras/es de cada um dos Municípios.
- Subscrição e disponibilização pelas Bibliotecas Municipais do serviço PressReader, que se trata de um serviço digital que enriqueceu a oferta destas entidades ao nível das revistas e jornais online, disponível para todos aqueles cidadãos que estão inscritos nas respetivas Bibliotecas.
- Participação da RIBCA no II Encontro de Redes Intermunicipais de Bibliotecas Públicas, no Pavilhão Multiusos de Mértola, em novembro,

para apresentação da Aqualibri (Biblioteca Digital do Cávado) e na mesa redonda com a presença de representantes de Comunidades Intermunicipais cujas Redes de Bibliotecas contam com projetos PADES aprovados, ao abrigo de Protocolos de Colaboração entre as CIM e a DGLAB.

Data de Início

01/01/2022

Entidade Promotora

CIM Cávado

Parceiros

Bibliotecas municipais da NUTS III Cávado e Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB)

Execução Financeira **Não aplicável**

Alinhamento com ODS





Figura 24 - Apresentação da Biblioteca digital do Cávado – AQUAlibri em Braga

8.2. Cultura para Todos

Trata-se de um projeto de intervenção social com recurso a práticas artísticas, enquanto abordagem inovadora para grupos e/ou pessoas com dificuldades de inclusão social.

Resumo das Atividades

- Elaboração e lançamento a 25 de março, em Vila Verde, do livro infantojuvenil "Seis Lendas com Legendas" da autoria de Pedro Seromenho
- Criação e produção de um roteiro-itinerário digital do livro
- Realização de 6 sessões de apresentação do livro "6 Lendas com Legendas" com a dinamização da leitura (horas do conto) e a ilustração ao vivo, em coordenação com as Bibliotecas Municipais
- Realização no mês de junho, das apresentações das peças de teatro resultantes das oficinas de semanais de teatro dinamizadas pelo Tin.Bra e com a participação de crianças e jovens do Instituto Monsenhor Airosa, APAC – Associação de Pais e Amigos de Crianças e Centro Social Abel Varzim
- Implementação do Programa LINGUA com jovens das Escolas Profissionais de Esposende, EPATV e Profitecla Braga, através da realização de oficinas de artes performativas com periodicidade mensal
- Implementação do Programa InPulsar direcionado para pessoas com deficiência, institucionalizados em Centros de Atividades Ocupacionais, através de oficinas de dança, música e fotografia e que culminou com a realização a 22 de setembro da apresentação dos resultados finais do Programa InPulsar com

apresentação da videodança "O sussurro das águas do Cávado" e a exposição fotográfica

- Implementação da Ação Encontr'A Violência Doméstica, através da realização da criação teatral sobre a problemática da violência doméstica promovendo, atividades de documentação, reflexão, debate e sensibilização para públicos específicos/geral.

Entidade Promotora **CIM Cávado**

Parceiros

Municípios do Cávado

Execução Financeira

216.470,59€

Investimento Aprovado

216.470,59€

Investimento Executado

100%

Execução Financeira

Alinhamento com ODS





Figura 25- Apresentação dos resultados finais do Programa InPulsar

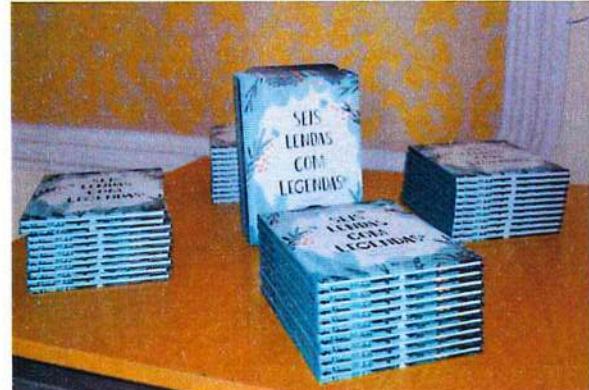


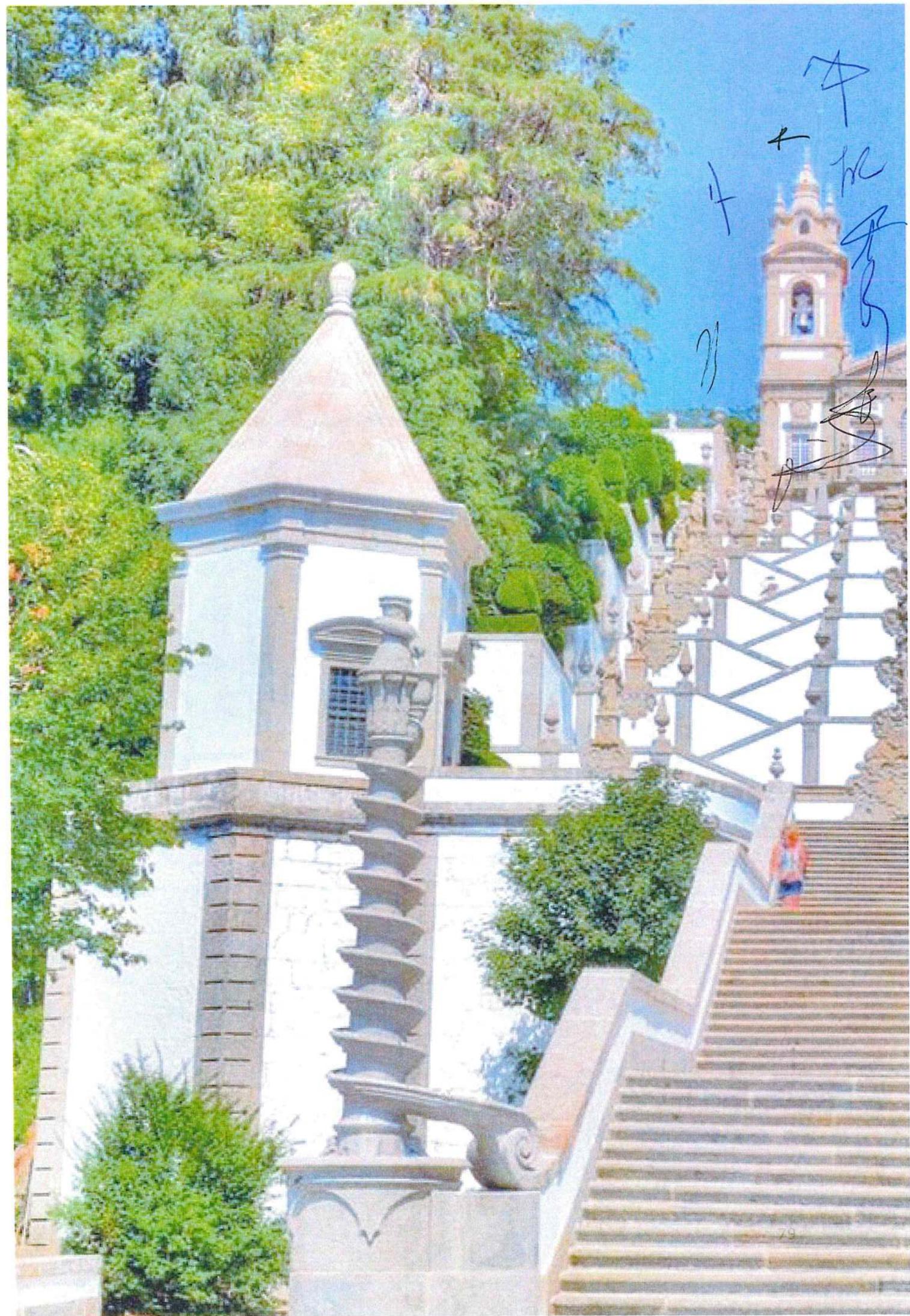
Figura 26- Apresentação do livro "6 Lendas com Legendas"



Figura 27- Apresentação de peça teatral " Celebração – Seis Lendas com Legendas" no Teatro Gil Vicente em Barcelos



Figura 28 - - Exposição fotográfica "Relações Completas" de Manuel Correia no âmbito do Programa InPulsar





9. Autoridade Intermunicipal de Transportes

9.1. Autoridade Intermunicipal de Transportes

A Unidade de Mobilidade e Transportes concentra grande parte das suas atividades no âmbito da Autoridade Intermunicipal de Transportes do Cávado.

Resumo das Atividades

- Concessão do Serviço de Transporte Público de Passageiros - Parceiros: Transdev, Avic e AV Minho - Procedeu-se à contratualização com os operadores, bem como da validação e aprovação de todo o contrato junto da Autoridade da Concoréncia e do Tribunal de Contas.
- Integração Bilhetética - Parceiros: Quadrilátero e CIM do Ave - Foram aprofundados os trabalhos no sentido de serem compatibilizadas as bilhéticas dos territórios das CIM Ave e Cávado.
- Rede de Transporte Público Flexível - Parceiros: Municípios de Amares, Terras de Bouro e Vila Verde - Foram finalizados os trabalhos de identificação das zonas a servir pelo futuro serviço de transporte público flexível.
- Plano de Comunicação da AITC - Parceiros: IMT - Foi realizado o 6º Encontro Nacional das Autoridades de Transportes, em 12.09.2022

em Esposende. Evento que permitiu não só projetar a AITC, como organizar um fórum para que se pudessem discutir os temas principais da mobilidade e transporte do ponto de vista das Autoridades de Transportes. Nele estiveram representados vários organismos públicos da Administração Central, Regional e Local, bem como, Operadores de Transporte Público e profissionais do sector.

- Manutenção do Serviço de Transporte Público de Passageiros - Parceiros: TUB - Durante todo o ano de 2022 foi assegurado o serviço público de transporte de passageiros no Cávado, com o recurso à imposição em sede de Conselho Intermunicipal de Atos Impositivos. Cada um dos Atos Impositivos era posteriormente fiscalizado recorrendo a uma prestação de serviços por parte dos TUB, que aferia a realização das carreiras por método de amostragem.

Data de Início

12/07/2016

Entidade Promotora

Unidade de Mobilidade e Transportes

Execução Financeira

Não aplicável



Figura 29 - 6º Encontro Nacional das Autoridades de Transportes, em Esposende, com a presença do Secretário de Estado da Mobilidade Urbana, Jorge Delgado

10. Serviços Partilhados

10.1. Implementação da Gestão Integrada da Central de Compras da CIM do Cávado

A Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Cávado representa um projeto estratégico no âmbito da Modernização Administrativa Local. Pretende desenvolver a abrangência da Central de compras da CIM do Cávado, através das TIC e aumentar da oferta de accordos quadro.

Resumo das Atividades

- Renovação dos accordos quadro de Refeições Escolares e Seguros;
- Gestão e acompanhamento dos AQ em vigor;
- Realização de reuniões com a entidade que presta assistência técnica à Central de Compras;
- Atualização dos Preços máximos do Acordo Quadro de Refeições Escolares, devido a aumentos sucessivos e contínuos dos preços dos mais variados produtos e serviços, que resultou, em abril, num aumento de 1,9% face ao mês anterior, um máximo histórico nas últimas 3 décadas;
- Atualização dos Preços máximos do Acordo Quadro de Gás, devido ao aumento continuado do preço médio grossita da energia que resultou em vários máximos históricos;
- Aditamentos ao contrato do Acordo Quadro de Gás para o Lote 3.

Data de Início Data de Fim

17/07/2017 30/06/2023

Entidade Promotora

CIM Cávado

Execução Financeira

114.243,00€

Investimento Aprovado

86.486,10€

Investimento Executado

76%

Execução Financeira

Alinhamento com ODS



11. Redes Colaborativas

11.1. Reuniões de Vereadores

De acordo com a natureza institucional da CIM do Cávado bem como da diversidade temática com que lida, tem já incutido uma prática de realização periódica de reuniões de vereadores nas diversas áreas em que a CIM do Cávado atua. Este exercício tem vindo a reforçar o associativismo, a proporcionar a partilha de ideias e experiências, cria espírito de equipa aos municípios e concretiza a verdadeira rede

associativa a um nível abaixo do conselho intermunicipal. Foi também nestas reuniões que se deu oportunidade de discutir mais profundamente e sectorialmente as questões a aprovar no conselho intermunicipal.

Mais em específico, foram realizadas reuniões de vereadores com os seguintes pelouros: Educação; Cultura; Ação Social; Formação na Administração Local; Turismo; Transportes; Energia; Economia; Ambiente; Florestas; Proteção Civil.



Figura 30 - Reunião de Vereadores com pelouro da Ação Social

12. Comunicação e representação da CIM Cávado

12.1. Comunicação Institucional

No ano 2022, o Gabinete de Comunicação da CIM Cávado nas diversas ações desenvolvidas, teve como objetivos estratégicos reforçar a identidade da Comunidade Intermunicipal do Cávado, promover a atividade que desenvolve, bem como elevar a região e os seis concelhos que a constituem.

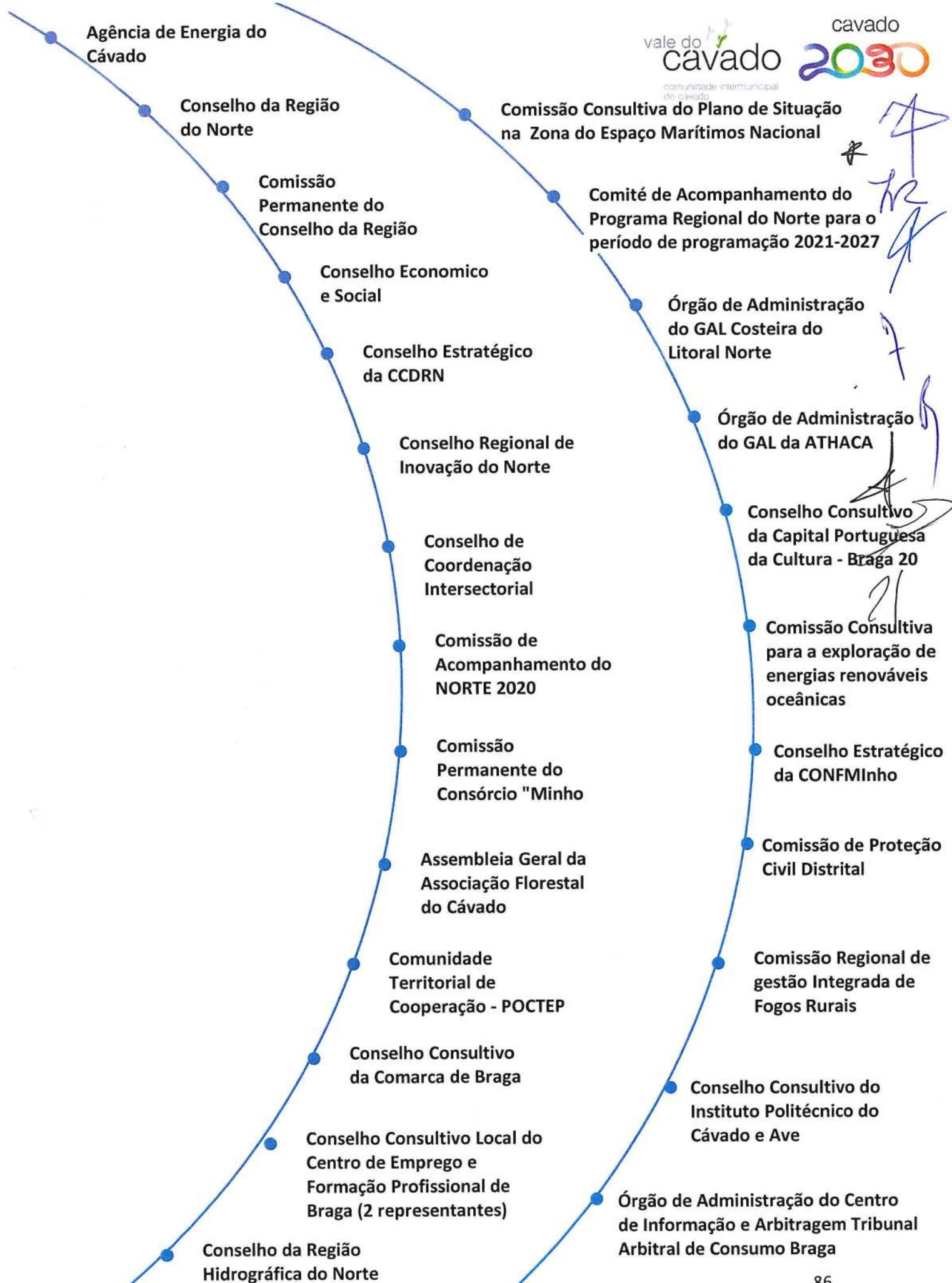
Com uma maior notoriedade, devido ao maior número de competências atribuídas

em várias matérias, a sua comunicação tem evoluído, havendo por isso, um maior acompanhamento ao nível da Comunicação Institucional do Cávado nos vários projetos promovidos pela CIM Cávado.

Seja pela implementação dos planos de comunicação, como na organização de eventos, e lançamento de atividades. De salientar a presença ativa nos meios de comunicação digital (website institucional, páginas de redes sociais) e na divulgação de notas de imprensa junto dos meios de comunicação social, preferencialmente com expressão no território.



Figura 31 - Reunião do Conselho Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Cávado





V

**Reporte
Financeiro**

P
R
F
H
B
~~N~~
N

O exercício económico de 2022 constitui o terceiro ano de aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC -AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Neste capítulo é efetuada uma análise da contabilidade orçamental e financeira à luz do SNC-AP. Destacamos as

divergências existentes entre os valores referentes a rendimentos e gastos (contabilidade financeira) e de receitas e despesas (contabilidade orçamental) pela natureza distinta dos conceitos aplicados em cada uma.

Desta forma o presente capítulo divide-se nos quatro âmbitos seguintes:

5.1. Análise da Execução Orçamental

5.2. Análise da Situação Económica e Financeira

5.3. Indicadores de Gestão

5.4. Proposta de Aplicação de Resultados

5.1. Análise da Execução Orçamental



1. Receitas

O orçamento da receita no ano de 2022, a CIM Cávado contabilizou as seguintes receitas em termos globais:

Tabela 1 – Total das receitas em formato geral

Receitas	Valor	%
Correntes	4 426 432,99 €	86,84%
Capital	7 823,00 €	0,15%
Reposição não abatidas aos pagamentos	198,13 €	0,004%
Saldo Gerência Anterior (Orçamental)	662 629,68 €	13,00%
Total das Receitas	5 097 083,80 €	100%

Tabela 2 - Total das receitas por segmento

Tipo de Receita	Dotação Orçamental	Corrigida	Execução de Receita	Taxa de Execução
Receita Corrente	7 250 313,23 €	4 426 432,99 €	61%	
Taxas, multas e outras penalidades	1,00 €	0,00€	0%	
Rendimentos de propriedade	15 700,00 €	13 695,54 €	87%	
Transferências Correntes	6 250 297,00 €	4 001 018,97 €	64%	
Orçamento de Estado	2 954 156,68 €	2 954 153,25 €	100%	
Cofinanciamento de projetos no âmbito do Portugal 2020	2 621 120,21 €	619 365,90 €	24%	
Transferências dos Municípios	675 018,11 €	427 499,82 €	63%	
Outras	2,00 €	0,00€	0%	
Venda de Bens e Serviços Correntes	984 312,23 €	411 718,48 €	42%	
Outras Receitas Correntes	3,00 €	0,00 €	0%	
Receita de Capital	10 019,00 €	7 823,00 €	78%	
Reposição não abatidas aos pagamentos	0,00 €	198,13 €		
Saldo da gerência anterior	662 830,77 €	662 629,68 €		
Total Receitas	7 923 163,00 €	5 097 083,80 €	64%	

O orçamento de receita apresenta uma execução de 64%. Como se pode verificar nos mapas que se seguem neste relatório, nos quais se discriminam as verbas recebidas, os recursos arrecadados pela CIM do Cávado são compostos essencialmente por transferências correntes, no valor de 4 001 018,97€, correspondendo a 90% das receitas correntes e 78% do total das receitas e apresenta uma execução de 64%.

A maior parcela das transferências correntes diz respeito às transferências do Orçamento de Estado, com uma execução de aproximadamente 100%. Estas receitas referem-se, maioritariamente, às

transferências do Fundo Ambiental, dos programas PART e PROTRANSP, para apoio da manutenção do serviço público essencial de transporte, através do pagamento de compensações, aos operadores de transporte de passageiros, dos serviços que sejam deficitários do ponto de vista da cobertura dos gastos operacionais pelas receitas da venda de títulos de transporte, nos termos do previsto no Decreto-lei nº 14/C/2020, de 8 de abril.

Analizando a evolução da receita ao longo dos últimos 4 anos verifica-se que se mantém a tendência de crescimento das receitas correntes.

Evolução da Receita

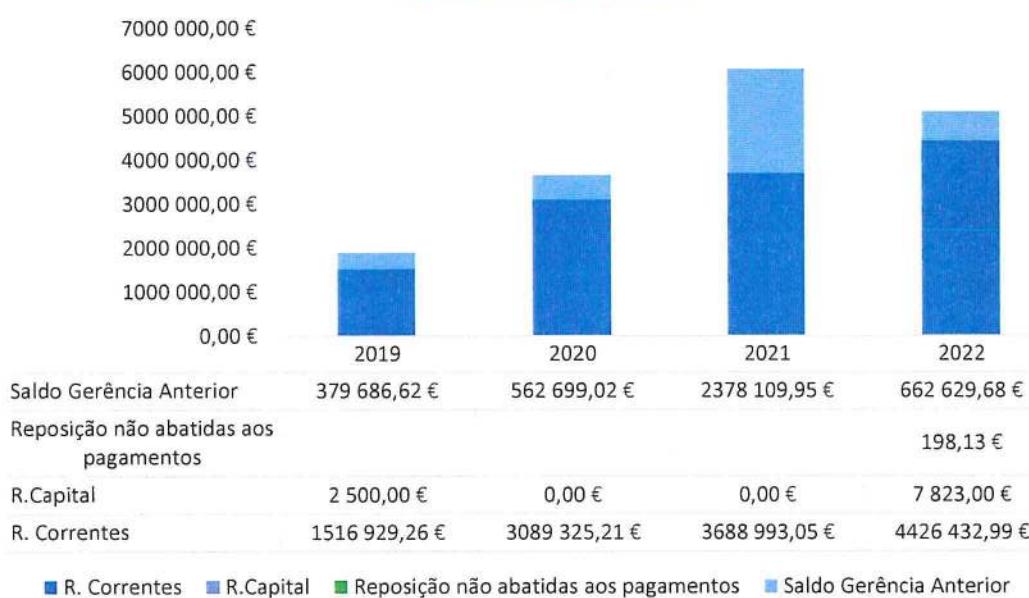


Gráfico 1 - Evolução das Receitas

2. Despesas

Relativamente às Despesas da CIM Cávado, apresentaram os seguintes valores no exercício de 2022:

Tabela 3 - Total das despesas em formato geral

Despesas	Valor	%
Correntes	4 359 999,57€	97%
Capital	138 717,49€	3%
Total das Despesas	4 498 717,06 €	100%

Tabela 4 - Total das despesas por segmento

Tipo de Despesas	Dotações Orçamental Corrigida	Execução de Despesa	Taxa de Execução
Despesa Corrente	7 537 736,00 €	4 359 999,57 €	58%
Despesas com o pessoal	998 714,34 €	694 997,69 €	70%
Aquisição de bens e serviços	3 705 207,37 €	1 657 762,75 €	45%
Juros e outros encargos	700,00 €	442,70 €	63%
Transferências correntes	2 900,00 €	2 250,00 €	78%
Subsídios	2 804 078,29 €	1 998 809,18 €	71%
Outras despesas correntes	26 136,00 €	5 737,25 €	22%
Despesa Capital	385 427,00 €	138 717,49 €	36%
Aquisição de bens de capital	285 227,00 €	38 717,49 €	14%
Transferências de capital	100,00 €	0,00 €	0%
Ativos Financeiros	100 000,00 €	100 000,00 €	100%
Outras despesas de capital	100,00 €	0,00 €	0%
Total Despesas	7 923 163,00 €	4 498 717,06 €	57%

A despesa apresentou uma execução de 57%. A esmagadora maioria das despesas, cerca de 97%, concentram-se em despesas correntes, facto que se explica pelo facto de a grande maioria dos projetos promovidos pela CIM apresentarem um cariz imaterial.

Do lado das despesas correntes salientamos:

- As despesas de pessoal** totalizaram 694 997,69 € e representam 15% do total da despesa, tendo-se verificado um ligeiro acréscimo face ao ano anterior, com a entrada de um novo colaborador, por mobilidade interna.
- As aquisições de bens e serviços** registaram o valor de 1 657 762,75 € o qual representa 37% do total da despesa e que se concentram essencialmente em despesas com transportes de passageiros, despesas de trabalhos especializados e consultadoria.

- Os Subsídios**, com o valor de 1 998 809,18 € e um peso face o total de despesa de 44% e representam o pagamento das compensações aos operadores de transportes de passageiros para manutenção do serviço público essencial de transporte.
- Ativos Financeiros**, no valor de 100.000 €, que correspondeu à regularização do registo contabilístico do depósito a prazo na Caixa Geral de Depósitos.
- Todas as restantes rubricas são de valor residual.

Analizando a evolução da despesa ao longo dos últimos 4 anos, verifica-se um acréscimo, face aos anos anteriores, pelas razões anteriormente descritas.

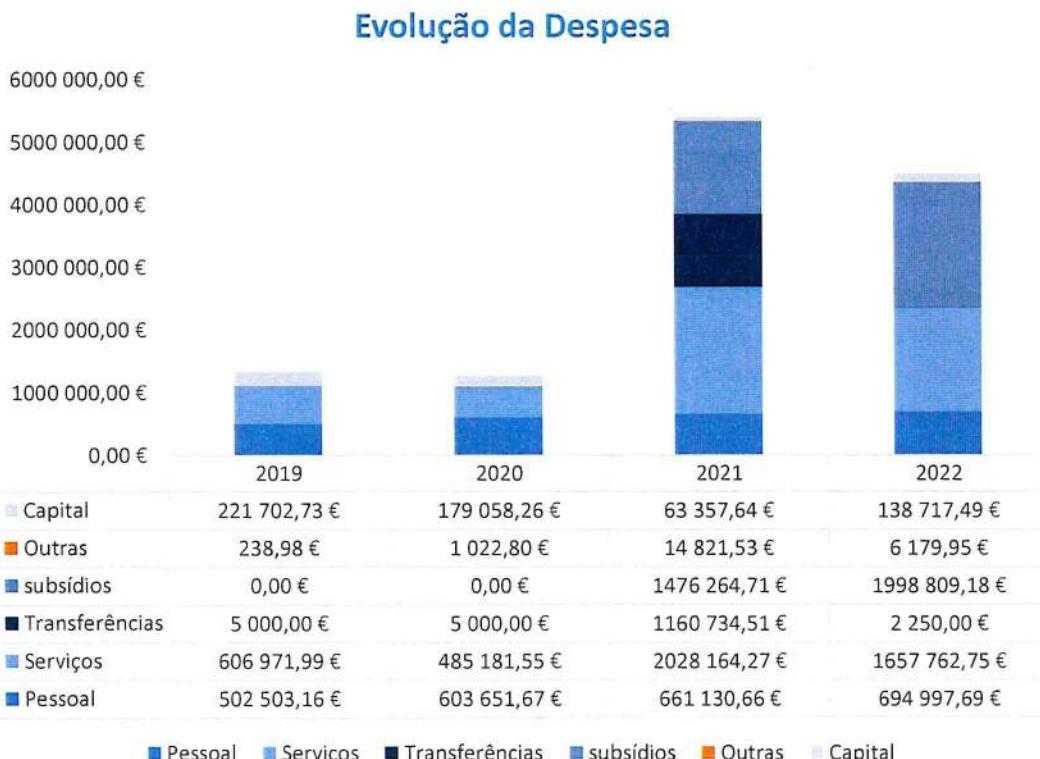


Gráfico 2 - Evolução da despesa

3. Resumo

Em síntese temos uma receita apurada em 2022 no valor total de 5 097 083,80 €, enquanto a despesa atingiu o valor total de 4 498 717,06 €.

Considerando o saldo das operações de tesouraria (extra-orçamentais) no valor de 4 287 899,54 €, resulta um saldo de gerência a transitar para a gerência de 2023 no valor de 4 886 266,28 €.

Tabela 5 - Receita apurada de 2022

Descrição	Valor
Receita Global	5 097 083,80 €
Despesa Global	4 498 717,06 €
Saldo de Operações de Tesouraria (Extra-orçamentais)	4 287 899,54 €
Saldo Gerência	4 886 266,28 €

Quanto à execução do orçamento propriamente dita, a despesa ficou-se pelos 57%, enquanto a receita registou uma execução de 64%. Este contraste entre as taxas de execução, ainda que positivo, em comparação com o cenário inverso, encontra justificação num conjunto de razões. A saber:

- i. A Lei dos compromissos e pagamentos em atraso pressiona no sentido ascendente a execução da receita, impondo maior rigor no pagamento das quotizações e comparticipações. Já do lado despesa, limita, condiciona e pressiona no sentido inverso a sua execução.
- ii. A exemplo do sucedido em exercícios anteriores, o facto de a atividade da CIM Cávado ser em grande medida apoiada por fundos comunitários, obriga a inscrever previamente em orçamento a totalidade das verbas previstas nas candidaturas. Acontece que a realidade acaba por registrar

aprovações por valores inferiores e programações financeiras diferentes, o que naturalmente prejudica as taxas de execução do orçamento, sem que daí se possa advir dificuldades de concretização.

MP
at
HR
GJH
GJ
SK
SS

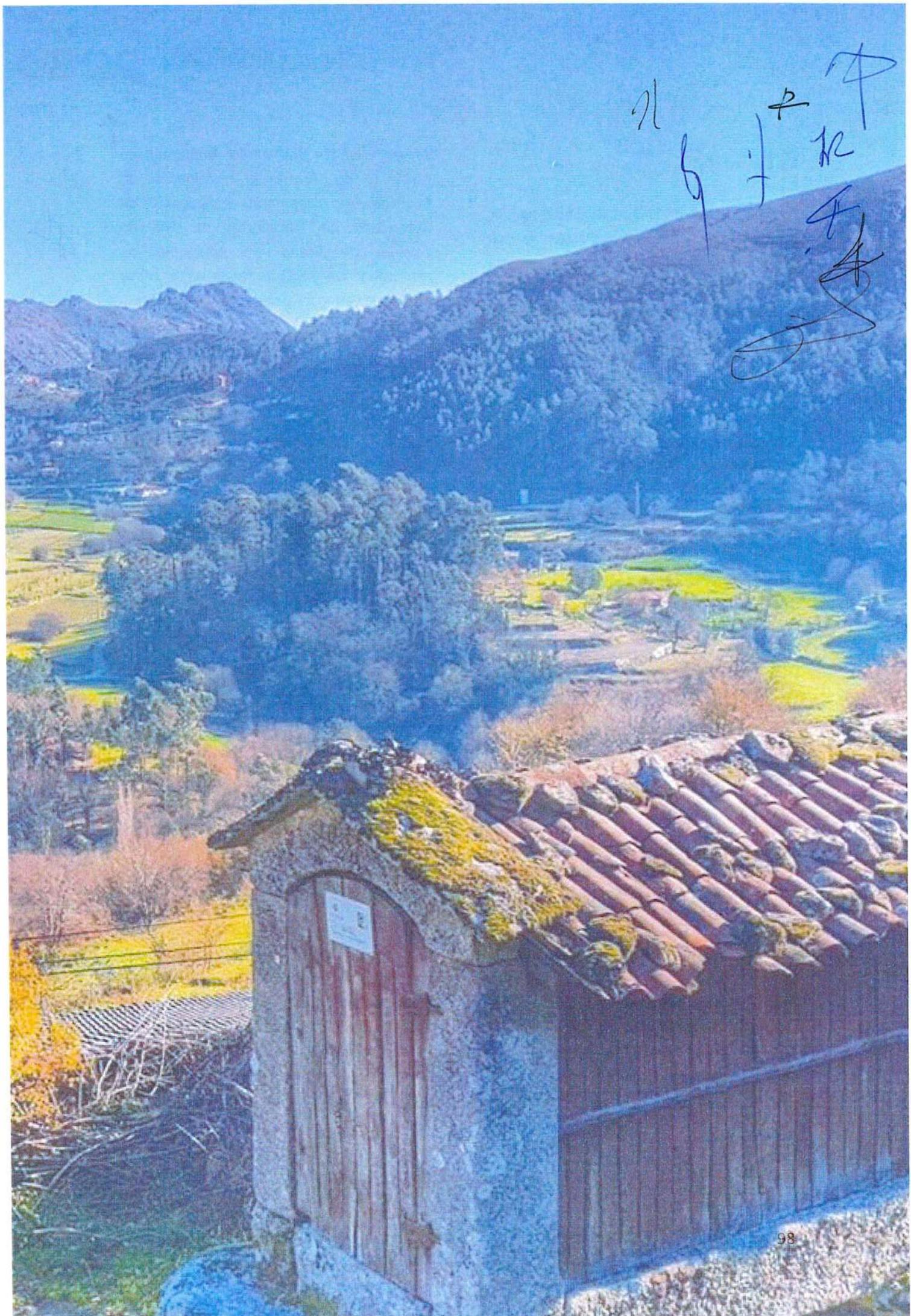
II





5.2. Análise da Situação Económica e Financeira

H A P
M A B
A



1. Balanço

Em 2022 o ativo da CIM do Cávado atingiu os 8 113 310,02 €, que representa um grande acréscimo face ao ano anterior e deve-se essencialmente, ao valor da conta de depósitos à ordem onde estão depositadas as

verbas oriundas dos Fundo Ambiental, do PART e do Protransp, destinadas ao financiamento dos atos impositivos da Autoridade de Transportes da CIM do Cávado, classificada em operações de tesouraria. De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo.

Tabela 6 - Total do ativo

Componentes do Ativo	2022	2021	Variação 2021/2022
Ativos fixos tangíveis	1 183 165,21 €	1 214 264,66 €	-3%
Propriedades de investimento	311 222,29	313 592,00 €	-1%
Ativos intangíveis	99 116,11 €	168 827,05 €	-41%
Diferimentos	119,23 €	235,36 €	-49%
Total Ativo não corrente	1 593 622,84 €	1 696 919,07 €	-6%
Clientes, contribuintes e utentes	150 613,67 €	66 179,87 €	128%
Estado e outros entes públicos	25 278,80 €	0,00 €	100%
Outras contas a receber	1 346 470,45	864 746,00 €	56%
Diferimentos	11 057,98	8 747,39 €	26%
Caixa e depósitos	4 986 266,28 €	1 408 935,91 €	254%
Total Ativo corrente	6 519 687,18 €	2 348 609,17 €	178%
Total Ativo	8 113 310,02 €	4 045 528,24 €	101%

Relativamente ao ativo corrente, destaca-se o acréscimo nas rúbricas da classe 2, *Clientes, contribuintes e utentes* e *outras contas a receber*.

A verba inscrita na rubrica de Clientes, contribuintes e utentes diz respeito essencialmente ao valor da bilhética de setembro a novembro da aquisição de serviços para exploração do serviço público de transporte de passageiros.

A verba de *Outras contas a receber*, provém principalmente da aplicação do princípio da especialização do exercício.

O acréscimo da rúbrica *Caixa e depósitos*, resulta, como já referido anteriormente, das transferências oriundas do Fundo Ambiental para o financiamento da rede essencial de apoio ao transporte público, que se destinou ao pagamento das transportadoras e o seu remanescente aos municípios que compõem a CIM.

Tabela 7 - Património líquido

Património Líquido	2022	2021	Variação 2021/2022
Património/Capital	646 878,96 €	646 878,96 €	0%
Reservas	62 008,81 €	53 202,69 €	17%
Resultados transitados	562 325,09 €	395 008,84 €	42%
Outras variações no Património Líquido	1 379 662,56 €	1 372 042,39 €	1%
Resultado líquido do período	365 490,37 €	176 122,37 €	108%
Total Património Líquido	3 016 365,79 €	2 643 255,25 €	14%

A variação das reservas do património líquido resulta da constituição de reservas legais de 5% do resultado líquido positivo do exercício anterior. O valor restante do resultado líquido foi incorporado nos resultados transitados.

De realçar o resultado líquido positivo no valor de 365 490,37 €.

Em relação ao passivo, a CIM do Cávado fechou o ano 2022 com um valor de 5 096 944,23 €, sendo constituído na sua maioria por passivo corrente. De seguida pode verificar-se a evolução das suas rubricas.

Tabela 8 - Total do passivo

Componentes do Passivo	2022	2021	Variação 2021/2022
Outras contas a pagar	0,00 €	1 473,75 €	-100%
Total Passivo não corrente	0,00 €	1 473,75 €	-100%
Fornecedores	532 673,56 €	0,00 €	100%
Estado e outros entes públicos	24 709,82 €	21 429,70 €	15%
Outras contas a pagar	4 537 414,33 €	1 378 024,63 €	229%
Diferimentos	2 146,52 €	1 344,91 €	60%
Total Passivo corrente	5 096 944,23 €	1 400 799,24 €	264%
Total Passivo	5 096 944,23 €	1 402 272,99 €	263%

A rubrica *outras contas a pagar*, do passivo corrente, mantém um peso significativo no total do passivo, pois inclui a dívida, relativa aos serviços de transportes essenciais dos últimos meses de 2022, cujo pagamento

ocorreu no início do corrente ano. Para além disso, inclui os valores também já transferidos para os municípios no início do ano 2023, na sequência do apuramento do saldo dos atos impositivos de 2022.

2.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Tabela 9 - Resultado líquido

Demonstração de Resultados	2022	2021
Resultados Operacionais	365 479,18 €	176 120,01 €
Resultados Financeiros	11,19 €	2,36 €
Resultado Líquido do Exercício	365 490,37 €	176 122,37 €

Encerradas as contas do exercício económico de 2022, apurou-se um montante global de rendimentos de 5 039 686,44 €, um montante global de gastos 4 674 196,07 €, o que permitiu obter um resultado do líquido positivo de 365 490,37 €.

Tabela 10 - Total de rendimentos

Rendimentos	2022	2021	Variação
Prestações de serviços e concessões	495 133,65 €	0,00 €	100%
Transferências e subsídios correntes obtidos	3 978 528,17 €	4 022 453,72 €	-1%
Outros rendimentos	566 013,43 €	598 187,43 €	-5%
Juros e rendimentos similares obtidos	11,19 €	22,77 €	-51%
Total	5 039 686,44 €	4 620 663,92 €	9%

A rubrica *Transferências e subsídios correntes obtidos* é a que apresenta maior peso e deve-se principalmente às transferências do Fundo Ambiental dos programas PART e PROtransp.

Tabela 11 - Total de gastos

Gastos	2022	2021	Variação
Fornecimentos e serviços externos	1 905 869,72 €	231 190,02 €	724%
Gastos com pessoal	690 813,80 €	650 183,50 €	6%
Transferências e subsídios concedidos	1 798 630,49 €	3 319 816,44 €	-46%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	22 253,37 €		100%
Outros gastos	115 082,67 €	119 121,25 €	-3%
Gastos de depreciação e amortização	141 546,02 €	124 209,93 €	14%
Juros e gastos similares suportados	0,00 €	20,41 €	-100%
Total	4 674 196,07 €	4 444 541,55 €	5%

A rubrica *Fornecimentos e serviços externos* apresentou um significativo aumento face ao ano anterior, que se deveu essencialmente à execução do contrato de aquisição de serviços para exploração do serviço público de transporte de passageiros, mas também ao incremento da execução dos projetos financiados, num período pós pandemia.





5.3. Indicadores de Gestão

Tabela 12 - Rácios económico-financeiros

Rácios	2022	2021
Autonomia Financeira (Património Líquido/ Ativo Total)	0,37	0,65
Solvabilidade (Património Líquido/ Passivo Total)	0,59	1,88
Liquidez Geral (Ativo corrente/ Passivo corrente)	1,28	1,68

A Autonomia Financeira representa a parcela do ativo realizado com recursos próprios, e é normalmente aceite que este valor se deva situar acima de 0,33. Considera-se por isso que no que a este rácio diz respeito a Comunidade Intermunicipal goza de uma estrutura financeira equilibrada.

O Rácio da Solvabilidade, apresenta um valor inferior à unidade, devido ao acréscimo do

passivo, por verbas à guarda da CIM registadas em operações de tesouraria.

Quanto ao rácio de Liquidez Geral, sendo superior a zero, evidencia que as dívidas de curto prazo são inteiramente cobertas por recursos de curto prazo, concluindo-se daí uma tesouraria inteiramente solvente.



5.4. Proposta de Aplicação de Resultados

P
P
R
R
H
H
X

Propõe-se que o resultado líquido do exercício positivo, no montante de 365 490,37 € tenha a seguinte aplicação:

a) Constituição de reservas legais de 5% do resultado líquido;

b) O valor restante seja transferido para a conta 56 – Resultados Transitados.

(Handwritten notes in blue ink, likely a student's work, are visible on the right side of the page. They include the letters 'P', 'R', 'F', 'I', 'O', and 'D' written vertically, along with some arrows and a signature-like mark.)

VI

**Documentos da
Prestação de Contas**

*Z P
R A
H G K
A S*

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Nº	Designação	SNC-AP	Documento TC
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS			
1	Nota Prévia quanto ao referencial contabilístico adotado para o exercício de 2022	NCP 1	<i>✓</i>
2	Balanço	NCP1	A2
3	Demonstração de resultados por natureza	NCP1	A2
4	Demonstração das alterações no património líquido	NCP1	A2
5	Demonstração de fluxos de caixa	NCP1	A2
6	Anexo às demonstrações Financeiras	NCP1	A2
DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS			
7	Demonstração do desempenho orçamental	NCP26	A2
8	Demonstração de execução orçamental da receita	NCP26	A2
9	Demonstração de execução orçamental da despesa	NCP26	A2
10	Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos	NCP26	A2
11	Alterações orçamentais da receita	NCP26	A2
12	Alterações orçamentais da despesa	NCP26	A2
13	Alterações ao PPI	NCP26	A2
14	Operações de tesouraria	NCP26	A2
15	Contratação administrativa – Situação dos contratos	NCP26	A2
16	Contratação administrativa – Adjudicações por tipo de procedimento	NCP26	A2
17	Transferências e subsídios concedidos	NCP26	A2
18	Transferências e subsídios obtidos	NCP26	A2
OUTROS DOCUMENTOS			
19	Caracterização da entidade		
20	Mapa de empréstimos		
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS			

The background of the slide is a photograph of a serene landscape. In the foreground, there's a body of water with gentle ripples. Behind it, a range of mountains covered in dense green forests stretches across the middle ground. The sky above is a clear, pale blue. In the top right corner, several pine tree branches with long, thin needles hang down, partially obscuring the sky. There are also some faint, handwritten-style markings in blue ink on the right side of the image, including a large 'P', a checkmark-like symbol, and a signature.

6.1. Demonstrações Financeiras

1. Nota Prévia quanto ao referencial contabilístico adotado para o exercício de 2022

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e surgiu da necessidade de se dispor de um sistema contabilístico que responda às exigências de um adequado planeamento, relato e controlo financeiro, que contribua decisivamente para o rigor e transparência na gestão pública.

A implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, após sucessivos adiamentos, passou a ser obrigatória para as entidades pertencentes ao subsetor da administração local a partir do exercício de 2020 (de acordo com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 2/2020, de 31 de março).

No entanto, depois de analisada a questão com os nossos serviços técnicos e com o Auditor Externo da CIM Cávado, entendemos que face à complexidade do processo de transição, não seria exequível efetivar a adoção do novo referencial contabilístico de forma completa no exercício de 2020. No contexto descrito, entendeu-se adequado aplicar de forma supletiva a opção

preconizada pela IPSAS 33 (tal como indicado pela FAQ 47 da Comissão de Normalização Contabilística), a qual prevê um período de até três anos para o processo de transição, por forma a assegurar a plenitude do mesmo, o cômputo rigoroso de todos os correspondentes efeitos/ajustamentos e a necessária consistência das políticas contabilísticas e divulgações associadas.

Nesse sentido, 2022 foi o último ano do processo de transição.

2. Balanço

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Montantes expressos em euros)

	Notas	2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente		1 593 622,84	1 696 919,07
Ativos fixos tangíveis	5	1 183 165,21	1 214 264,66
Propriedades de investimento	8	311 222,29	313 592,00
Ativos intangíveis	3	99 116,11	168 827,05
Diferimentos		119,23	235,36
Ativo corrente		6 519 687,18	2 348 609,17
Clientes, contribuintes e utentes	18	150 613,67	66 179,87
Estado e outros entes públicos	18	25 278,80	0,00
Outras contas a receber	18	1 346 470,45	864 746,00
Diferimentos		11 057,98	8 747,39
Caixa e depósitos	1	4 986 266,28	1 408 935,91
Total Ativo		8 113 310,02	4 045 528,24
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		3 016 365,79	2 643 255,25
Património/Capital		646 878,96	646 878,96
Reservas		62 008,81	53 202,69
Resultados transitados		562 325,09	395 008,84
Outras variações no Património Líquido		1 379 662,56	1 372 042,39
Resultado líquido do período		365 490,37	176 122,37
Total Património Líquido		3 016 365,79	2 643 255,25
PASSIVO			
Passivo não corrente		0,00	1 473,75
Outras contas a pagar		0,00	1 473,75
Passivo corrente		5 096 944,23	1 400 799,24
Fornecedores	18	532 673,56	0,00
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	18	24 709,82	21 429,70
Outras contas a pagar	18	4 537 414,33	1 378 024,63
Diferimentos		2 146,52	1 344,91
Total Passivo		5 096 944,23	1 402 272,99
Total Património Líquido e Passivo		8 113 310,02	4 045 528,24

3. Demonstração de resultados por natureza

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Montantes expressos em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2022	2021
Prestações de serviços e concessões	13	495 133,65	0,00
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	3 978 528,17	4 022 453,72
Fornecimentos e serviços externos		(1 905 869,72)	(231 190,02)
Gastos com pessoal	19	(690 813,80)	(650 183,50)
Transferências e subsídios concedidos		(1 798 630,49)	(3 319 816,44)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(22 253,37)	0,00
Outros rendimentos e ganhos	13;14	566 013,43	598 187,43
Outros gastos e perdas		(115 082,67)	(119 121,25)
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		507 025,20	300 329,94
Gastos/reversões de depreciação e amortização		(141 546,02)	(124 209,93)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		365 479,18	176 120,01
Juros e rendimentos similares obtidos	13	11,19	22,77
Juros e gastos similares suportados		0,00	(20,41)
Resultado antes de impostos		365 490,37	176 122,37
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		365 490,37	176 122,37

4. Demontração das alterações no património líquido

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Montantes expressos em euros)

Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla								
Designação	Notas	Capital / Património subscrito	Ações (quotas) próprias	Prémios de capital próprio	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras vars. no património líquido
Posição no início do período (1)		646 878,96	0,00	0,00	53 202,69	395 008,84	0,00	0,00
Alterações no período (2)		0,00	0,00	0,00	8 806,12	167 316,25	0,00	0,00
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respectivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00	0,00	0,00	8 806,12	167 316,25	0,00	0,00
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período (3)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Integral (4)=(2)+(3)		0,00	0,00	0,00	8 806,12	167 316,25	0,00	0,00
Operações com detentores de capital no período (5)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		646 878,96	0,00	0,00	62 008,81	562 325,09	0,00	0,00

5. Demonstração dos fluxos de caixa

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		411 718,48	23 398,20
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		4 001 018,97	3 652 414,04
Pagamentos a fornecedores		(1 657 762,75)	(2 028 514,57)
Pagamentos ao pessoal		(694 997,69)	(661 130,66)
Pagamentos de transferências e subsídios		(2 001 059,18)	(2 636 999,22)
Caixa gerada pelas operações		58 917,83	(1 650 832,21)
Outros recebimentos/pagamentos		3 535 611,49	745 006,18
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		3 594 529,32	(905 826,03)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis	5	(22 078,05)	(28 466,22)
Pagamentos - Ativos intangíveis	3	(16 639,44)	(34 891,42)
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis	13	7 823,00	0,00
Recebimentos - Propriedades de Investimento		13 680,73	0,00
Recebimentos - Juros e rendimentos similares		14,81	30,01
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		(17 198,95)	(63 327,63)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Juros e gastos similares		0,00	(20,41)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		0,00	(20,41)
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		3 577 330,37	(969 174,07)
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	1	1 408 935,91	2 378 109,98
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	1	4 986 266,28	1 408 935,91
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		1 408 935,91	2 378 109,98
Saldo da gerência anterior (SGA)		1 408 935,91	2 378 109,98
SGA De execução orçamental		662 629,68	2 378 109,95
SGA De operações de tesouraria		746 306,23	0,03
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		4 986 266,28	1 408 935,91
Equivalentes a caixa no fim do período		(100 000,00)	0,00
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		4 886 266,28	1 408 935,91
SGS De execução orçamental		598 366,74	662 629,68
SGS De operações de tesouraria		4 287 899,54	746 306,23

6. Anexo às demonstrações financeiras

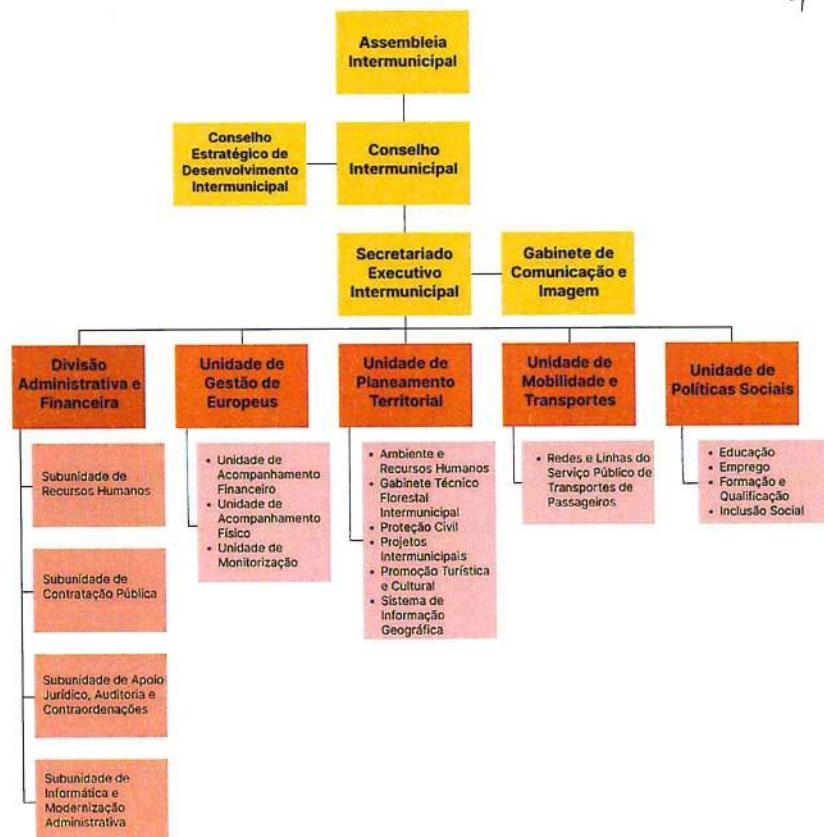
NOTA 1: IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERÊNCIAL CONTABILÍSTICO

1.1. Identificação da Entidade e período de relato

A Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM Cávado) tem a sua sede na rua do Carmo n.º 29 em Braga e é identificada com o número de pessoa coletiva 508 779 472.

A Comunidade Intermunicipal do Cávado foi constituída por escritura pública outorgada

a) Estrutura Organizacional Efetiva



em 30 de outubro de 2008. A sua constituição resulta da determinação expressa de todos os municípios que constituem a NUT Cávado, nomeadamente os municípios de Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde. Atualmente o enquadramento legal rege-se pela Lei 75/2013 de 12/09.

Sendo uma pessoa coletiva de direito público de natureza associativa, e de âmbito territorial, visa a prossecução de diversos fins públicos enumerados no artigo 2º dos seus estatutos, publicados no n.º 189 da II Série do Diário da República de 1 de outubro de 2014.

b) Descrição Sumária da Atividade

A Comunidade Intermunicipal do Cávado tem por objeto a prossecução de interesses comuns aos municípios que a integram, nos termos da legislação em vigor e do artigo 2º dos seus Estatutos. A saber:

"1 - Sem prejuízo das atribuições transferidas pela Administração Central e pelos municípios, a Comunidade Intermunicipal tem por fim a prossecução dos seguintes fins públicos:

- a) Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;
- b) Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;
- c) Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional — QREN;
- d) Planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal.

2 — A Comunidade Intermunicipal assegura também a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da Administração Central, nas seguintes áreas:

- a) Redes de abastecimento público, infra-estruturas de saneamento básico, tratamento de águas residuais e resíduos urbanos;
- b) Rede de equipamentos de saúde;
- c) Rede educativa e de formação profissional;

- d) Ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais;
- e) Segurança e proteção civil;
- f) Mobilidade e transportes;
- g) Redes de equipamentos públicos;
- h) Promoção do desenvolvimento económico, social e cultural;
- i) Rede de equipamentos culturais, desportivos e de lazer."

As atividades ou ações desta Comunidade Intermunicipal, concretizadas no ano transato encontram-se descritas no Relatório de Gestão.

c) Recursos Humanos – titulares dos Órgãos

De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022

Ricardo Bruno Antunes Machado Rio – Presidente do Conselho Intermunicipal;

Mário Constantino Araújo Leite da Silva Lopes – Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal;

Júlia Maria Caridade Rodrigues Fernandes – Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal;

Manuel da Rocha Moreira – Membro do Conselho Intermunicipal;

António Benjamim da Costa Pereira – Membro do Conselho Intermunicipal;

Manuel João Sampaio Tibo – Membro do Conselho Intermunicipal

Rafael Gomes Amorim - Primeiro Secretário
do Secretariado Executivo Intermunicipal

d) Período de relato

1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022

1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Do ponto de vista informático, os registo e demais procedimentos contabilísticos são efetuados num único sistema informático (SIGMA SNC-AP da Medidata.net) que integra a Contabilidade Orçamental e a Contabilidade Patrimonial, em estrita obediência às Normas de Contabilidade Pública.

Desta forma a Contabilidade Orçamental é executada em total concordância com a Contabilidade Geral encontrando-se integradas no mesmo sistema.

Não existe descentralização contabilística.

a) Comparabilidade do Balanço e Demonstração de Resultados

As presentes demonstrações financeiras são comparáveis com o exercício de 2021.

b) Valores de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2022 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários era o seguinte:

Conta	2022	2021
Caixa	0,00	0,00
Fundo Fixo	0,00	0,00
Depósitos à ordem	4 886 266,28	1 408 935,91
Depósitos bancários à ordem	4 886 266,28	1 408 935,91
Outros depósitos	100 000,00	0,00
Depósitos a prazo	100 000,00	0,00
TOTAL	4 986 266,28	1 408 935,91

NOTA 2: PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

a) Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados pelo seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade, caso existam. O custo de um ativo fixo tangível é reconhecido se, e apenas se, for provável que fluirão para a Comunidade Intermunicipal do Cávado benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem, e o seu custo ou justo valor, puder ser mensurado com fiabilidade.

As depreciações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos tangíveis, decorrentes do gasto com a sua utilização, imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil, sendo estas calculadas pelo método das quotas constantes, a partir da data em que os ativos estejam disponíveis para uso, em conformidade com o período de vida útil estimado no Classificador Complementar 2 (CC2) - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, para cada grupo de bens, tendo em consideração a sua obsolescência técnica ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado.

Os gastos de conservação e reparação em que se verifique que não incorrem num aumento da vida útil dos bens, nem resultem em outros benefícios económicos, como o

aumento da capacidade ou potência, entre outros, são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

Os investimentos em curso constituem ativos que se encontram na fase de construção, encontrando-se mensurados ao custo de aquisição. Estes ativos começam a ser depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso, ou seja, quando estiverem nas condições necessárias para serem capazes de operar da forma pretendida.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade, caso existam. Compreende, essencialmente, projetos de desenvolvimento, licenças de software, programas de computador, entre outros. Um ativo intangível, como o caso dos projetos de desenvolvimento, apenas é reconhecido quando for provável que dele advinham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado, e se o seu custo ou justo valor puder ser mensurado com fiabilidade.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil, começando quando o ativo está disponível para uso. Para o efeito são consideradas as vidas úteis de referência previstas no Classificador Complementar 2

(CC2) – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento.

A amortização das licenças de *software* e programas de computador devem refletir o período pelo qual se espera que o ativo gere benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, pelo que é definida de acordo com o uso esperado desse ativo, período de utilização previsto em acordos e contratos, ou então determinada pela obsolescência resultante de fatores tecnológicos, de mercado ou de uso deficiente.

O método de amortização utilizado é o das quotas constantes.

c) Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Comunidade Intermunicipal do Cávado não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo seu justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

Os instrumentos de capital próprio são mensurados pela quantia de dinheiro recebido ou pelo justo valor dos recursos recebidos ou a receber. Em caso de pagamento diferido e, se o valor temporal do dinheiro for significativo, a mensuração inicial é efetuada pelo valor presente da quantia a receber.

Todos os custos associados à emissão de instrumentos de capital próprio são deduzidos à quantia inscrita no respetivo capital próprio.

d) Contas a receber e a pagar

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Comunidade Intermunicipal do Cávado não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

As dívidas a pagar são mensuradas inicialmente pelo justo valor da contraprestação e mensuradas subsequentemente ao custo amortizado.

e) Acréscimos

Estas contas registam a contrapartida dos rendimentos e dos gastos que devam ser reconhecidos no próprio período, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja receita ou despesa e respetivo recebimento e pagamento só venha a ocorrer em período ou períodos posteriores. Foram considerados em acréscimos de rendimentos as comparticipações a receber de despesa do período sujeita a cofinanciamento comunitário e municipal, bem como as transferências do Fundo ambiental respeitantes ao período do PART e Protransp.

Em acréscimos de gastos foi reconhecida a estimativa do valor de férias, subsídio de férias e encargos relacionados que em 31 de dezembro de 2022 os trabalhadores já tenham direito a receber, mas cujo processamento e pagamento apenas se verificará em 2023.

f) Diferimentos

Compreende os gastos e os rendimentos que devam ser reconhecidos em 2023 ou seguintes, em cumprimento do regime do acréscimo ou periodização económica, cujo pagamento/contabilização já ocorreu em 2020, nomeadamente, rendas, prestações de serviços, entre outros.

g) Rendimento de transações com contraprestação

O rendimento de transações com contraprestação inclui os influxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviços recebidos ou a receber pela entidade de sua própria conta, referente a vendas, prestação de serviços, juros, royalties e dividendos.

A quantia de rendimento proveniente de uma transação é geralmente determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utilizador do ativo ou serviço e é mensurada pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber tendo em conta as quantias de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos.

O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados, quando:

- Vendas: os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador; deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse; o montante do reduto possa ser mensurado com fiabilidade; seja provável que benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade; os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

- Prestação de Serviços: o rendimento é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.
- Juros: rendimento reconhecido através do método do juro efetivo.
- Royalties: rendimento reconhecido de acordo com o regime do acréscimo.
- Dividendos: rendimento reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

h) Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e em transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

As transferências incluem transferências financeiras, subsídios, perdões de dívidas, multas e outras penalidades, legados, ofertas, doações e bens e serviços em espécie.

As transferências são reconhecidas como um ativo quando os recursos transferidos satisfazem a definição de ativo, a entidade controla os recursos em consequência de um acontecimento passado (a transferência) e espera receber desses recursos benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e o seu justo valor possa ser mensurados com fiabilidade.

i) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos colaboradores pagos incluem ordenados, despesas de representação, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal, subsídios para faltas, ajudas de custo e outros abonos específicos, que são reconhecidos como gastos do período em que os serviços são prestados numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

O direito a férias e a subsídio de férias, adquirido até 31 de dezembro de cada ano, processado e pago no ano seguinte, é reconhecido como gasto no período a que respeita.

j) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado, seja provável que, para a resolução dessa

obrigação, ocorra um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos pela empresa como: (i) Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço; ou (ii) Obrigações presentes, que não satisfazem os critérios de reconhecimento, quer porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos ou potencial de serviço.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço para a entidade.

A entidade não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo

apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos ou potencial de serviço que daí poderão resultar forem prováveis.

k) Acontecimentos após a data de relato

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

l) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

m) Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da entidade no quadro do seu plano estratégico

e as informações disponíveis face a acontecimentos passados, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período

A vertical column of handwritten blue ink on white paper. The characters are arranged from top to bottom as follows: a large open circle, a small 'R', a large 'R', a large 'A', a large 'I', a large 'G', a large 'G', and a large 'H' at the bottom. To the left of the column, there is a large, stylized 'H' at the bottom and a large, open circle at the top. To the right of the column, there is a large, open circle at the bottom and a large, stylized 'H' at the top.

NOTA 3: ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nas tabelas seguintes.

AI - VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS

Rubricas	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
					[1]	[2]	[3]	[4]
Ativos Intangíveis								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	521 050,33	(352 223,28)	0,00	168 827,05	537 689,77	(438 573,66)	0,00	99 116,11
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	172 255,53	(163 082,69)	0,00	9 172,84	210 317,89	(180 317,42)	0,00	30 000,47
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	327 371,88	(189 140,59)	0,00	138 231,29	327 371,88	(258 256,24)	0,00	69 115,64
Ativos intangíveis em curso	21 422,92	0,00	0,00	21 422,92	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	521 050,33	(352 223,28)	0,00	168 827,05	537 689,77	(438 573,66)	0,00	99 116,11

A
TR
F
124
/ /

AI - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais	Diminuições	Quantia escriturada final	Variações
Ativos Intangíveis	168 827,05	16 639,44	0,00	0,00	0,00	(86 350,38)	0,00	0,00	0,00	99 116,11	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	9 172,84	16 639,44	21 422,92	0,00	0,00	(17 234,73)	0,00	0,00	0,00	30 000,47	
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	138 231,29	0,00	0,00	0,00	0,00	(69 115,65)	0,00	0,00	0,00	69 115,64	
Ativos intangíveis em curso	21 422,92	0,00	(21 422,92)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	168 827,05	16 639,44	0,00	0,00	0,00	(86 350,38)	0,00	0,00	0,00	99 116,11	



 7
 125

126

۲۱

NOTA 5: ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis encontra-se nas tabelas seguintes.

RUBRICAS	AFT - VARIAÇÃO DAS DEPRECIAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS					Final do Período			
	Início do Período					Depreciações Acumuladas		Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
	[1]	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	[6]	[7]	[8]	[9]=[6]-[7]-[8]
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	1 065 967,91	(7 994,76)	0,00	1 057 973,15	1 065 967,91	(15 989,52)	0,00	1 049 978,39	
Terrenos e recursos naturais	266 491,98	0,00	0,00	266 491,98	266 491,98	0,00	0,00	266 491,98	
Edifícios e outras construções	799 475,93	(7 994,76)	0,00	791 481,17	799 475,93	(15 989,52)	0,00	783 486,41	
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativos fixos em concessão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros ativos fixos tangíveis	407 860,77	(251 569,26)	0,00	156 291,51	411 242,25	(278 055,43)	0,00	133 186,82	
Terrenos e recursos naturais	10 802,35	0,00	0,00	10 802,35	10 802,35	0,00	0,00	10 802,35	
Edifícios e outras construções	32 407,07	(324,07)	0,00	32 083,00	32 407,07	(648,14)	0,00	31 758,93	
Equipamento básico	76 382,34	(40 496,53)	0,00	35 885,81	88 269,52	(57 041,30)	0,00	31 228,22	
Equipamento de transporte	91 303,34	(70 156,42)	0,00	21 146,92	72 958,34	(62 958,34)	0,00	10 000,00	
Equipamento administrativo	107 854,04	(96 581,67)	0,00	11 272,37	111 282,86	(102 178,86)	0,00	9 104,00	
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros	89 111,63	(44 010,57)	0,00	45 101,06	95 522,11	(55 228,79)	0,00	40 293,32	
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	1 473 828,68	(259 564,02)	0,00	1 214 264,66	1 477 210,16	(294 044,95)	0,00	1 183 165,21	

AFT - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	1 057 973,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(7 994,76)	0,00	0,00	1 049 978,39
Terrenos e recursos naturais	266 491,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	266 491,98
Edifícios e outras construções	791 481,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(7 994,76)	0,00	0,00	783 486,41
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	156 291,51	21 726,48	0,00	0,00	0,00	0,00	(44 831,17)	0,00	0,00	133 186,82
Terrenos e recursos naturais	10 802,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 802,35
Edifícios e outras construções	32 083,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(324,07)	0,00	0,00	31 758,93
Equipamento básico	35 885,81	11 887,18	0,00	0,00	0,00	0,00	(16 544,77)	0,00	0,00	31 228,22
Equipamento de transporte	21 146,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(11 146,92)	0,00	0,00	10 000,00
Equipamento administrativo	11 272,37	3 428,82	0,00	0,00	0,00	0,00	(5 597,19)	0,00	0,00	9 104,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	45 101,06	6 410,48	0,00	0,00	0,00	0,00	(11 218,22)	0,00	0,00	40 293,32
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1 214 264,66	21 726,48	0,00	0,00	0,00	0,00	(52 825,93)	0,00	0,00	1 183 165,21

AFT - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES

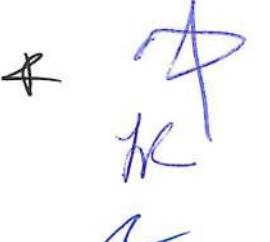
Ativos Fixos Tangíveis	Adições										Outras	Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Lotação financeira	Fusão, cisão, reestruturação			
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativos fixos em concessão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	21 726,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21 726,48	
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Equipamento básico	0,00	11 887,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 887,18	
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Equipamento administrativo	0,00	3 428,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 428,82	
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros	0,00	6 410,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 410,48	
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	21 726,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21 726,48	

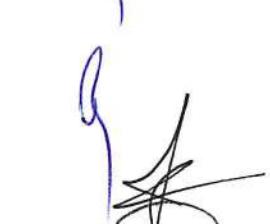
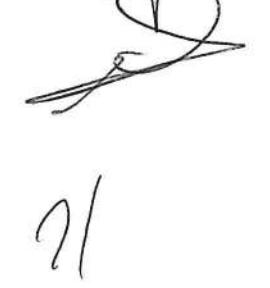
NOTA 8 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento encontra-se nas tabelas seguintes.

PI - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO (MÓDELO DO CUSTO)

Designação	Quantia escriturada inicial	Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do Período	Perdas por imparidade	Reversões perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições	Variações			Rendimentos do período
									Quantia escriturada final	Gastos do período	Rendas	
Propriedades de Investimento	313 592,00	0,00	0,00	(2 369,71)	0,00	0,00	0,00	0,00	311 222,29	0,00	12 879,12	0,00
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	78 990,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	78 990,43	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	234 601,57	0,00	0,00	(2 369,71)	0,00	0,00	0,00	0,00	232 231,86	0,00	12 879,12	0,00
Outras propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	313 592,00	0,00	0,00	(2 369,71)	0,00	0,00	0,00	0,00	311 222,29	0,00	12 879,12	0,00



21

NOTA 13 - RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

Os rendimentos de transações com contraprestação consubstanciam-se na bilhética do serviço de transporte público de passageiros, nas rendas de um edifício da

CIM e no valor do Fee cobrado, no âmbito da atividade da Central de Compras da CIM Cávado. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Tipo de Rendimento	Rendimento do período Reconhecido em		Quantias por Receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Ínicio do período	Final do período	
Rendas/Concessões					
Rendas de edifícios e outras construções	12 879,12	0,00	0,00	0,00	0,00
Central de Compras (Fee dos acordos quadro)	17 535,12	0,00	66 179,87	40 221,81	0,00
Transporte de Pessoas e Mercadorias	477 598,53	0,00	0,00	156 689,80	0,00
Venda de um carro	7 823,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros depósito bancários	11,19	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	515 846,96	0,00	66 179,87	196 911,61	0,00

NOTA 14 - RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Os rendimentos de transações sem contraprestação consubstanciam-se nas transferências recebidas. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Tipo de Rendimento	Rendimento do período Reconhecido em		Quantias por Receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Ínicio do período	Final do período	
Transferências e Subsídios correntes obtidos					
Direção Geral das Autarquias Locais	354 709,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo de Serviço Público de Transportes	79 281,13	0,00	90 393,76	0,00	0,00
Fundo Florestal Permanente	23 800,00	0,00	0,00	23 800,00	0,00
ADC - Agência para o Desenvolvimento e Coesão - FEDER	445 920,49	0,00	5 667,99	247 163,85	0,00
ADC - Agência para o Desenvolvimento e Coesão - FSE	316 131,74	0,00	241 524,61	541 328,75	0,00
ADC - Agência para o Desenvolvimento e Coesão - FC + POCTEP	33 231,92	0,00	0,00	4 361,83	0,00
Município de Amares	24 718,18	0,00	0,00	9 499,67	0,00
Município de Barcelos	109 670,88	0,00	0,00	42 993,28	0,00
Município de Braga	72 247,99	0,00	82 126,00	32 616,24	0,00
Município de Esposende	27 855,54	0,00	0,00	10 236,58	0,00
Município de Terras de Bouro	23 120,35	0,00	0,00	8 803,16	0,00
Município de Vila Verde	48 300,05	0,00	0,00	22 217,75	0,00
Fundo Ambiental - PART	1 125 233,90	0,00	0,00	29 953,39	0,00
Fundo Ambiental - PROTRANSP	1 282 007,51	0,00	445 033,64	414 489,67	65 038,29
Fundo Ambiental - Recolha seletiva de Bioresídos	10 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	6 203,88	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3 982 432,56	0,00	864 746,00	1 387 464,17	65 038,29

NOTA 15 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Passivo contingente

De acordo com a resposta do nosso advogado: "Processo judicial – Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga - Proc. nº731/21.1BEBRG, Unidade Orgânica 1, valor do processo - 166 541,76€;

Autora: Casa do Engenho - Alojamento Local, Lda.;

Réus: Estado Português, AUTORIDADE DE GESTÃO DO NORTE 2020, e Comunidade Intermunicipal do Cávado.

Quanto à probabilidade de êxito da ação judicial diria, num juízo de racionalidade

ponderada, que é de 50% para cada uma das partes.

No caso de o Tribunal deferir o pedido de indemnização por responsabilidade civil extracontratual a responsabilidade pelo pagamento do valor decretado pelo Tribunal será solidário entre os Réus, pelo que qualquer um deles poderá ter de responder pelo seu pagamento, podendo depois em sede de direito de regresso solicitar aos restantes o ressarcimento desse pagamento."

NOTA 17 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 13 de abril de 2023.

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

recebido ou pelo justo valor dos recursos recebidos ou a receber. Em caso de pagamento diferido e, se o valor temporal do dinheiro for significativo, a mensuração inicial é efetuada pelo valor presente da quantia a receber.

Todos os custos associados à emissão de instrumentos de capital próprio são deduzidos à quantia inscrita no respetivo capital próprio.

NOTA 18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade.

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Comunidade Intermunicipal do Cávado não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo seu justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

Os instrumentos de capital próprio são mensurados pela quantia de dinheiro

21

Rubricas	Notas	Quantia escriturada inicial	Aumentos		Diminuições		Quantia escriturada final
			Reversões de perdas por imparidade	Outros	Perdas por imparidade	Outras	
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado:							
Ativo Financeiro		2 339 861,78	0,00	21 244 706,79	(22 253,37)	[17 053 686,00]	6 508 629,20
Clientes c/c	a)	66 179,87	0,00	721 848,55	(22 253,37)	(615 161,38)	150 613,67
Clientes de cobrança duvidosa		0,00	0,00	0,00	22 253,37	0,00	22 253,37
Perdas por imparidade acumuladas		0,00	0,00	0,00	(22 253,37)	0,00	(22 253,37)
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		0,00	0,00	3 592 860,15	0,00	(3 592 860,15)	0,00
Estado		0,00	0,00	34 082,37	0,00	(8 803,57)	25 278,80
Outras contas a Receber		864 746,00	0,00	1 561 375,38	0,00	(1 079 650,93)	1 346 470,45
Devedores por acréscimo de rendimentos	b)	864 746,00	0,00	1 539 856,84	0,00	(1 058 132,39)	1 346 470,45
Outros devedores		0,00	0,00	21 518,54	0,00	(21 518,54)	0,00
Caixa e Depósitos		1 408 935,91	0,00	15 334 540,34	0,00	(11 757 209,97)	4 986 266,28
Passivos financeiros ao custo amortizado							
Passivo Financeiro		1 399 454,33	0,00	16 917 137,06	0,00	(13 221 793,68)	5 094 797,71
Fornecedores		0,00	0,00	4 575 480,57	0,00	(4 042 807,01)	532 673,56
Estado:		21 429,70	0,00	314 543,74	0,00	(311 263,62)	24 709,82
Imposto sobre rendimento		6 273,00	0,00	104 636,14	0,00	(100 081,90)	10 827,24
Imposto sobre valor acrescentado		2 590,11	0,00	11 950,71	0,00	(14 540,82)	0,00
Contribuições para os sistemas de proteção social		12 566,59	0,00	197 956,89	0,00	(196 640,90)	13 882,58
Fornecedores de investimento							0,00
Outras contas a Pagar:		1 378 024,63	0,00	12 027 112,75	0,00	(8 867 723,05)	4 537 414,33
Remunerações a liquidar	c)	89 181,54	0,00	96 802,11	0,00	(89 181,54)	96 802,11
Outros acréscimos de gastos	d)	544 001,14	0,00	473 670,55	0,00	(864 968,56)	152 703,13
Outros credores	e)	744 841,95	0,00	11 456 640,09	0,00	(7 913 572,95)	4 287 909,09
Instrumento de capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrumentos de capital próprio de uma outra entidade mensurados ao custo menos imparidade		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

a) Clientes c/c, no valor de 150 613,67€, sendo 149 778,97€ referente à bilhética de transportes cobrada pela CIM Cávado e o restantes 834,70€ referente ao valor do Fee cobrado, no âmbito da

atividade da Central de Compras da CIM Cávado;

b) Devedores por acréscimo de rendimentos, no valor de 1 346 470,05€, dos quais 444 443,06 € dizem respeito ao financiamento

do serviço de transporte público de passageiros, e 854 182,82€ ao financiamento dos projetos cofinanciados;

- c) Remunerações a liquidar, são relativas a férias, subsídio de férias e respetivos encargos vencidos a 31 de dezembro de cada ano;
- d) Outros acréscimos de gastos, no valor de 152 703,13 €, dos quais 41% dizem respeito a compensações de défice das transportadoras de passageiros;
- e) Outros credores, no valor de 4 287 909,09 € referente a fundos alheios, dos quais 88,5% estão relacionados com o financiamento do serviço de transporte público de passageiros.

O direito a férias e a subsídio de férias, adquirido até 31 de dezembro de cada ano, processado e pago no ano seguinte, é reconhecido como gasto no período a que respeita.

R D
R
F
F
F
S
M

NOTA 19 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos colaboradores pagos incluem ordenados, despesas de representação, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, subsídios para falhas, ajudas de custo e outros abonos específicos, que são reconhecidos como gastos do período em que os serviços são prestados numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

Conta	Designação	Valor
63.0.1.06	Gratificações e senhas de presença	6 951,59
63.2.1.01.1	Pessoal em regime de nomeação definitiva e contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	424 425,54
63.2.1.01.4	Pessoal em regime de contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo	4 863,72
63.2.1.02	Subsídio de Férias	39 078,61
63.2.1.03	Subsídio de Natal	36 667,35
63.2.1.04	Despesas de Representação	14 748,30
63.2.1.05	Subsídio de refeição	23 688,07
63.2.2.03	Ajudas de custo	3 943,78
63.2.2.06	Abono para falhas	796,00
63.2.2.99.1	Remunerações por doença e mater./patern.	3 600,40
63.5.1.01	Caixa Geral de Aposentações	11 424,30
63.5.1.02	Segurança Social - Regime Geral	103 007,68
63.6.3	Seguro de acidentes no trabalho	3 346,15
63.8.9.01.1	Reembolsos ADSE	14 272,31
TOTAL		690 813,80

NOTA 20 — DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

Na tabela abaixo encontram-se discriminadas as transações efetuadas entre as partes relacionadas.

Entidade	Valores recebidos pela CIM		Valores transferidos pela CIM		Saldo no final do período
	Tipo	Valor	Tipo	Valor	
Município de Amares	Quotas	14 955,00		0,00	0,00
Município de Barcelos	Quotas	81 785,00		0,00	0,00
Município de Braga	Quotas	38 727,00		0,00	0,00
Município de Esposende	Quotas	17 335,00		0,00	0,00
Município de Terras de Bouro	Quotas	14 073,00		0,00	0,00
Município de Vila Verde	Quotas	33 866,00		0,00	0,00
Município de Barcelos	Comparticipação em projetos	62 187,00		0,00	0,00
Município de Braga	Comparticipação em projetos	82 126,00		0,00	0,00
Município de Esposende	Comparticipação em projetos	29 302,00		0,00	0,00
Município de Vila Verde	Comparticipação em projetos	53 143,82		0,00	0,00

Na tabela abaixo encontram-se discriminadas as pessoas chaves da gestão da Comunidade Intermunicipal do Cávado.

Nome	Situação na entidade	Remuneração líquida auferida	Outras remunerações e compensações para pessoas chave da gestão	Outras remunerações e compensações para membros próximos da família de pessoas chave da gestão
Ricardo Bruno Antunes Machado Rio	Presidente do Conselho Intermunicipal	0,00	0,00	0,00
Mário Constantino Araújo Leite da Silva Lopes	Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal	0,00	0,00	0,00
Júlia Maria Caridade Rodrigues Fernandes	Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal	0,00	0,00	0,00
Manuel da Rocha Moreira	Membro do Conselho Intermunicipal	0,00	0,00	0,00
António Benjamim da Costa Pereira	Membro do Conselho Intermunicipal	0,00	0,00	0,00
Manuel João Sampaio Tibo	Membro do Conselho Intermunicipal	0,00	0,00	0,00
Rafael Gomes Amorim	Primeiro Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal	34 088,58	0,00	18 529,55

NOTA FINAL

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à CIM do Cávado ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.



6.2. Demonstrações Orçamentais

A
R
G
H
B
J

7. Demonstração do desempenho orçamental

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Montantes expressos em euros)

Rubrica	Recebimentos / Pagamentos	Receitas Próprias	Receitas Gerais	União Europeia	Empréstimos	Fundos Alheios	Total	Total Ano Anterior
Saldo de gerência anterior	16 877,20	0,00	645 752,48		0,00	746 306,23	1 408 935,91	2 378 109,98
Operações orçamentais [1]	16 877,20		645 752,48			0,00	662 629,68	2 378 109,95
Devolução do saldo oper. Orçamentais							0,00	0,00
Operações de tesouraria [A]					746 306,23		746 306,23	0,03
Recebimento do saldo devolvido por entidades terceiras							0,00	0,00
Receita corrente	3 869 624,87	0,00	556 808,12		0,00	0,00	4 426 432,99	3 688 993,05
R1 Receita fiscal		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1 Impostos diretos							0,00	0,00
R1.2 Impostos indiretos							0,00	0,00
R2 Contribuições para a segurança social, CGA e ADSE							0,00	0,00
R3 Taxas, multas e outras penalidades							0,00	0,00
R4 Rendimentos da propriedade	13 695,54						13 695,54	30,01
R5 Transferências Correntes	3 444 210,85	0,00	556 808,12		0,00	0,00	4 001 018,97	3 652 414,04
R5.1 Administrações Públicas	3 444 210,85	0,00	556 808,12		0,00	0,00	4 001 018,97	3 652 414,04
R5.1.1 Administração Central - Estado	3 444 210,85	0,00	556 808,12		0,00	0,00	4 001 018,97	3 652 414,04
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	3 016 711,03		556 808,12				3 573 519,15	3 353 831,04
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades							0,00	0,00
R5.1.1.3 Segurança Social							0,00	0,00
R5.1.1.4 Administração Regional							0,00	0,00
R5.1.1.5 Administração Local	427 499,82						427 499,82	298 583,00
R5.1.2 Exterior - U E							0,00	0,00
R5.1.3 Outras							0,00	0,00
R5.2 Subsídios correntes							0,00	0,00
R6 Venda de bens e serviços	411 718,48						411 718,48	23 398,20
R7 Outras receitas correntes							0,00	13 150,80
Receita de capital	7 823,00	0,00	0,00		0,00	0,00	7 823,00	0,00
R8 Venda de bens de investimento	7 823,00						7 823,00	0,00
R9 Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1 Administração Central - Estado							0,00	0,00
R9.1.2 Administração Central - Outras entidades							0,00	0,00
R9.1.3 Segurança Social							0,00	0,00
R9.1.4 Administração Regional							0,00	0,00
R9.1.5 Administração Local							0,00	0,00
R9.2 Exterior - U E							0,00	0,00
R9.3 Outras							0,00	0,00
R10 Outras receitas de capital							0,00	0,00
R11 Reposição não abatidas aos pagamentos		198,13					198,13	0,00
Receita efetiva [2]	3 877 646,00	0,00	556 808,12		0,00	0,00	4 434 454,12	3 688 993,05
Receita não efetiva [3]	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
R12 Receita com ativos financeiros							0,00	0,00
R13 Receita com passivos financeiros							0,00	0,00
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	3 894 523,20	0,00	1 202 560,60		0,00	0,00	5 097 083,80	6 067 103,00
Operações de tesouraria [B]						10 549 196,36	10 549 196,36	5 063 876,72
Despesa corrente	4 359 999,57	0,00	0,00		0,00	0,00	4 359 999,57	5 341 115,68
D1 Despesas com o pessoal	694 997,69	0,00	0,00		0,00	0,00	694 997,69	661 130,66

R

T

G

F

B

J

D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	542 928,92					542 928,92	519 417,89
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	11 625,19					11 625,19	2 004,15
D1.3	Segurança social	140 443,58					140 443,58	139 708,62
D2	Aquisição de bens e serviços	1 657 762,75					1 657 762,75	2 028 164,27
D3	Juros e outros encargos	442,70					442,70	370,71
D4	Transferências e subsídios correntes	2 001 059,18	0,00	0,00	0,00	0,00	2 001 059,18	2 636 999,22
D4.1	Transferências correntes	2 250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 250,00	1 160 734,51
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 153 984,51
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português						0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades						0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança Social						0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração Regional						0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração Local						0,00	1 153 984,51
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	2 250,00					2 250,00	6 750,00
D4.1.3	Famílias						0,00	0,00
D4.1.4	Outras						0,00	0,00
D4.2	Subsídios Correntes	1 998 809,18					1 998 809,18	1 476 264,71
D5	Outras despesas correntes	5 737,25					5 737,25	14 450,82
	Despesa de capital	38 717,49	0,00	0,00	0,00	0,00	38 717,49	63 357,64
D6	Investimento	38 717,49					38 717,49	63 357,64
D7	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português						0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades						0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança Social						0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração Regional						0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração Local						0,00	0,00
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo						0,00	0,00
D7.1.3	Famílias						0,00	0,00
D7.1.4	Outras						0,00	0,00
D7.2	Subsídios de capital						0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital						0,00	0,00
	Despesa efetiva [5]	4 398 717,06	0,00	0,00	0,00	0,00	4 398 717,06	5 404 473,32
	Despesa não efetiva [6]	100 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100 000,00	0,00
D9	Despesa com ativos financeiros	100 000,00					100 000,00	0,00
D10	Despesa com passivos financeiros						0,00	0,00
	Soma [7]=[5]+[6]	4 498 717,06	0,00	0,00	0,00	0,00	4 498 717,06	5 404 473,32
	Operações de tesouraria [C]						7 007 603,05	7 007 603,05
	Saldo para a gerência seguinte	(604 193,86)	0,00	1 202 560,60	0,00	4 287 899,54	4 886 266,28	1 408 935,91
	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	(604 193,86)	0,00	1 202 560,60	0,00	0,00	598 366,74	662 629,68
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	0,00	0,00	0,00	0,00	4 287 899,54	4 287 899,54	746 306,23
	Saldo global [2] - [5]	(521 071,06)	0,00	556 808,12	0,00	0,00	35 737,06	(1 715 480,27)
	Despesa primária	4 298 717,06	0,00	0,00	0,00	0,00	4 298 717,06	5 404 473,32
	Saldo corrente	(490 374,70)	0,00	556 808,12	0,00	0,00	66 433,42	(1 652 122,63)
	Saldo de capital	(30 894,49)	0,00	0,00	0,00	0,00	(30 894,49)	(63 357,64)
	Saldo primário	(421 071,06)	0,00	556 808,12	0,00	0,00	135 737,06	(1 715 480,27)
	Receita total [1] + [2] + [3]	3 894 523,20	0,00	1 202 560,60	0,00	0,00	5 097 083,80	6 067 103,00
	Despesa total [5] + [6]	4 498 717,06	0,00	0,00	0,00	0,00	4 498 717,06	5 404 473,32

8. Demonstração de execução orçamental da receita

DO EXERCÍCIO FIM DO ANO DE 2022

Classificação Económica										Receitas e Despesas do Estado - 2023										
Rubrica	Económica	Descrição		Previsões corrigidas			Receitas por cobrar de períodos anteriores			Receitas líquidas			Reembolsos e Restituições			Receitas Cobradas Líquidas			Receita por cobrar no final do período	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12) = (8)/(11)	(13) = (9)/(11)	(14) x 100	(15) x 100	(16) x 100	(17) x 100	(18) x 100	(19) x 100
R1	Receita corrente	7 250 313,23	66 179,87	4 736 563,06	203 442,90	4 426 432,99	0,00	0,00	43 228,95	4 383 204,04	4 426 432,99	172 867,04	0,60%	60,46%						
R1.1	Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00					
R1.1.2	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00					
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00					
R3	Taxes, multas e outras penalidades	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00					
R4	Rendimentos de propriedade	15 700,00	0,00	13 695,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00					
R5	Transferências e subsídios correntes	6 250 297,00	0,00	4 001 018,97	0,00	4 001 018,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 001 018,97	4 001 018,97	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	
R5.1	Transferências correntes	6 250 297,00	0,00	4 001 018,97	0,00	4 001 018,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 001 018,97	4 001 018,97	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	
R5.1.1	Administração Pública	6 250 297,00	0,00	3 573 519,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 573 519,15	3 573 519,15	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	5 575 277,89	0,00	3 573 519,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 573 519,15	3 573 519,15	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	427 499,82	0,00	427 499,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	427 499,82	427 499,82	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	
R5.1.1.5	Administração Local	675 018,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
R5.1.2	Administrador - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	
R5.2	Subsídios correntes	984 312,23	66 179,87	721 848,55	203 442,90	411 718,48	0,00	0,00	43 228,95	368 489,53	411 718,48	172 867,04	4,39%	37,44%						
R6	Venda de bens e serviços	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
R7	Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
Receita de capital		10 019,00	0,00	7823,00	0,00	7823,00	0,00	0,00	7823,00	7823,00	7823,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	78,08%	
R8	Venda de bens de investimento	10 005,00	0,00	7823,00	0,00	7823,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	78,19%	
R9	Transferências e subsídios de Capital	11,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
R9.1	Administrador - Capital	11,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
R9.1.1	Administrador - U E	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
R9.1.1.1	Administrador - Central - Estado Português	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
R9.1.1.2	Administrador - Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
R9.1.1.4	Administrador - Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
R9.1.1.5	Administrador - Local	7,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
R9.1.2	Administrador - Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
R9.2	Subsídios de Capital	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
R10	Outras receitas de Capital	201,09	0,00	198,13	0,00	198,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
R14	Saldo da Gérficência Anterior - Operações Orcamentais	662 629,68	0,00	662 629,68	0,00	662 629,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	662 629,68	662 629,68	0,00	0,00	0,00%	0,00	100,00%	
TOTAL		7 923 163,00	66 179,87	5 407 213,87	203 442,90	5 097 083,90	0,00	0,00	43 228,95	5 053 054,85	5 097 083,80	172 867,04	0,55%	63,79%						

9. Demonstração de execução orçamental da despesa

DO EXERCÍCIO FIMADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Montantes expressos em euros)

Classeficação	Designação		Despesas pagas / liquidadas de reposições						Grau de Execução		
			(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8) = (6) + (7)	
										Periodo	Obrigações por pagar
Rubrica	Organica	Económica								Períodos anteriores	Período corrente
D1			Despesa corrente	18 849,06	7 537 736,00	0,00	5 731 123,90	4 917 308,65	18 849,06	4 341 150,51	4 359 999,57
D1.1			Despesas com o pessoal	18 849,06	998 714,34	0,00	715 937,06	715 937,06	18 849,06	676 148,63	694 997,69
D1.1.1			Remunerações: Certas e Permanentes	11 019,60	805 560,65	0,00	555 214,33	555 214,33	11 019,60	531 909,32	542 928,92
D1.1.2			Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	13 000,00	0,00	11 691,37	11 691,37	0,00	11 625,19	0,00
D1.1.3			Segurança social	7 829,46	180 153,69	0,00	149 031,36	149 031,36	7 829,46	132 614,12	160 443,58
D2			Aquisição de bens e serviços	0,00	3 705 207,37	0,00	2 806 840,76	1 993 275,51	0,00	1 657 762,75	813 565,25
D3			Juros e outros encargos	0,00	700,00	0,00	442,70	442,70	0,00	442,70	0,00
D4			Transferências e subsídios correntes	0,00	2 806 978,29	0,00	2 202 166,13	2 201 916,13	0,00	2 001 059,18	250,00
D4.1			Transferências correntes	0,00	2 900,00	0,00	2 500,00	2 500,00	0,00	2 250,00	0,00
D4.1.1			Administrações Públicas	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1			Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2			Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3			Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4			Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5			Administração Local	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2			Entidades do Setor Não Lucrativo	0,00	2 500,00	0,00	2 500,00	2 500,00	0,00	2 250,00	0,00
D4.1.3			Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4			Outras	0,00	2 804 078,29	0,00	2 199 666,13	2 199 666,13	0,00	1 998 809,18	0,00
D4.2			Subsídios Correntes	0,00	26 136,00	0,00	5 737,25	5 737,25	0,00	5 737,25	0,00
D5			Outras despesas correntes	0,00	385 427,00	0,00	143 132,03	138 801,34	0,00	138 717,49	4 330,69
D6			Despesa de capital	0,00	285 227,00	0,00	43 122,03	38 801,34	0,00	38 717,49	4 330,69
D7			Aquisição de bens de capital	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1			Transferências e subsídios de capital	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1			Transferências de capital	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1			Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2			Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3			Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4			Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5			Administração Local	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2			Entidades do Setor não Lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3			Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4			Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2			Subsídios de capital	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8			Outras despesas de capital	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9			Despesa com ativos financeiros	0,00	100 000,00	0,00	100 000,00	100 000,00	0,00	100 000,00	0,00
D10			Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		TOTAL	18 849,06	7 933 163,00	0,00	5 874 255,93	5 056 109,99	18 849,06	4 479 868,00	4 479 717,06	557 392,93

T
R
A
F
J
R
142

21

A
142

10. Demonstrações de execução do plano plurianual de investimentos

143

11. ANEXO I - Alterações orçamentais da receita

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Montantes expressos em euros)

Rubricas	Identificação da Classificação [1]	Designação	Tipo	Previsões iniciais [2]	Alterações Orçamentais		Previsões corrigidas [7] = [3]+...+[7] [8]	Observações
					Inscrições / reforços [4]	Diminuições / anulações [5]		
R3	Taxas, multas e outras penalidades		P	15 000,00	700,00	0,00	0,00	1,00
R4	Rendimentos de propriedade			8 451 895,54	2 260 801,43	(4 462 399,97)	0,00	15 700,00
R5	Transferências e subsídios correntes			8 451 895,54	2 260 801,43	(4 462 399,97)	0,00	6 250 297,00
R51	Transferências correntes			8 451 895,54	2 260 801,43	(4 462 399,97)	0,00	6 250 297,00
R5.1.1	Administrações Públicas			8 451 895,54	2 260 801,43	(4 462 399,97)	0,00	6 250 297,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português		P/M	8 014 902,86	2 022 775,00	(4 462 399,97)	0,00	5 575 277,89
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		M	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00
R5.1.1.5	Administração Local		M	436 991,68	238 026,43	0,00	0,00	675 018,11
R6	Venda de bens e serviços		P/M	25 006,00	959 306,23	0,00	0,00	984 312,23
R7	Outras receitas correntes			3,00	0,00	0,00	0,00	3,00
R8	Venda de bens de investimento		M	6,00	9 999,00	0,00	0,00	10 005,00
R9	Transferências e subsídios de capital			11,00	0,00	0,00	0,00	11,00
R91	Transferências de capital			11,00	0,00	0,00	0,00	11,00
R9.1.1	Administrações Públicas			11,00	0,00	0,00	0,00	11,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português			3,00	0,00	0,00	0,00	3,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		M	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00
R9.1.1.5	Administração Local			7,00	0,00	0,00	0,00	7,00
R10	Outras receitas de capital			3,00	0,00	0,00	0,00	3,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos			0,00	201,09	0,00	0,00	201,09
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais		P/M	2 378 109,95	1 408 934,91	(3 124 415,18)	0,00	662 629,68
TOTAL				10 870 035,49	4 639 942,66	(7 586 815,15)	0,00	7 923 163,00







144

12. ANEXO II - Alterações orçamentais da despesa

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em euros)

Rubricas	Designação	Identificação da Classificação		Tipo	Dotações Iniciais	Alterações Orçamentais			Dotações corrigidas	Observações
		[1]	[2]			[3]	[4]	[5]	[6]	
D1	Despesas com o pessoal	P/M	1 073 400,00	80 700,00	(155 385,66)	0,00	998 714,34			
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	P/M	839 900,00	59 300,00	(93 639,35)	0,00	805 560,65			
D1.2	Abones Variáveis ou Eventuais	P/M	13 800,00	3 500,00	(4 300,00)	0,00	13 000,00			
D1.3	Segurança social	M	219 700,00	17 900,00	(57 446,31)	0,00	180 153,69			
D2	Aquisição de bens e serviços	P/M	4 285 210,00	2 054 301,00	(2 635 303,63)	0,00	3 705 207,37			
D3	Juros e outros encargos		700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700,00	
D4	Transferências e subsídios correntes	P/M	5 292 980,49	672 000,00	(3 158 002,20)	0,00	2 806 978,29			
D4.1	Transferências correntes	P/M	1 792 980,49	2 000,00	(1 792 080,49)	0,00	2 900,00			
D4.1.1	Administrações Públicas	M	1 782 280,49	0,00	(1 781 880,49)	0,00	400,00			
D4.1.1.5	Administração Local	M	1 782 280,49	0,00	(1 781 880,49)	0,00	400,00			
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	P/M	10 700,00	2 000,00	(10 200,00)	0,00	2 500,00			
D4.2	Subsídios Correntes	P/M	3 500 000,00	670 000,00	(1 365 921,71)	0,00	2 804 078,29			
D5	Outras despesas correntes	M	16 300,00	15 036,00	(5 200,00)	0,00	26 136,00			
D6	Aquisição de bens de capital	M	200 443,00	180 657,56	(95 873,56)	0,00	285 227,00			
D7	Transferências e subsídios de capital	M	1,00	99,00	0,00	0,00	100,00			
D7.1	Transferências de capital	M	1,00	99,00	0,00	0,00	100,00			
D7.1.1	Administradoras Públicas	M	1,00	99,00	0,00	0,00	100,00			
D7.1.1.5	Administração Local	M	1,00	99,00	0,00	0,00	100,00			
D8	Outras despesas de capital	M	1,00	99,00	0,00	0,00	100,00			
D9	Despesa com ativos financeiros	M	0,00	100 000,00	0,00	0,00	100 000,00			
TOTAL			10 870 035,49	3 102 892,56	(6 049 765,05)	0,00	7 923 163,00			

R A
J R G
H

13. ANEXO III - Alterações plano plurianual de investimentos

DO EXERCÍCIO FINO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Mensais expressos em euros)

1

✓
✓
✓ 146
✓
✓
✓
✓
✓
✓

14. ANEXO IV - Operações de tesouraria

CÓDIGO DAS CONTAS	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		RECEBIMENTOS	PAGAMENTOS	SALDO FINAL
07	07	Operações de tesouraria	746 306,23	10 549 196,36	(7 007 603,05)	4 287 899,54
07.1	07.2	Recebimentos por operações de tesouraria / Pagamentos por operações de tesouraria	746 306,23	10 549 196,36	(7 007 603,05)	4 287 899,54
07.1.2	07.2.2	Cobrança de receita por conta de outrem / Entrega de receita cobrada por conta de outrem	746 306,23	10 549 196,36	(7 007 603,05)	4 287 899,54
07.1.2.2	07.2.2.2	Receita Não Fiscal / Receita Não Fiscal	746 306,23	10 549 196,36	(7 007 603,05)	4 287 899,54
TOTAL		746 306,23	10 549 196,36	(7 007 603,05)	4 287 899,54	

R P AP
A +
Z

15. ANEXO V - Situação dos contratos

DOI 10.1186/s13631-016-0070-9 RODRIGUEZ ET AL.

149

GOMBERG ET AL.

16. ANEXO VI - Adjudicações por tipo de procedimento

Tipo de contrato	Concurso Público	Adjudicação por tipo de contrato										Contratação Excluída			
		Concurso limitado por prévia qualificação			Procedimento de negociação			Diálogo concorrencial			Ajuste direto	Consulta prévia	Cons. prévia simplificada Lei n.º 30/2021, de 21.05	Total	
		Número dos contratos	Preço Contratual	Número dos contratos	Preço Contratual	Número dos contratos	Preço Contratual	Número dos contratos	Preço Contratual	Número dos contratos	Preço Contratual	Número dos contratos	Preço Contratual	Número dos contratos	Valor
Empreitada de obras públicas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
Aquisição de serviços de locação ou aquisição de bens moveis	1	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	12	1120 079,33	13	405 042,04	0
Concessão de obras públicas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	16 940,00	2	5 865,85	0	0,00	3 22 805,85
Concessão de serviços	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
Sociedades	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
Outros	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	38 136,80	0	0,00	2 38 436,80
TOTAL	1	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	13	1137 019,33	17	449 344,69	0	0,00	31 1586 364,02

TAD
 RZ
 JG
 Z

17. ANEXO VII - Transferências e subsídios concedidos

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em euros)

Tipos de despesa	Disposições legais (1)	Finalidade (2)	Entidade beneficiária (3)	Despesas organizações (4)	Despesas autorizadas (5)	Despesas pagas (6)	Despesas autorizadas e não pagas (7) = (5) - (6)	Despesas transferidas/subsídios ocorridas no exercício (8)	Observações (9)
Transferências correntes									
040701 - Instituições sem fins lucrativos	al. m) n.º 1 art.º 90º Lei 75/2013	Pagamento de quotas	Ciab - Tribunal Arbitral do Consumo	250,00	250,00	250,00	0,00	250,00	0,00
040701 - Instituições sem fins lucrativos	al. m) n.º 1 art.º 90º Lei 75/2013	Pagamento de quotas	ATANCA - Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave	250,00	250,00	0,00	250,00	250,00	0,00
040701 - Instituições sem fins lucrativos	al. m) n.º 1 art.º 90º Lei 75/2013	Subscrição 2023 (taxa 1º ano)	Metrex - The Network Of European Metropolitan Regions And Areas	2 000,00	2 000,00	2 000,00	0,00	2 000,00	0,00
Subsídios				2 400 000,00	2 199 666,13	1 988 809,18		200 856,95	0,00
050103 - Privadas			António Dos Prazeres da Silva & Filho, Lda	47219,87	47219,87	0,00	0,00	0,00	0,00
050103 - Privadas			Arriva Portugal - Transportes, Lda	55 647,44	55 647,44	0,00	0,00	0,00	0,00
050103 - Privadas			Auto Viação do Minho, Lda	132 611,66	132 611,66	0,00	0,00	0,00	Foi orçamentado o valor total de 2.400.000,00€ para compensar os operadores de transporte de passageiros, não tendo sido efetuado a estimativa por cada operador
050103 - Privadas			Esteves, Braga e Andréia, Lda	54 660,57	37 385,09	17 275,48	0,00	0,00	
050103 - Privadas			Empresa Hoteleria do Gérês	48 529,89	48 529,89	0,00	0,00	0,00	
050103 - Privadas			Esteves Braga & Andréia, Lda	2 400 000,00	170 351,84	170 351,84	0,00	0,00	
050103 - Privadas			José Alves & Filhos Lda	329 603,38	304 181,04	25 422,34	0,00	0,00	
050103 - Privadas			Litoral Norte - Transportes Rodoviários de Passageiros Lda	55 845,60	53 115,50	2 730,10	0,00	0,00	
050103 - Privadas			Rodovaria Dentre Douro e Minho, S.a	1 305 195,88	1 149 766,85	155 419,03	0,00	0,00	
TOTAL									
				2 402 500,00	2 202 166,13	2 001 059,18		201 066,95	0,00

21

18 ANEXO VIII - Transferências e subsídios recebidos

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Montantes expressos em euros)



An aerial photograph of an industrial complex situated along a river. The complex consists of several large, modern buildings with grey roofs, some featuring solar panels. A winding river flows through the landscape, with green fields and trees surrounding it. In the background, a city with numerous buildings is visible under a clear sky. Handwritten blue ink signatures are present in the top right corner of the image.

6.3. Outras divulgações

19. Caracterização da Entidade

Período de relato: 01/01/2022 a 31/12/2022

	Identificação	Legislação	Descrição sumária das atividades
Denominação	Comunidade Intermunicipal do Cávado		Prossecução de interesses comuns aos municípios que a integram, nos termos da legislação em vigor e do artigo 2º dos seus Estatutos, designadamente: promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido; articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal; participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional - QREN; Planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal. A Comunidade Intermunicipal assegura também a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da Administração Central.
Número de identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	508779472		
Natureza	Autarquia Local		
Endereço postal - arruamento	Rua do Carmo, nº 29		
Endereço postal - código postal	4700-309 Braga		
Telefone	253201360		
Endereço de correio eletrónico	geral@cimcavado.pt		
Sítio da internet	www.cimcavado.pt		
Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?	Não		
Regime Financeiro	Lei 73/2013, de 3 de setembro		
Regime Jurídico	Lei 75/2013, de 12 de setembro		
	Participações da entidade		
Serviços Municipalizados	Não		
Serviços Intermunicipalizados	Não		
Entidades Intermunicipais	Não		
Entidades Associativas Municipais	Não		
Empresas Locais	Não		
Empresas Participadas	Não		
Cooperativas	Não		
Fundações	Não		
Outras entidades de outra natureza	Não		
		Atividade	

A F J S H 157

Identificação dos membros do Órgão Executivo / Conselho de Administração (I)

Cargo/Órgão	Nome	Inicio	Fim	Morada	Observações
Membro do Conselho Intermunicipal da CIM Cávado	António Benjamim da Costa Pereira	2022-01-01	2022-12-31	Praça do Município. 4740-223 - ESPOSENDE	
Membro do Conselho Intermunicipal da CIM Cávado	Manuel da Rocha Moreira	2022-01-01	2022-12-31	Praça do Município. 4720-012 - AMARES	
Membro do Conselho Intermunicipal da CIM Cávado	Manuel João Sampaio Tibó	2022-01-01	2022-12-31	Av. Dr. Paulo Marcellino. 4840-100 - TERRAS DE BOURO	
Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM Cávado	António Nogueira Cerqueira Vilela	2022-01-01	2022-12-31	Praça do Município. 4730-733 - VILA VERDE	
Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM Cávado	Júlia Maria Caridade Rodrigues Fernandes	2022-01-01	2022-12-31	Praça do Município. 4730-733 - VILA VERDE	
Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM Cávado	Mário Constantino Araújo Leite da Silva Lopes	2022-01-01	2022-12-31	Largo Dom António Barroso 211. 4750-323 - Barcelos	
Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM Cávado	Miguel Jorge Costa Gomes	2022-01-01	2022-12-31	Largo Dom António Barroso 211. 4750-323 - Barcelos	
Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM Cávado	Ricardo Bruno Antunes Machado Rio	2022-01-01	2022-12-31	Praça do Município. 4704-514 - BRAGA	

Outra Informação

- Data de aprovação pelo Órgão Executivo - Norma de controlo e eventuais alterações 2023-02-07
- Data de aprovação pelo Órgão Deliberativo - Norma de controlo e eventuais alterações 2023-02-07
- Data de aprovação pelo Órgão Executivo - Regulamentos 2021-11-12
- Data de aprovação pelo Órgão Deliberativo - Regulamentos 2021-11-12
- Data de aprovação pelo Órgão Executivo - Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações 2021-11-12
- Data de aprovação pelo Órgão Deliberativo - Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações 2021-11-12
- Data de aprovação pelo Órgão Executivo - Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações
- Data de aprovação pelo Órgão Deliberativo - Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações
- Data de aprovação pelo Órgão Executivo - Inscrição do saldo do período de relato do ano anterior
- Data de aprovação pelo Órgão Deliberativo - Inscrição do saldo do período de relato do ano anterior
- Data de aprovação pelo Órgão Executivo - Revisão Orçamental
- Data de aprovação pelo Órgão Deliberativo - Revisão Orçamental
- Data de aprovação pelo Órgão Executivo - Alteração Orçamental
- Data de aprovação pelo Órgão Deliberativo - Alteração Orçamental

R *JR* *158*
J *JF* *J*

Transferência de competência de órgãos do Estado para órgãos das autarquias locais	Não
Transferência de competência de órgãos do Estado para órgãos das entidades intermunicipais	Não
Delegação de competências - dos órgãos do município nos órgãos das freguesias	Não
Delegação de competências - dos órgãos do município nos órgãos das entidades intermunicipais	Não
Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, os mesmos foram observados	Sim
Número de trabalhadores a 31 de dezembro	21
Prazo médio de pagamento - inicio do exercício	30.00
Prazo médio de pagamento - fim do exercício	30.00
(Caso se trate de entidade de natureza associativa) Data da constituição	Não
Concessões de serviços públicos / obras públicas	Não
Mecanismos de recuperação financeira e outros programas de regularização de dívidas a fornecedores	Não
Identificação dos membros do Órgão Executivo / Conselho de Administração (II)	
Número de vereadores - regime de permanência	0
Número de vereadores - a meio tempo	0
Número de vereadores - restantes vereadores	0
Número de eleitores	Até 10.000

A
R
J
H

20. Mapa de Empréstimos

Identificação do empréstimo		Valor do TC		Capital		Condições		Amortização do capital		Pagamento de juros		Outras encargos		Montante vencido e não pago em 3/7/12		Capital em dívida no mês N		Amortizações realizadas de capital						
Type	Nº do contrato	Data de contratação	Franquia do empréstimo	Nº de registo	Data	Atas de decisões	Contratado	Utilizado	Spread	Combustível	Outros encargos	Avançado	Ano N	Provisão após N	Alta N	Ano N	Previsão após N	Capital	Juros	Outras encargos (a)	Em 01/01	Em 31/12	Empreitadas contratuais até 31/12/2013	Empreitadas realizadas após 01/01/2014
Certo Falso																								
Total CP																								
Médio e Longo Prazo																								
Não sentos																								
Total ALP																								
Médio e Longo Prazo																								
Istentos																								
Total Geral																								

A
S
R
F
H
160



6.4. Certificação Legal de Contas





G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO EXERCÍCIO DE 2022

Na qualidade de auditores externos nomeados nos termos do artº.77º, nº.2, da Lei nº. 73/2013, incumbe-nos emitir parecer sobre as **Contas da Comunidade Intermunicipal do Cávado** (a Comunidade Intermunicipal) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o que vimos fazer nos termos seguintes:

1. Em termos de enquadramento, devemos referir que:

- a) o desenvolvimento dos nossos trabalhos contou com a colaboração dos responsáveis pelo processo de encerramento de contas, em particular dos serviços de Contabilidade, quer ao nível da disponibilização dos elementos solicitados, quer quanto ao esclarecimento das questões que entendemos pertinentes.

2. No quadro das normas aplicáveis, considerando especialmente o disposto nos artº.s 76º. e 77º. da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, procedemos:

- a) à verificação da regularidade dos livros, registos e respetivos suportes documentais;
- b) à verificação dos valores patrimoniais da Comunidade Intermunicipal;
- c) à análise das demonstrações financeiras e demais documentos de prestação de contas da Comunidade Intermunicipal, à luz dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados;
- d) à análise das demonstrações orçamentais, tendo em conta as obrigações legais/regulamentares aplicáveis.

3. Os procedimentos seguidos permitem-nos expressar as observações seguintes:

- a) a Contabilidade, as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão satisfazem as disposições legais e refletem a atividade e a situação patrimonial e financeira da Comunidade Intermunicipal no exercício em causa, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias incluídas como reservas na Certificação Legal das Contas, emitida por nós na presente data, nos termos da opinião que a mesma expressa;



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

- b) os mapas de controlo orçamental da receita e da despesa refletem o desempenho orçamental da Comunidade Intermunicipal, nos termos da opinião também incluída na nossa certificação legal das contas, em parágrafo próprio – sobre as demonstrações orçamentais;
- c) não detetamos factos que entendemos dever comunicar nos termos da alínea b) do n.º2 do art.º 77º, da Lei 73/2013;
- d) a Comunidade deverá prosseguir e consolidar uma política de melhoria contínua dos procedimentos de controlo interno, procurando também desenvolver e aprimorar procedimentos de conferência e conciliação entre o reconhecimento contabilístico-financeiro, orçamental e patrimonial (e correspondentes divulgações), no âmbito do novo normativo contabilístico – aspetos que nos propomos continuar a acompanhar no desenvolvimento corrente dos trabalhos de auditoria.

4. Todo ponderado e como conclusão, somos de parecer que:

- a) o desempenho orçamental evidenciado nos mapas/demonstrações orçamentais apresentadas pela Comunidade Intermunicipal merecem globalmente uma apreciação positiva, no contexto evidenciado na Certificação Legal das Contas por nós emitida nesta data;
- b) as Contas anuais da Comunidade Intermunicipal e o respetivo Relatório de Gestão, que devem ser vistos à luz dos esclarecimentos que esses mesmos documentos integram, bem como da Certificação Legal das Contas e das notas anteriores, merecem também uma apreciação positiva.

Devemos, por último, salientar e agradecer o espírito de colaboração demonstrado pelo Conselho Intermunicipal, pelo Secretário Executivo Intermunicipal e pelos intervenientes no processo de encerramento de contas.

Braga, 14 de abril de 2023

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.

(SROC 153; CMVM 20161463)

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279; CMVM 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557; CMVM 20160219)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Comunidade Intermunicipal do Cávado** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 8 113 310 euros e um total de património líquido de 3 016 366 euros, incluindo um resultado líquido de 365 490 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira de **Comunidade Intermunicipal do Cávado** em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

1. Apesar da evolução positiva verificada nos exercícios anteriores, consideramos persistirem algumas limitações significativas na obtenção de informação completa, tempestiva e rigorosa, que nos permita concluir acerca da titularidade, existência e mensuração dos ativos classificados nas rubricas de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento, bem como sobre os correspondentes subsídios ao investimento relacionados com esses ativos. Assim, não nos foi possível quantificar os eventuais ajustamentos necessários no ativo, património líquido (resultados transitados, outras variações no património líquido) e resultado líquido da Entidade, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
2. Dadas as indagações e procedimentos efetuados, bem como a documentação de suporte fornecida pela Entidade, consideramos ainda não ter obtido a evidência e prova de auditoria necessárias e adequadas para concluir acerca da plenitude dos rendimentos relativos a prestações de serviços, transferências e subsídios correntes obtidos e outros rendimentos, bem como para aferir sobre o cumprimento rigoroso do princípio da especialização dos exercícios. Dada a situação descrita, não nos foi possível apurar os eventuais efeitos ao nível do ativo, passivo, património líquido (resultados transitados) e resultado líquido da Entidade, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.





G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material





G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade, que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 5 097 084 euros) e a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de repositões de 4 498 717 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da Entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspectos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais, exceto quanto ao facto de não ter sido ainda cumprido de forma integral o previsto na NCP 27 – Contabilidade de Gestão, em particular o seu parágrafo 34.

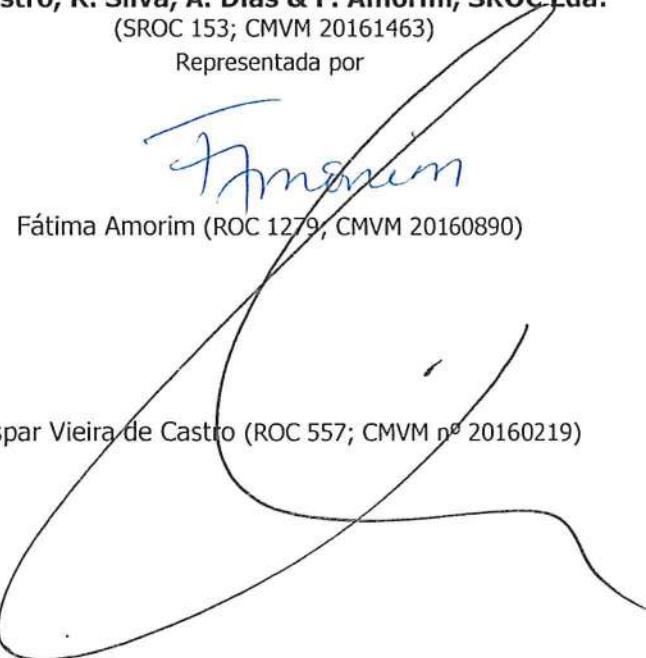
Braga, 14 de abril de 2023

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.

(SROC 153; CMVM 20161463)

Representada por


Fátima Amorim (ROC 1279, CMVM 20160890)


Gaspar Vieira de Castro (ROC 557; CMVM nº 20160219)

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2022

ENCERRAMENTO

O Relatório de Gestão e Contas de 2022, bem como os restantes documentos anexos, que antecedem, devidamente numerados e rubricados num total de 164, páginas, foram aprovados na reunião do Conselho de Intermunicipal, que se realizou a 13 de abril de 2023

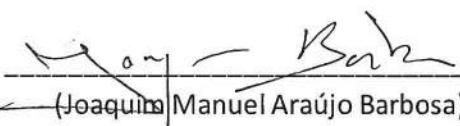
O Presidente do Conselho Intermunicipal

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

APROVAÇÃO PELA ASSEMBLEIA

O Relatório de Gestão e Contas de 2022, bem como restantes documentos anexos, que antecedem, devidamente numerados e rubricados num total de 164 páginas, foram aprovados na reunião da Assembleia Intermunicipal, que se realizou a 20 de abril de 2023, tendo as suas folhas e anexos sido rubricados pela mesa, que abaixo assinam.

O Presidente


(Joaquim Manuel Araújo Barbosa)

O Vice-Presidente


(Alexandrino Manuel Oliveira Ribeiro)

A Secretaria


(Elisa Amélia Rodrigues Brandão)
